

GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

**I
U**
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS


ANNA BLUME

(Página deixada propositadamente em branco)



**GEOGRAFIA, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL**
IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

COLEÇÃO GEOGRAFIA E ADJACÊNCIAS

Direção: Antonio Carlos Robert Moraes, Rita de Cássia Ariza da Cruz e Manoel Fernandes

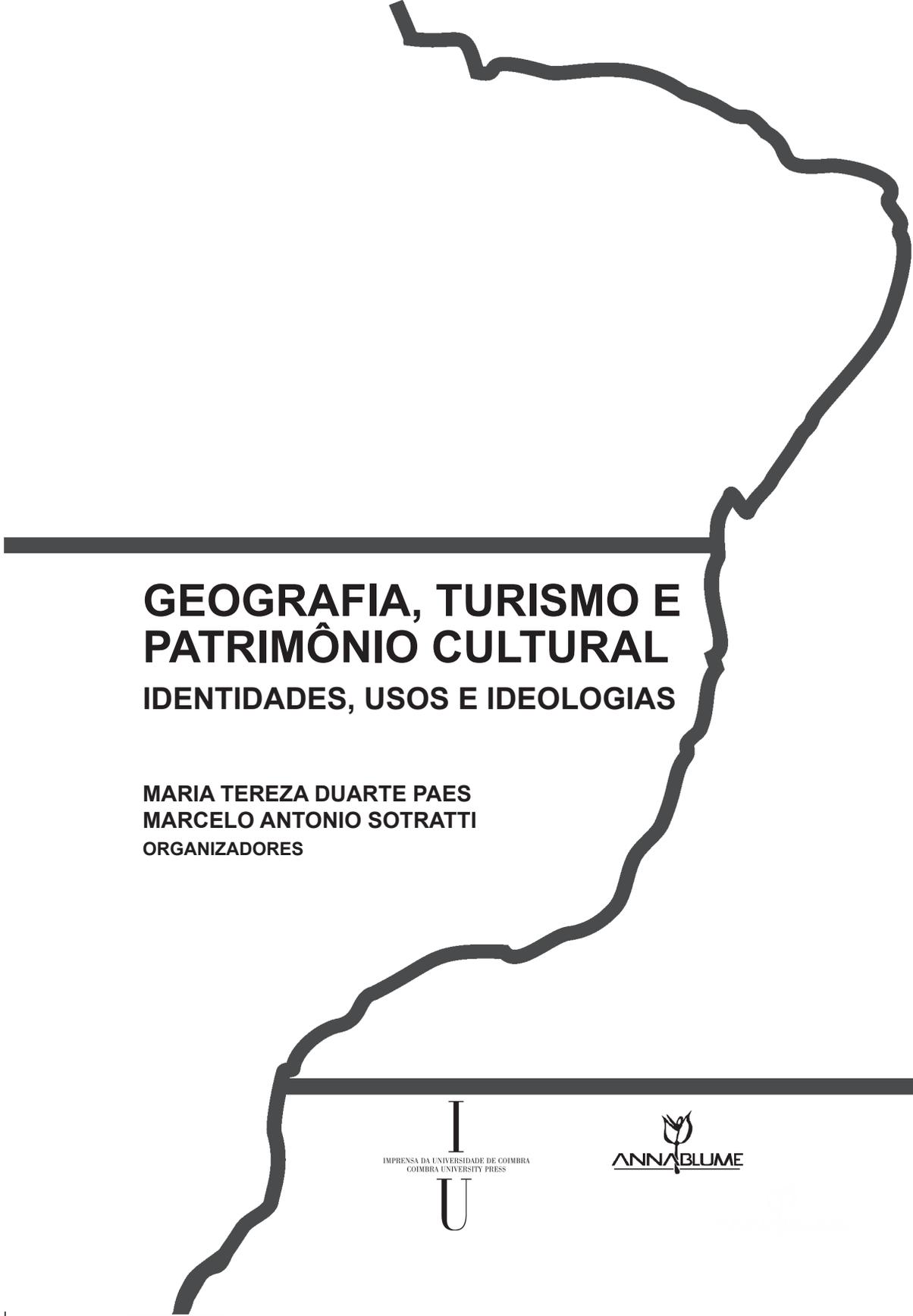
A denominação “geografia” sempre esteve associada a conhecimentos que se individualizavam por meio da articulação de outros conhecimentos, tendo essa relação de saberes distintos como forte elemento de autoidentificação. A geografia foi, em diferentes momentos e formulações, pensada como um campo de interrelacionamento de estudos tópicos de variados fenômenos e processos. Uma área de diálogos e conexões entre teorias díspares. Uma base comum de aproximação de diferenciadas ciências. Enfim, um campo transdisciplinar, *avant la lettre*.

Não raro este intuito integrador esteve identificado com um conceito, entendido como uma realidade material ou como um ângulo de observação da realidade. Em algumas concepções, a “superfície terrestre” fornecia o indicador que delimitava a especificidade do campo disciplinar, conformando uma ciência telúrica. Em outras visões, o “espaço” cumpria tal função, com o nexo entre os fenômenos advindo da sobreposição de suas espacialidades. A “região”, a “paisagem”, e o “lugar” também foram mobilizados nas tentativas de construção (ontológica ou epistemológica) do objeto geográfico.

Em tal percurso – razoavelmente linear enquanto geografia “moderna” – foi se sedimentando, teórica e institucionalmente, uma tradição acadêmica contemporânea. Uma tradição com demarcações cambiantes e fronteiras abertas, marcada por fortes influências extradisciplinares. Nessa dinâmica, corporificam-se geografias singulares, umas com pretensão sintética, outras especializadas. Algumas diretamente derivadas de debates com disciplinas específicas, outras almejando um patamar universalizante quase filosófico. Umas de marcado caráter empírico, outras eminentemente teóricas.

Mais que uma eventual “essência” geográfica, a presente coleção visa captar a diversidade e a dinâmica exogâmica que acompanha a história da disciplina. Mapear as geografias e suas adjacências.

Conheça os títulos desta coleção no final do livro.



**GEOGRAFIA, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL
IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS**

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI
ORGANIZADORES**

**I
U**
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME


Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P143 Paes, Maria Tereza Duarte, Org.: Sotratti, Marcelo Antonio, Org. Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural / Organização de Maria Tereza Duarte Paes e Marcelo Antonio Sotratti. – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

212 p. 16 x 23 cm

ISBN Annablume: 978-85-391-0878-7

ISBN IUC impresso: 978-989-26-1474-8

ISBN IUC digital: 978-989-26-1475-5

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5>

Depósito Legal: 434640/17

1. Geografia. 2. Planejamento do território brasileiro. 3. Gestão do território brasileiro. 4. Patrimônio cultural. 5. Preservação do patrimônio cultural. 6. Turismo. 7. Turismo cultural. 8. Cidades Turísticas. I. Título. II. Paes, Maria Tereza Duarte, Organizadora. III. Sotratti, Marcelo Antonio, Organizador.

CDU 911.3

CDD 910

GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL:
IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

Capa

Arthur Cesar Matuck Ponte

(Azulejos de Cândido Portinari no Palácio Gustavo Capanema, RJ)

Foto de Tereza Paes

Projeto e Produção

Coletivo Gráfico Annablume

1ª edição: outubro de 2017

©Maria Tereza Duarte Paes | Marcelo Antonio Sotratti

Annablume Editora
Área Geografia e Meio Ambiente
Conselho Científico
Antônio Carlos Robert Moraes
Manoel Fernandes
Rita de Cássia Ariza da Cruz

Rua dos Três Irmãos, 489, conj. 03
05615-190 - São Paulo - SP - Brasil
Telefones (11) 3539-0225
Tel. e Fax. (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

Imprensa da Universidade de Coimbra

Rua da Ilha, 1. 3000-214 Coimbra
Telefone: 239 247 170
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Rita de Cássia Ariza da Cruz</i>	
INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	13
<i>Maria Tereza Duarte Paes</i>	
TURISMO E PATRIMÔNIO: UM APORTE GEOGRÁFICO	27
<i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	
INTRODUÇÃO	27
PRIMEIRA CONTRADIÇÃO	30
SEGUNDA CONTRADIÇÃO	32
A VIDA COTIDIANA E O ESPAÇO-TEMPO DO TURISMO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FETICHISMO DO PATRIMÔNIO	41
BIBLIOGRAFIA	42
PATRIMÔNIO, DISCURSO E PRÁTICA: INCURSÕES SOBRE DEMOCRACIA E CIDADANIA A PARTIR DO RIO DE JANEIRO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL	45
<i>Rafael Winter Ribeiro</i>	

EXTENSÕES E DISTENSÕES DO PATRIMÔNIO NA ATUALIDADE	47
PATRIMÔNIO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: RIO DE JANEIRO E AS PROPOSTAS PARA A UNESCO	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
O BRASIL QUE A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL REVELA (E ECLIPSA)	67
<i>Paulo César Garcez Marins</i>	
INTRODUÇÃO	67
ANTES DE BRASÍLIA: O PRIMADO COLONIAL SE ESTABELECE	70
ECOS ORTODOXOS	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO E SEUS USOS SOCIAIS	89
<i>Lia Motta</i>	
SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL	92
A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE REFERÊNCIA CULTURAL	94
OS SUJEITOS DA REFERÊNCIA CULTURAL	97
DIFERENTES ABORDAGENS NA CONSTRUÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	99
O COMPLEXO DA MARÉ	101
A MARÉ COMO DOCUMENTO URBANO	104
CONCLUINDO	111
BIBLIOGRAFIA	112

A NATUREZA DESIGUAL DO PATRIMÔNIO CULTURALE OUTRAS PERSPECTIVAS	115
<i>Simone Scifoni</i>	
INTRODUÇÃO	115
A DESIGUALDADE NA IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	117
A DESIGUALDADE NA VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAI	121
OUTROS PATRIMÔNIOS, OUTRAS PERSPECTIVAS: OS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133
A LINGUAGEM CONSENSUAL DO PATRIMÔNIO	137
<i>Paulo Peixoto</i>	
PATRIMONIO CULTURAL, GEOGRAFÍA Y TURISMO: LA CIUDAD COMO DESTINO DE TURISMO CULTURAL	151
<i>Rodolfo Bertoncetto</i>	
LA PRÁCTICA TURÍSTICA, CAMBIOS Y PERMANENCIAS	151
TURISMO CULTURAL, UNA MODALIDAD EN TRANSFORMACIÓN	153
LUGARES Y ATRACTIVOS TURÍSTICOS. EL ROL DEL TERRITORIO	157
LOS LUGARES DEL TURISMO CULTURAL	159
TURISMO CULTURAL EN LAS CIUDADES	162
CONCLUSIONES	165
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

UN PATRIMONIO CULTURALE “NASCOSTO” IL PARCO NAZIONALE DELLA SILA	169
<i>Marina Faccioli</i>	
LE ARTICOLAZIONI DELLA STORIA TERRITORIALE	169
LA GESTIONE DEGLI ASSETTI PRODUTTIVI	174
UN SISTEMA LOCALE?	176
LE PROGETTUALITÀ ORIGINALI	180
TURISMO COME FATTORE DEL “CAMBIAMENTO”	180
VERSO QUALE TERRITORIO?	183
BIBLIOGRAFIA	187
PATRIMÔNIO NATURAL MONUMENTAL E COMUNITÁRIO E A RELAÇÃO COM O TURISMO	189
<i>Davis Gruber Sansolo</i>	
TURISMO E PATRIMÔNIO NATURAL COMUNITÁRIO	190
SILVES	193
COOPTUR	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	207

PREFÁCIO

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_1

RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ

O debate sobre o que deva ser compreendido como patrimônio e sobre o seu destino perde-se em um espaço-tempo difícil de ser precisado, mas o processo de patrimonialização do patrimônio assim como a conversão deste tema em objeto de interesse da academia sabidamente remontam ao século XVIII e à França, portanto, um espaço-tempo claramente definido.

Para além do território francês, todavia, o contexto histórico que ambienta e sucede o final do século XVIII é aquele sob a regência dos processos de industrialização e de urbanização e, portanto, marcado por profundas transformações espaciais, econômicas, sociais, políticas e culturais, que somente podem ser compreendidas mediante a sua contextualização.

Partindo do pressuposto de que a noção de espaço-tempo remete à totalidade em movimento, torna-se relevante refletir sobre a aparição, em diferentes lugares e de forma não simultânea, dos processos de patrimonialização enquanto institucionalização de medidas protetivas de bens materiais (há mais tempo) e imateriais (mais recentemente), e do desenvolvimento do turismo como atividade econômica organizada. Embora ambos sejam compreendidos, na atualidade, como processos gerais, globais e presentes, portanto, em todos os rincões do planeta, as escalas têmporo-espaciais desse encontro não devem ser ignoradas. Neste sentido, o olhar dirigido às particularidades dos casos constitui rigor de método indispensável. E aqui, ressalte-se, encontra-se uma das características desta obra.

Se o século XVIII institucionaliza o debate patrimonial, o século XIX vê surgir o turismo como atividade econômica organizada e, assim, historicamente falando, estão dadas as condições para o encontro no tempo e no espaço de processos socioculturais que são distintos nas suas gêneses, mas

convergentes no que tange aos interesses de agentes sociais envolvidos com a sua organização. Mas o que sucede a este encontro é uma incógnita que só pode ser revelada por meio da análise cuidadosa, criteriosa e profunda dos casos, dos documentos, dos discursos, enfim, por meio da pesquisa; um caminho árduo, trilhado pelos autores aqui reunidos.

A massificação do turismo, fenômeno reconhecidamente emanado no século XX, é expressão do processo de mundialização que consagra a articulação entre esta atividade e o patrimônio cultural, convertido em objeto de consumo e alocado numa aparente encruzilhada entre valor de uso e valor de troca. Compreendido como recurso, o patrimônio cultural é frequentemente associado a um vocabulário que inclui conceitos como “capital cultural”, “economia cultural”, “produto cultural”, entre outros deveras sugestivos de sua dimensão mercadológica. Por outro lado, sua existência primeira como valor de uso constitui pressuposto que não pode ser negligenciado.

Já o protagonismo acadêmico alcançado, a partir da segunda metade do século XX, pelas temáticas relativas aos patrimônios material e imaterial tem-se revelado pelo crescente número de teses, dissertações e de publicações sobre este assunto. No campo disciplinar da Geografia, é sensível o crescimento do interesse de pesquisadores por temáticas que entrecruzam patrimônio e turismo, embora muito ainda haja por fazer. O apego a fatos, por um lado, e os reducionismos descritivos, por outro, ainda são a ‘marca registrada’ de muitos trabalhos. Neste sentido, reside aqui o que podemos dizer ser a maior contribuição desta obra.

No campo conceitual, o alargamento do sentido de patrimônio cultural - com a incorporação da natureza - demarca um posicionamento teórico-metodológico de autores e organizadores desta coletânea que deve ser pontuado. Longe de ser um consenso, a compreensão da natureza como expressão da cultura constitui, antes de tudo, um posicionamento político.

Ao iluminar os conflitos e as contradições envolvidos com os processos de proteção do patrimônio cultural à luz do mais refinado rigor teórico e metodológico, esta coletânea instiga a reflexão não apenas sobre a relação entre turismo e patrimônio, fio condutor de toda a obra, mas sobre os sentidos e os sujeitos desses processos, com destaque para a sua dimensão espacial. Os papéis hegemônicos do Estado e do mercado, tanto no que diz respeito à proteção do patrimônio quanto ao desenvolvimento do turismo a ele associado, por exemplo, estão colocados em evidência por todos os

autores. Mas, racionalidades contra-hegemônicas, abrigadas na vida comunitária e cotidiana, têm igual centralidade no debate aqui proposto.

Para além dos modismos acadêmicos, cuja existência não pode ser negada, faz-se necessário lembrar que a academia é também uma expressão cultural de seu tempo e, como tal, sensível às inquietações sociais das sociedades envolventes. Assim, a inquestionável relevância social, política e econômica atribuída, nas últimas décadas, à proteção do assim chamado “patrimônio cultural” tem reverberado, de forma inexorável, na produção acadêmica sobre o tema tanto quanto sobre o reconhecimento da íntima relação entre sua existência, a sua proteção e o desenvolvimento do turismo.

Em um momento histórico em que inclusive a produção acadêmica é profundamente afetada por lógicas quantitativas/produtivistas e a reificação de ideias invade o mercado editorial, de revistas científicas conceituadas a editoras consagradas, os textos aqui reunidos são repletos de reflexões e ideias inéditas e inovadoras no melhor sentido do termo, ou seja, como tensionadoras de paradigmas e de verdades acomodadas.

Assim, o patrimônio cultural, na sua dimensão histórica, espacial e na sua relação com o turismo, tal como aqui abordado, torna-se revelador das contradições constitutivas do processo social e histórico de produção do espaço, podendo mesmo ser tratado, ao fim e ao cabo, como uma chave interpretativa dessas contradições na contemporaneidade.

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_2

MARIA TEREZA DUARTE PAES

Considerando a importante questão contemporânea que convoca olhares interdisciplinares para compreender as relações entre o patrimônio cultural, o turismo e o planejamento territorial, este livro traz importantes contribuições para o público preocupado com o processo de institucionalização do patrimônio, com a sua associação à valorização turística dos lugares, e com as políticas públicas para o planejamento territorial. Os artigos aqui apresentados são resultado da parceria de projetos, intercâmbios e pesquisas comuns entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Grupo de Pesquisa (Diretório CNPq) *Geografia, Turismo e Território* (Laboratório de Geografia Urbana) do Departamento de Geografia/Instituto de Geociências, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo. Todos os autores aqui presentes participaram como palestrantes de nosso *IV Seminário de Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*, realizado em novembro de 2012 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGG/UERJ), e produziram as suas contribuições a partir do desenvolvimento da temática relativa à Geografia, à Sociologia, à História e à Arquitetura, na interface entre o Turismo e o Patrimônio Cultural.

Tomando como referência o fato de já termos publicado um primeiro livro, *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural* (Paes & Oliveira, 2009), a partir das investigações e Seminários organizados junto ao Grupo de Pesquisa, cabe aqui tecer algumas considerações sobre a trajetória das pesquisas nesta área.

Embora a abordagem geográfica do turismo tenha tomado um importante lugar entre as reflexões científicas desde os anos 1980 e, mais intensamente, a partir dos anos 1990, as investigações sobre o patrimônio cultural são bem

mais recentes. No que concerne às ciências sociais ou aplicadas, o patrimônio cultural manteve-se objeto de investigação de outros campos, tais como da história, da arquitetura e da arqueologia. A Geografia tomou mais tardiamente o patrimônio cultural como objeto de pesquisa, o *que não invalidou a sua importante contribuição contemporânea* (Paes, 2015, p. 54). E este fato não foi restrito à Geografia brasileira. Na França, território consagrado ao patrimônio cultural, a abordagem geográfica deste também só se inicia, praticamente, nos anos 2000, com uma rica e particular contribuição disciplinar que renovou as abordagens ao colocar no centro do debate a sua dimensão espacial, política, e como objeto dos interesses do presente, e não apenas da preservação do passado. Os conflitos de interesses de usos nas disputas territoriais, quer sejam áreas urbanas ou naturais; a fetichização das paisagens refuncionalizadas; as lógicas contraditórias entre um patrimônio que se quer globalizado às custas do patrimônio vivido por suas populações na escala local; e também a produção simbólica, tomada como legitimação de grupos sociais em um campo de conflito e dominação de ideologias na apropriação territorial ganharam luz nas investigações geográficas.

A dimensão cultural na Geografia clássica havia sido tratada, majoritariamente, pelo método positivista, o que restringiu as suas abordagens às metodologias objetivistas, classificatórias e descritivas das paisagens e bens culturais. Mesmo as abordagens iniciais da Geografia Crítica Marxista não permitiram encontrar na cultura um objeto de investigação que pudesse dar conta - como chave aproximativa da interpretação -, da totalidade social. Apenas recentemente o campo da cultura ganhou novamente prestígio nas reflexões geográficas, a partir de uma renovação de olhares e métodos que ampliaram a sua contribuição.

Importante frisar que tomar a dimensão cultural como recorte impõe algumas explicações de método. A primeira é que consideramos a cultura como constituinte das outras dimensões da vida, tais como a economia, a política, a social, a espacial, entre outras. Desde o início do processo de patrimonialização, geral e no Brasil, a dimensão cultural é utilizada como legitimação de interesses políticos, territoriais e, hoje, mais do que nunca, econômicos. A força das representações culturais – que dão significado, atribuem valores e ritualizam ações – coloca-se como ferramenta estratégica nas disputas de poder em várias dimensões da vida.

E além de debruçar o seu olhar sobre o patrimônio cultural, a Geografia tem apresentado importantes contribuições à associação inevitável e con-

troversa entre o turismo e o patrimônio cultural. Na França, autores como Guy Di Méo (1994), Olivier Lazzarotti (2011; 2000), Maria Gravari-Barbas (2014), Vincent Veschambre (2007), Anne Hertzog (2011), entre outros, são referências importantes neste debate.

A complexidade do cruzamento entre abordagens culturais, sociais, políticas, ambientais, econômicas; o diálogo interdisciplinar imprescindível; o conhecimento institucional dos processos de patrimonialização; e a dimensão espacial como eixo central em nossas análises, vieram edificando uma nova reflexão sobre patrimônio cultural, resgatando as heranças do passado em seus usos no presente – tema quase ausente, até então, em outras áreas disciplinares e mesmo nos órgãos de preservação.

Para Jacquot (2012), a pesquisa sobre a patrimonialização se inscreve em uma geografia social preocupada com as estratégias simbólicas de apropriação do espaço e do tempo, e como legitimação política de sua presença no lugar, reforçando territorialidades particulares.

Interessante observar que a Geografia entrou no debate sobre o patrimônio no momento em que a própria noção de patrimônio cultural estendeu as suas tipologias e as suas escalas cronológica e espacial (Choay, 2001). Este fato, somado às diferentes expressões da mundialização da cultura e da globalização da economia, deram ao patrimônio cultural um novo e importante papel no planejamento do território, seja por meio das políticas de imagem do planejamento urbano ou na valorização de áreas naturais, ambas objetos de políticas e interesses econômicos mediados pelos órgãos de preservação locais, nacionais ou internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sujeito fundamental na nova geopolítica dos patrimônios culturais.

A institucionalização do patrimônio também nos faz rever as nossas tradicionais categorias – territórios do patrimônio, lugar da identidade, paisagens culturais, para citar apenas algumas -, hoje já incorporadas ao processo de patrimonialização, assim como nos força a rever internamente as nossas fronteiras internas (geografia econômica, política, cultural, apenas para citar algumas), ou mesmo criar mais porosidade em nossas fronteiras disciplinares (história, arquitetura, sociologia, antropologia, entre outras) (Veschambre, 2007).

Assim, o processo de patrimonialização se inscreve na trama do planejamento territorial e é orientado por finalidades que vão além da conservação do patrimônio cultural, como será observado nas contribuições dos artigos aqui presentes. Vale a pena frisar que as políticas públicas, os interesses

econômicos e os conflitos sociais de representação situam as heranças do passado no contexto da produção do presente.

Com este livro pretendemos apresentar diferentes possibilidades de olhar, de modo que o leitor, que agora nos lê, possa percorrer por variadas interpretações das ciências sociais sobre o patrimônio cultural, o turismo e o planejamento territorial, visualizando os campos disciplinares em diálogo. Aqui encontram-se contribuições de autores advindos da Geografia, da Arquitetura, da História e da Sociologia, com grande experiência acadêmica e, também, como Conselheiros ou Profissionais dos órgãos de preservação do patrimônio do Brasil. Além disso, reuniu-se a nós três contribuições de autores estrangeiros: da Argentina, de Portugal e da Itália, nos mesmos campos de atuação.

O livro que agora apresentamos inicia as suas reflexões com a contribuição de *Ana Fani Carlos*, importante geógrafa da comunidade científica brasileira, e referência nos estudos sobre teoria e método em geografia urbana. Embora os seus principais interesses temáticos não sejam o turismo e o patrimônio cultural, a partir do seu conhecimento sobre a produção e a reprodução do espaço, dedicou o seu olhar para o cruzamento entre estas duas áreas tão presentes nas tendências contemporâneas do planejamento urbano.

Partindo de uma abordagem geográfica de modo a buscar compreender criticamente a espacialidade constitutiva do processo social, toma o patrimônio cultural em sua relação direta com o turismo, na perspectiva econômica do valor de troca, já que, para o turismo, o patrimônio é constituído “*como uma particularidade do espaço construída pelo tempo acumulado*”, e pode ser considerado um valor a ser vendido e consumido no mercado cultural. Em sua hipótese, o patrimônio como representação, tanto da sociedade, do mercado, como do Estado, capta a memória do tempo histórico e a transforma em abstração concreta na circulação do mercado.

Seguindo o seu pensamento, o casamento entre patrimônio cultural e turismo acaba por fortalecer as contradições entre o valor de uso e o valor de troca revelados na produção do espaço. Com o espraiamento das cidades, a raridade do espaço, a necessidade de reestruturação urbana de áreas deterioradas, a reincorporação funcional do patrimônio histórico e arquitetônico do tecido urbano tornou-se uma saída para a reincorporação destas áreas. Embora concorde que “o patrimônio escapa, em seus usos mais profundos, ao uso turístico, já que se situa no conjunto mais amplo da repro-

dução do espaço (numa articulação de escalas tanto espaciais quanto temporais)”, é do patrimônio tempo-espaço tornado mercadoria, do ponto de vista do turismo, que irá tratar. Embora concordemos com Yúdice (2013, p.13), para quem a cultura tornou-se um recurso econômico, mas não no seu simples formato de mercadoria, mas como eixo estruturante de uma nova racionalidade de organização ideológica e epistêmica, como suporte das políticas públicas e dos interesses da iniciativa privada, parece ser difícil negar esta determinação mais hegemônica no processo contemporâneo de valorização do patrimônio cultural urbano.

Mas Fani vai mais longe, desbravando o tempo do avesso para encontrar nas raízes da modernidade o que nos aproxima e nos distancia dela. Flana pela flânerie do tempo perdido para afirmar que, enquanto a destruição do passado promovida pela nova racionalidade urbana, a começar por Haussmann, em Paris, estigmatizou as heranças históricas e as tradições; nós, no presente e com o turismo, espetacularizamos nossas ruínas para serem consumidas como exterioridade – experiência forjada de um cotidiano de pertencimento que não nos pertence. Nesse espetáculo o lugar do patrimônio se confunde entre “o real e o posticho”, “entre o recuperado e o autêntico”, entre o uso da tradição vivida no cotidiano do lugar, e o mercado de troca de bens simbólicos avaliados externamente.

Assim, segunda hipótese apresentada pela autora, patrimônio e cultura tomados como mercadoria constituem-se fetiches. E é na prática espacial que esse falso encantamento da história tornada presente se substancia como mercadoria.

A segunda contribuição deste livro é de *Rafael Winter Ribeiro*, geógrafo que trabalhou como Consultor da UNESCO para o Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN (PEP/IPHAN), Pesquisador Associado do Programa de Especialização em Patrimônio PEP/IPHAN, e que traz suas leituras do patrimônio cultural olhando o Rio de Janeiro, particularmente, o Cais do Valongo.

A partir da Geografia há inúmeros subcampos que podem orientar as nossas interpretações do mundo e, aqui, do processo de patrimonialização. Rafael faz da Geografia Política as suas lentes. Preocupado com o contexto da democracia e com as práticas cidadãs, Rafael vai abrindo a cena política do conflito de representações de identidade que instituem o patrimônio e que têm no território a sua base. É com esta preocupação que revê as políticas patrimoniais no Brasil, assim como algumas paisagens cariocas e, especial-

mente, o Cais do Valongo, com Dossiê aceito em setembro de 2015 para compor a Lista de candidatura a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, aprovado como o 21º sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em julho de 2017.

Atento aos discursos que legitimam a prática patrimonial, passa pelo início do século XX, quando a identidade nacional cimentava a trama; pelo importante papel dos discursos dos especialistas do patrimônio; pelos anos 1970, quando o sítio histórico deixa de ser visto apenas como excepcionalidade monumental e obra de arte para tornar-se documento histórico; e pelos anos 1980, quando o processo de redemocratização também chega às práticas patrimoniais – ao menos nos discursos – e a noção de Referência Cultural carregaria em seu bojo uma mudança de paradigma: do patrimônio restrito ao universo dos especialistas ao patrimônio que só teria sentido se fosse um valor construído e atribuído pelo seu próprio grupo social de referência espacial.

Auxiliado por Fonseca (1998, p.33), ele aponta que a mudança naquele momento não se referia, exclusivamente, aos bens patrimoniais, mas a uma nova forma de compreender a natureza de valoração do patrimônio cultural, que acabaria por instituir um instrumento para Registro do Patrimônio Imaterial e absorver sujeitos sociais que, até então, estavam marginalizados do processo de patrimonialização, tanto da seleção quanto de seu desfrute.

Além disso, segundo Winter, a partir dos anos 1970 a prática patrimonialista perde o seu medo da modernização e passa a incluir em seu repertório os sujeitos em suas práticas culturais vivas, incorporando as mudanças sociais.

Para argumentar empiricamente com a sua reflexão conceitual, chama dois casos específicos para análise: a inscrição de partes da cidade do Rio de Janeiro a candidatura a Patrimônio Mundial pela UNESCO, eleita na tipologia de Paisagem Cultural, em 2012, mas ainda sem a sua gestão implementada; e o processo do Cais do Valongo, na Zona Portuária.

Com estes dois exemplos o autor nos apresenta, segundo a sua interpretação, dois casos diferenciados. O primeiro, das *Paisagens Cariocas: entre a montanha e o mar*, informa sobre um processo que ocorreu de cima para baixo, pelo olhar dos especialistas e sem a participação ou consulta dos diversos representantes sociais; o segundo, do Cais do Valongo, como um processo que acolheu e respeitou o diálogo e a participação social, o que institui os *lugares de memória*.

Só o tempo dirá se a força do lugar resistirá ao parque temático que, nesses casos, vive do discurso para um herói inventado de modo a encobrir a identidade daquele que, durante tanto tempo na história, foi estigmatizado.

Paulo César Garcez Marins, historiador e Professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, trás uma necessária reflexão sobre os significados que estruturam a Lista do Patrimônio Mundial no Brasil e o que estes revelam de nossa própria trajetória de preservação.

Após um longo período de “hipervalorização do período colonial”, mesmo o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, em 1987, ainda estava ligado a forte representação de modernistas, tais como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx, expoentes que tiveram um papel fundamental para o Iphan na preservação da memória colonial. Para Paulo Garcez, essa abertura para a preservação da arquitetura modernista também revelou “imensos compromissos semânticos entre os modernistas e a preservação de sua própria memória”, e sem terem conseguido, ainda, equilibrar esta balança¹. A UNESCO ainda nos reflete, majoritariamente, como patrimônio colonial, primado também incontornável para o Iphan que concentrou em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco grande parte dos conjuntos e edificações tombadas pelo Órgão.

E sobre esse primado Paulo vai relatando caso a caso, destacando que, ainda que alguns sítios tivessem sofrido inúmeras transformações, exclusões ou acréscimos, particularmente nos séculos XIX e XX, a busca por uma narrativa de conjuntos homogêneos preservados dos séculos XVI, XVII ou XVIII construiu esta realidade.

O patrimônio mundial natural também é fracamente representado pela Lista da UNESCO, o que, provavelmente, revela a nossa natureza partida entre as administrações do meio ambiente e as do patrimônio natural e cultural. A inclusão, em 2012, de “paisagens cariocas” como Paisagem Cultural, na Lista do Patrimônio Mundial, parece revelar as contradições levantadas por Paulo Garcez.

Do patrimônio imaterial à expansão “do estoque” de bens materiais tombados, Paulo Garcez vai construindo uma dialética entre a ampliação da patrimonialização visível no território nacional e as sombras não referenda-

1. Vale destacar que em 07 de julho de 2017 o Iphan declarou 27 obras de Oscar Niemeyer, localizadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, como Patrimônio Histórico Nacional.

das pelo processo institucional, sejam nacionais ou mundiais. De qualquer forma, para além do patrimônio colonial, parece estarmos vivendo em um período que aponta para a possibilidade de representação de um país mais heterogêneo – é com esta aposta que o autor finaliza o seu artigo.

Lia Motta, arquiteta, nome conhecido da preservação patrimonial do Brasil, técnica do Iphan há vários anos, Coordenadora Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN (COPEDOC) e do Programa de Mestrado Profissional do órgão, nos brinda com este artigo: *O patrimônio urbanístico e seus usos sociais*.

Colocando a Constituição Federal de 1988 como marco de partida, propõe-se a discutir sobre a superação da hegemonia da construção do patrimônio nacional, pautada nos valores estético-estilísticos da arquitetura colonial e nos bens de caráter excepcional, em relação às referências culturais diferenciadas e presentes na sociedade brasileira, de modo a construir uma memória social a partir deste marco.

Segundo as suas palavras: “Apenas na lida com o patrimônio de natureza imaterial que a referência cultural vem norteando os trabalhos de forma mais ampla”. Com esta constatação, nos diz da urgente tarefa de refletir sobre os usos sociais dos bens culturais, e ousa colocar luz ao patrimônio urbano do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, “experiência pioneira de construção de memórias coletivas pelos moradores, como modo de dignificar o lugar e criar um sentimento de autoestima e pertencimento a história da cidade”.

Antes da empiria, costura a teoria e as narrativas patrimoniais, passando pelas várias formas de interpretarmos a memória, pela construção da noção de Referência Cultural no Iphan, à participação das comunidades nos processos de preservação.

Atenta à urgência diante do crescente interesse turístico pelo patrimônio e da criação do *patrimônio globalizado* que podem assolar a memória das cidades e das próprias populações que vivem em uma situação marginal em relação a este processo hegemônico, vai se inspirar em uma experiência de Aloísio Magalhães, nos anos 1980, que encontrou patrimônio cultural tendo por guia uma moradora em uma pequena cidade de Pernambuco, Triunfo, em uma prática social cotidiana que despertou a sua compreensão para a representatividade de, simplesmente, “uma forma de vida”. Ou seja, considerando que Magalhães era então Presidente do Iphan, estava instalada a forma de viver dos moradores como patrimônio cultural – uma

ruptura profunda com os parâmetros anteriores. Segundo Lia, o processo de atribuição de valor “ao sítio urbano de Triunfo a partir da apreensão da moradora” levou à consagração do conceito de Referência Cultural na Constituição de 1988 e, como consequência do amadurecimento da questão, ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), em 2000.

Apesar das novas concepções e instrumentos colocados, Lia Motta afirma que pouco se fez no período, sendo ainda mais representativo do órgão de preservação o patrimônio de “pedra e cal”. Mas é desta nova perspectiva patrimonial que coloca os sujeitos sociais e suas referências culturais como protagonistas em diálogo com os sujeitos institucionais do saber técnico que Lia quer falar.

No Complexo da Maré identifica a convivência de várias Marés, cada uma oriunda de tempos e memórias históricas diversas. A cidade tradicional, a dos conjuntos projetados e monofuncionais e as vias de circulação. Os detalhes desta história os leitores terão em seu artigo que finaliza com a defesa da dignificação da história destes sujeitos e lugares por tanto tempo esquecidos da seleção patrimonial.

Simone Scifoni, geógrafa que também atuou como técnica do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e do IPHAN, pesquisou o patrimônio natural da Mata Atlântica em seu doutorado, e tem se dedicado ao patrimônio urbano, parte de uma crítica à gestão urbana de característica empresarial, como afirma, “ao modo de pensar e fazer política de patrimônio no Brasil”, e questiona “a natureza desigual do tratamento dado aos patrimônios e o universo também desigual da produção da cultura no Brasil”. É deste lugar que volta os olhos para o patrimônio dos grupos sociais subalternos, especialmente aquele associado ao operariado fabril da metrópole paulistana, colocando em destaque os seus modos de vida e o seu patrimônio material, muitas vezes esquecidos na hierarquia de capitais culturais e em face de um patrimônio industrial mais valorizado, como as grandes edificações e infraestruturas técnicas, inclusive a partir dos discursos da UNESCO, que dão aos trabalhadores – sujeitos desta memória social - um papel secundário.

Como já demonstrado nos artigos de *Rafael Winter Ribeiro*, *Paulo César Garcez Marins* e *Lia Motta*, reafirma a crítica às ideologias e ao reducionismo espacial e tipológico levados a cabo na *fase heroica* de construção do patrimônio nacional. Também reforça o papel da Constituição Federal de

1988, embora a considere “essencialmente discricionária”, criticando a sua real utilização na prática política em relação a efetiva inclusão cidadã da “colaboração da comunidade”, conforme escrito na própria Constituição. Nesse sentido questiona: “Até que ponto houve mudança?”.

Recuperando o conceito de *modelo globalizado*, de Motta (2000), critica a forma de intervenção urbana das políticas patrimoniais a partir dos anos 1990, e a sua associação aos modelos urbanos do planejamento estratégico de caráter empresarial, inspirado em Barcelona, a partir de 2000, que selecionou apenas as edificações arquitetônicas de grande visibilidade e retorno para uma refuncionalização elitista.

Segundo a autora, os movimentos sociais de luta pela preservação são reflexos da desigualdade nas políticas patrimoniais. Discordando de que o processo de patrimonialização que ocorreu na Europa tenha se dado no Brasil, como afirmam vários autores, afirma que “No Brasil há um grande passivo patrimonial a ser identificado, protegido e valorizado”, o que justifica ainda a expansão da patrimonialização pelo Iphan. Para ela, aqui, não há uma “indústria ou inflação patrimonial”, sobretudo porque ainda temos grande parte de nosso acervo patrimonial deteriorado ou em péssimas condições de conservação, ainda que as políticas públicas que estimularam a revalorização imobiliária das áreas centrais tenham requalificado e dado visibilidade a estas áreas.

Mas aqueles bens imóveis que não se enquadram no atrativo consumo cultural, segundo ela, continuam abandonados, e assim situa alguns exemplos na cidade de São Paulo. Segundo ela, “Somente a partir de uma inversão de olhar é possível compreender os espaços fabris e seus equipamentos para além do viés da técnica, dos meios de produção e do capital”, e então propõe um “inventário dos lugares de memória operária”, onde seriam incluídos “os lugares de trabalho, lugares de luta, lugares de moradia e da vida cotidiana”.

No sentido inverso, o artigo de *Paulo Peixoto*, em tom bastante crítico, analisa o processo mundial de patrimonialização em sua negociação política, em seus discursos hegemônicos, especializados e pouco democráticos e, em grande medida, orientados pelas estratégias dos interesses do setor turístico e do consumo cultural.

Entre as narrativas retóricas necessárias ao processo de patrimonialização, aponta os processos de indicação da UNESCO e os conceitos de sustentabilidade e participação. Tomando como referência a França, vira do avesso

tal processo e avalia o lugar da despatrimonialização, ou, como denomina, da *eutanásia do patrimônio*. Afinal, o que é patrimônio é relativo ao período histórico, às suas ideologias, imaginários, interesses e narrativas. Paulo Peixoto nos provoca a pensar a essencialização reducionista da “fúria patrimonialista”.

Citando Dresden, no Vale do rio Elba, na Alemanha, mostra como estes discursos podem estar em desacordo com as populações do lugar patrimonializado, ou mesmo, como em muitos casos, inclusive no Brasil, algumas populações ignoram completamente o processo de indicação da UNESCO sobre o sítio no qual simplesmente vivem.

Então, o patrimônio representado pelo lugar seria mais importante do que o patrimônio lugar que se torna mundial? Parece que estamos vivendo um momento de ruptura desse longo processo de patrimonialização. Quem sabe estejamos mesmo abandonando as bases da modernidade junto com a sua esquizofrenia, como nos foi apresentada por David Harvey (1992).

Rodolfo Bertonecello, geógrafo do CONICET e da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina, preocupa-se mais de perto com as práticas sociais, a mobilidade e as condições tecnológicas e organizacionais do turismo. Faz um zoom na expansão do turismo cultural e chega na valorização contemporânea do patrimônio cultural.

Relembrando Mac Cannell (2001), coloca em questão a autenticidade dos bens culturais valorizados pelo turismo, assim como a experiência turística que ganhou força como produto nesta associação entre turismo e cultura.

Atualmente, praticamente todas as manifestações culturais são de interesse turístico, afirma, sendo o diferencial territorial uma matéria prima que estrutura o setor, o que inflaciona a produção de lugares turísticos. Por outro lado, é preciso refletir que nos destinos turísticos estão sujeitos sociais concretos e que esta produção só ocorre a partir de uma organização política, dos interesses sociais e econômicos, e não da simples vocação do lugar. Deste modo, o autor passa a investigar as estratégias destas formas de organização – “As manifestações culturais que os turistas observam e desfrutam são o resultado de tudo isso”. E o recurso ao patrimônio cultural como atrativo torna-se, assim, uma dessas estratégias que coloca as cidades como importantes destinos do turismo cultural.

Então, como já apontado por outros autores para o caso brasileiro, os processos de renovação, refuncionalização ou gentrificação urbanas têm pre-

parado cidades em todo o mundo para a visitação turística. Como afirma Rodolfo Bertoncello, “A cidade convertida em um cenário para ser visto e admirado pelos turistas vai incluindo cada vez mais fragmentos de sua totalidade cotidiana, garantindo a oferta de novos produtos e a manuten o de sua atratividade”, e fazendo da convivência dos processos de uma globaliza o homogeneizante e de uma diferencia o cultural o seu objeto mais precioso.

Marina Faccioli, geógrafa da Universidade de Pisa, na Itália, e especialista em estudos urbanos e regionais, nos fala do enfraquecimento das rela oes de pertencimento e das configura oes locais do Planalto da Sila – ambientais, culturais e em rela o ao trabalho - devido a agrega o territorial ocorrida na Sila, em toda a região da Calábria, e mesmo em todo Mezzogiorno.

Lembrando o termo “voca o” e uma certa “individualidade original”, trata desta história longa de parte da Europa que, rica em florestas, constituiu uma cultura sobre a prática econ mica da madeira e das atividades de pastoreio. Lembrando as *paisagens culturais*, vai nos apresentando esta cultura tradicional, sua história natural, suas rela oes com o trabalho rural, e o desmembramento de grandes empresas pastoris e de cereais. A reparti o desta região em modernos municípios que acolheram suas heranças culturais em declínio em uma nova forma de regionaliza o afetou o planalto agrícola, caracterizado agora por uma organiza o moderna e pela inclusão de circuitos culturais para estas rugosidades do campo.

Segundo Marina, esta nova configura o que caracteriza Sila, estimulada pela demanda diversificada do consumo, trouxe “charme e originalidade” a uma  rea. A cria o de um Parque Nacional onde se valoriza o uso tradicional da terra, suas dinâmicas de ocupa o tradicionais, a recupera o da área e suas condi oes ambientais, com o uso de novas tecnologias, representou o “renascimento” nas novas dinâmicas da região.

Assim, “no contexto da renova o dos processos e formas de uso do solo de Sila”, a recupera o do ambiente natural, a moderniza o agrícola com a permanência de heranças culturais tradicionais, e o papel do turismo na recupera o da região foi fundamental para a renova o de seu potencial competitivo e produtivo.

Após avaliar os processos de gestão, a autora enfatiza o papel do Parque Nacional como sujeito de integra o territorial, em um contexto de diálogo com as cidades do entorno e sua estrutura regional.

Assim, em outro contexto territorial, na Europa, em outra Geografia, a italiana, temos como contribuição este elogio a um Parque Nacional e ao seu papel na recuperação ambiental, na modernização agrícola dos usos, na manutenção das tradições e na inserção de uma área que estava em declínio econômico diante das novas redes globais do consumo do território.

Davis Gruber Sansolo, geógrafo atuante nas lidas do meio ambiente, nos traz um caso no qual esteve envolvido para apresentar suas considerações sobre o patrimônio natural comunitário em Silves, no Amazonas (AM), onde, segundo ele, “nasceu uma das primeiras iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil”. Situando a sua interpretação de lugar, e aproximando o patrimônio natural ao turismo, nos apresenta as conquistas e os conflitos da população local no momento em que a *Associação de Silves para a Proteção do Ambiental e Cultural* (ASPAC) propôs à população local o manejo no uso dos lagos ali existentes, e em que foi criada a *Cooperativa de Turismo* (COOPTUR), em 2005, para a gestão do turismo comunitário da ASPAC.

Os ganhos e conflitos daí provenientes o fez afirmar a sua hipótese: embora a população tenha fortalecido os seus laços de pertencimento ao lugar, após a ameaça colocada pela pesca profissional, a articulação dos ribeirinhos em torno da ASPAC e da COOPTUR colocou em conflito a lógica tradicional de manejo do patrimônio natural com a gestão do saber técnico para o patrimônio natural.

Assim, com contribuições variadas, mais consonantes do que dissonantes, os artigos que compõem este livro constituem um rico e atualizado acervo para todos aqueles que buscam desenvolver reflexões críticas, realizar pesquisas comprometidas com a realidade contemporânea e atuar em trabalhos especializados no campo patrimonial, do turismo e das ciências humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Di Meo, Guy. 1994. “Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle”. In: *Espaces et Sociétés*, 1994/4 (nº78).

FONSECA, M.C.L. “A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTTA, Lia; SILVA, M.B.R. (Orgs) *Inventários de identificação*. Iphan:Rio de Janeiro, 1998.

GRAVARI-BARBAS, Maria et Jacquot, Sébastien. 2014. *Patrimoine mondial et développement: au défi du tourisme durable*. Collection Nouveaux patrimoines, Editions PUQ (Presses de l'Université du Québec), 296 pg.

HARVEY, David. 1992. *A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudançacultural*, Edições Loyola, São Paulo, S.P.

HERTZOG, Anne. 2011. «Les géographes et le patrimoine», *EchoGéo* [En Ligne] : URL : <http://echogeo.revues.org/12840> : DOI : 10.4000/echogeo.12840.

LAZZAROTTI, Olivier. 2011. *Patrimoine et tourisme: Histoires, lieux, acteurs, enjeux*. Éditions Belin (Tourisme), Paris, France. (302pg).

_____. 2000. “Patrimoine et tourisme: un couple de la mondialisation”. *Mappemonde* 57 (1), 16p.

MAC CANNELL, Dean. 2001. “Tourist Agency”, In: *Tourist Studies*. 1(1), 23-37.

MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A.A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 257-287.

PAES, M.T.D. e OLIVEIRA, M.R.S. 2009. *Geografia, turismo e patrimônio cultural* (229 pg.), Editora Annablume & Fapesp, SP.

_____. 2015 “As cidades coloniais brasileiras – ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural” (pp.41-68). In: *GEOgraphia*, Vol.17, N.33, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro.

VESCHAMBRE, Vincent. 2007. “Patrimoine: un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales” (361-381). *Annales de géographie*, 2007/4 (nº 656).

YÚDICE, George. 2013. *A conveniência da cultura – usos da cultura na era global*. Editora UFMG/Humanitas, Belo Horizonte, MG.

TURISMO E PATRIMÔNIO: UM APORTE GEOGRÁFICO

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_3

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

INTRODUÇÃO

A reflexão aqui esboçada aborda o turismo numa perspectiva geográfica, focando a questão do patrimônio como uma de suas especificidades e, nesse sentido, apontando um dos conteúdos constitutivos da espacialidade do processo social elucidador do mundo moderno. Podemos afirmar que o turismo desponta como questão, para a Geografia, na medida em que aparece como expressão moderna do emprego do tempo e do uso do espaço, situando-se no movimento da reprodução social, tendo na produção do espaço um elemento de estruturação e realização. O patrimônio surge da possibilidade de congelar, num determinado lugar, a representação das relações sociais (como relações de troca) que permitiram a construção de uma história coletiva e, desse modo, de uma identidade constituidora de uma memória coletiva. Como questão para o turismo, o patrimônio aparece como uma particularidade do espaço construída pelo tempo acumulado (num determinado lugar) apontando para um espaço-tempo próprio de um grupo e, nesta particularidade, é passível de ser consumido, portanto vendido, como fenômeno que distinguiria um sentido e um estilo para o consumo deste lugar.

No mundo moderno, o turismo é um dos elementos constitutivos do processo de reprodução do espaço que expressa um movimento inerente ao processo de acumulação capitalista e envolve a reprodução das relações sociais de produção, aproveitando-se do universo de significados - fictício ou real - o qual, por sua vez, pontua e funda a história diferencial dos grupos nos lugares. O turismo, assim, se situa no movimento do processo da re-

produção econômica da sociedade, na qualidade de estratégia de realização da acumulação fundada na valorização do valor como possibilidade de superação da fase crítica da economia. Ele é um novo e importante setor da economia, que se realiza por meio do espaço, produzindo e consumindo um determinado tipo de lugar, e através das atividades econômicas voltadas ao turismo, produz-se espaços para serem consumidos. Nesse movimento, uma articulação profunda entre o Estado e os setores econômicos se revela através de políticas urbanas que direcionam o orçamento público para a construção de uma infraestrutura necessária para que esse processo econômico se realize. Diante das transformações dos setores produtivos da sociedade, a produção do espaço aparece como novo sentido visando a sua realização como fonte de lucro e não apenas como condição, meio e produto de realização do ciclo do capital na indústria². No momento em que o emprego industrial encolhe e que a indústria se transforma profundamente, o turismo, na qualidade de atividade econômica, surge como a salvação das economias locais, revelando-se, dessa maneira, como estratégia da acumulação.

Do ponto de vista da atividade turística, os lugares se vendem no mercado pela ênfase de uma particularidade criada ou re-dimensionada. Deste modo, pensar o “patrimônio” significa abrir a análise para a reprodução do espaço englobando cada vez mais o plano do mundial (como tendência inexorável da sociedade), em que as particularidades do lugar podem ganhar significado num novo mercado de mercadorias. Aqui, especificamente, parcelas do espaço, mimetizados no plano do edifício ou do pequeno fragmento do lugar, vendem - através de uma estratégia de marketing - um modo de vida (uma relação espaço-temporal) pretérito. O patrimônio aparece, também, como uma das expressões da realização do poder do Estado materializada no espaço, que vira uma questão econômica e política de marketing. Tais lugares, arrancados do contexto em que fazem sentido, recriam uma maneira de relação dos indivíduos com o espaço e o tempo evocativos da memória fundada numa cultura e numa história determinadas.

Assim, como ponto de partida, podemos elaborar a seguinte hipótese: sob a perspectiva do valor de troca, o “patrimônio” aparece como representação no mundo moderno, tendo a história como referencial, num momento em que as referências vindas da história, que marcam a identidade que funda

2. Sobre esta reflexão, ver Ana Fani Alessandri Carlos, a *Condição espacial*, São Paulo, Contexto, 2011.

a memória, cedem lugar às abstrações concretas, tais como a do dinheiro e da mercadoria. Desse modo, o turismo é um elemento constitutivo da problemática espacial que surge, hoje, enquanto urbana e mundial, revelando o caminho do processo de reprodução do espaço cuja prática socioespacial esclarece-se na relação entre tempo efêmero-espaço amnésico. Nessa relação espaço-temporal, o tempo é cada vez mais veloz. Ele rompe com antigos ritmos da vida e de sua produção, realizando-se num espaço abstrato e homogêneo, que, sob a lógica da acumulação capitalista, como abstração, encontra-se esvaziado dos referenciais constituídos por uma história de longa duração. Nesse processo, o espaço, destituído de historicidade, é consumido como simulacro no mercado turístico. Tal simulacro, como particularidade do espaço localizado num sítio específico, permite seu acesso pela realização de um determinado tipo de consumo que não deixa de apontar uma forma de segregação.

O momento atual, portanto, sinaliza o desenvolvimento de uma sociedade essencialmente urbana, produto de um processo de urbanização no qual o turismo passa a ter um papel importante apontando o movimento da passagem do “consumo no espaço” (consumo este que realiza a realização da vida) para o “consumo do espaço” (espaço este que, tornado mercadoria, tem na sua venda uma fonte de lucro) de modo que a história dos lugares, destituídos de seus conteúdos, ganha valor de troca no mercado. Localizado para poder ser usufruído no universo do consumo, esta passagem revela uma das transformações da sociedade moderna no que tange ao processo de reprodução do espaço. O patrimônio situado no horizonte da prática socioespacial diz respeito à totalidade da experiência social, criando particularidades no espaço e sinalizando para o que uma determinada sociedade num certo momento foi capaz de construir.

No final do século XX, ele responde a valores e interesses, orientados por políticas públicas, em aliança com setores privados, voltadas à revalorização de áreas e assentadas na estratégia que o recria como expressão de vínculos de identidade do grupo que aí vive, cujo acesso é capaz de alargar experiências de vida. Sua especificidade aponta para uma necessária relação com uma ordem distante, o que exige uma propaganda capaz de atrair, encantando possíveis compradores e exigindo infraestrutura de circulação, na medida em que consumo se realiza no lugar de sua produção - um único lugar associa, assim, produção/mercado/consumo, exigindo o deslocamento do consumidor, não da mercadoria a ser consumida.

Duas contradições iluminam o percurso da compreensão do processo: a) uma vez produzido enquanto mercadoria, o espaço realiza a contradição entre valor de uso e valor de troca trazendo, como consequência, um sentido e orientação para as relações sociais. Sua reprodução, todavia, orienta-se pela constituição da sociedade urbana transcendendo, assim, o plano do lugar e da cidade, mundializando-se como modo de vida, comportamento e valores; b) esta produção ininterrupta aponta uma convivência necessária entre permanência (nos sentidos dos lugares, das relações sociais, do modo de vida, etc.) ao mesmo tempo que contempla transformações profundas. O desenvolvimento de cada uma destas contradições não elimina a outra, e em sua confluência e justaposição permitem iluminar um caminho para pensar o tema proposto no movimento da constituição de uma sociedade urbana, que segue em direção à sua mundialização como articulação contraditória de espaços e tempos em suas mais diversas escalas.

PRIMEIRA CONTRADIÇÃO

A contradição valor de uso/valor de troca revela-se no processo de produção do espaço sob a égide da lógica capitalista como momento de expansão do mundo da mercadoria, estendida do processo produtivo dentro da empresa para toda a cidade, fragmentada em parcelas que podem ser vendidas no mercado imobiliário como condição única de apropriação da cidade para a realização da vida urbana. Nesse processo, sob a forma da mercadoria, a produção do espaço realiza a contradição valor de uso/valor de troca e nesta situação submete os acessos - a habitação, ao lazer, a circulação, e, mais modernamente, o turismo, - ao mercado e à sua lógica.

Como decorrência, o processo de produção do espaço urbano, tornado mercadoria pelo desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, em sua lógica reprodutiva, subordinou a vida humana a modelos rígidos de comportamento, normas, leis, que se estendem da vida privada (o universo da casa e das relações familiares) ao acesso aos espaços públicos (cujos conteúdos sinalizam os sentidos da cidade como aquele da esfera pública, dos encontros, da reunião de diferentes, do acaso) à cidade como um todo. Nesse processo, o habitar a cidade implicou subjugação da vida a um modelo de apropriação subordinado à lógica do valor de troca, portanto ao mercado. Isto ocorre porque o espaço se produz como elemento produtivo visando a realização do lucro - a atuação do setor imobiliário é ilustrativo deste fato - deslocando

e deteriorando os modos de usos da cidade, na medida em que uma parte, cada vez mais significativa da cidade, só pode ser usufruída pela mediação do mercado. Sob esta lógica se estabelece e determina as relações entre habitar/habitat; público/privado; centro/perifeira, e conseqüentemente, tempo de lazer/tempo de trabalho/tempo da vida privada. Tal sociedade constituída pelo consumo gera também novos conteúdos da urbanidade, nos quais a mercadoria e sua posse redefinem as relações entre os indivíduos e destas com as possibilidades de usos do espaço.

Ao realizar-se enquanto mercadoria, movimento do processo de produção do espaço urbano, permitiu a realização da propriedade privada da riqueza em suas várias formas - condição e fundamento do capitalismo - dentre elas aquela mobilizada no solo urbano, o que promoveu a extensão e densificação do tecido urbano, fazendo com que as cidades se espraiassem a perder de vista. Todavia, sua realização produziu a raridade do espaço, que deixa de ser abundante ao defrontar-se com barreiras ao seu pelo crescimento. Dessa forma, o processo produtivo (sob a hegemonia do capital industrial) vem encontrando seus limites gerando uma crise de acumulação. O movimento do setor imobiliário precisa encontrar novas frentes de valorização, assim como o desenvolvimento das atividades econômicas novos lugares para desenvolver-se. Frente à escassez de áreas passíveis de serem incorporadas pelo mercado imobiliário e das necessidades de lugares para a expansão das atividades econômicas, o deslocamento de antigas áreas industriais bem como uma intervenção nas áreas deterioradas³ acabam criando uma possibilidade de realização financeira com o suporte de políticas públicas - incentivos fiscais e leis - e da construção de infraestrutura, permitindo a reentrada destas áreas no mercado formal, capaz de gerar de um novo ciclo econômico, agora, sob a hegemonia capital financeiro.

O patrimônio aparece, neste momento, como passível de ser utilizado como alibi para reverter (como novos valores de troca) o processo de desvalorização de áreas decadentes (do ponto de vista do mercado). Pelo ângulo da atividade turística, o monumento torna-se uma mercadoria, ligando-se a uma função simbólica e conseqüente às ideologias e instituições do passado e do presente. Como objeto de consumo, o espaço aparece em sua monumentalidade com suas características materiais/naturais passíveis de serem

3. A deterioração de lugares da cidade não pode ser confundida com abandono destes, mas como áreas passíveis de serem reincorporadas ao mercado em um novo ciclo de reprodução. O sentido da deterioração é dado pela lógica do capital

vendidas e consumidas ao mesmo tempo que vendidas *in loco*, exigindo o consumo no lugar e por um determinado período de tempo delimitado pela forma de consumo do lugar, e ocupando um tempo determinado e exíguo da vida cotidiana. Como relação de troca, ele envolve trazer as pessoas/consumidores para o lugar do desfrute, sendo, neste sentido, gerador de fluxo; mas é também convencimento para a geração da mobilidade. Todavia é um consumo para poucos, estabelecendo-se - dependendo da escala - como elemento de diferenciação social, de modo que exige um discurso, uma linguagem, bem como o desenvolvimento da divisão do trabalho.

Mais complexo do que uma coisa/ou um objeto em si, o patrimônio escapa, em seus significados mais profundos, ao uso turístico, já que se situa no conjunto mais amplo da reprodução do espaço (numa articulação em escalas tanto espaciais quanto temporal), o que: a) implica pensar a história, não como acúmulo de camadas do tempo no lugar, mas como processo civilizatório em sua anterioridade em relação ao fato turístico; b) aponta a impossibilidade de pensar o patrimônio como objeto localizado numa determinada parcela do espaço destituída da compreensão do processo histórico/da sociedade que o constitui enquanto tal; c) tem uma dimensão crítica, assinalando a diferenciação, no lugar, do que um determinado grupo valoriza como significativo e excepcional de uma história vivida (revelando o poder de uma classe sobre o resto da sociedade) e do que é produto de uma história pensada como data comemorativa (aquela dos vencedores/conquistadores). Como fonte da construção prática da identidade realizada como prática socioespacial, “a permanência representada pela estrutura estável da paisagem” (RICOEUR, 2008, p. 156), os legados históricos são constitutivos da memória.

SEGUNDA CONTRADIÇÃO

A modernidade, em suas origens, liga-se ao arrasamento dos referenciais construídos pela história civilizatória que fundava a existência humana. Foi assim com a tonalidade na música, com a perspectiva na pintura. O final do século XIX, bem como o início do século XX, apontaram outras importantes transformações, como o realismo na literatura, a teoria da relatividade na ciência, bem como um conjunto de invenções etc. O processo industrial, impondo a linearidade do tempo da indústria frente ao tempo cíclico do cosmos que delineava as relações dos homens, metamorfoseou a vida e as

formas de sociabilidade, reduzindo-as, uma vez que subsumidas a outra lógica. No plano dos espaços urbanos, as mudanças no tempo produziram grandes transformações; a vida se acelerava à medida que a técnica ia mudando a paisagem urbana, num outro ritmo muito mais intenso do que o vivido até então.

As transformações no modo de ver e perceber a vida urbana, a partir das metamorfoses de Paris sob a batuta de Haussmann - na segunda metade do século XIX - pode ser uma pista para entender o papel do patrimônio e sua preservação hoje, como busca de um passado que já não existe como referência, mas que pela ausência pode tornar-se um objeto de desejo passível de ser vendido.

Os “quadros parisienses” de Baudelaire apontam o caminho da destruição da cidade como momento constitutivo da modernidade, que se produz no bojo das transformações de Paris anunciando o estranhamento do cidadão frente a uma intervenção espacial que destrói seus referenciais. É célebre a estrofe do poema *O cisne*: “Fecundou-se de súbito a fértil memória. Quando eu cruzava a passo o novo carrossel. Foi-se a velha Paris (de uma cidade a história depressa muda mais rápido que o coração de um mortal)” (BAUDELAIRE, 1985, p. 327). Assim se defrontam contraditoriamente dois tempos: o da vida e o das transformações espaciais. O poema aponta que esta transformação redefine a hierarquização dos membros da sociedade ao facultar seu acesso à cidade aos possuidores de renda, recriando limites ao uso dos lugares e expulsando o homem comum⁴. Mas não é só de acessos e estranhamentos que trata o poeta, as transformações da cidade mudam a relação entre os cidadãos. À medida que a velocidade do tempo se impõe na vida cotidiana, subsumindo-a, impede-se e dificulta-se encontros, reuniões e acasos, que são próprios e definidores da vida urbana. É

4. Charles Baudelaire, Os olhos dos pobres: “Bem à nossa frente, sobre a calçada, estava em pé um valente homem em seus quarenta anos, os olhos cansados, a barba grisalha, tendo em uma mão um pequeno garoto e segurando no outro braço um pequeno ser, fraco demais para caminhar. Ele exercia seu ofício de operário e levava depois seus filhos para tomar o ar da noite. Todos em farrapos. Aqueles três rostos eram extraordinariamente sérios, e seus seis olhos contemplavam o novo café com admiração igual, mas com nuances próprias de cada idade. Os olhos do pai diziam: “Que belo! Que belo! Parece que todo o ouro do pobre mundo está sobre esses muros.” - Os olhos do garotinho: “Que belo! Que belo! Mas é uma casa onde somente podem entrar as pessoas que não são como nós.” - Quanto aos olhos do mais novo, estes estavam fascinados demais para exprimir qualquer coisa além de uma alegria estúpida e profunda.”

paradigmático o poema *A uma passante*⁵, do mesmo autor, em que o possível encontro entre duas pessoas que se cruzam no amplo boulevard não é realizado uma vez que, os recém abertos boulevares (que destruíram parte medieval da capital francesa), impõem-se como lugares de passagem, o que sugeriu a Walter Benjamin (1985) que o amor à primeira vista torna-se, na modernidade, “um amor à última vista”. Com escreve o autor, o “amor se reconhece como estigmatizado pela cidade grande” (idem, p. 74). Esta modernidade vivida concretamente, como espaço-tempo da vida cotidiana, também mudou a flânerie: “assim ele perambulava pela cidade, que há muito já não era mais sua pátria, nem lar para o flâneur”, até o limite.

Havia o transeunte que se perde na multidão e havia o flâneur, que precisa de espaço para agir e que não quer privar-se de sua privatização. Ocioso, caminhava como se fosse uma personalidade: assim era seu protesto contra a divisão do trabalho, que transformava as pessoas em especialistas. Assim ele também protestava contra a operosidade e a eficiência. [...] Se dependesse dele, o progresso deveria aprender o passo das tartarugas. Mas não foi ele quem nisso teve a última palavra: foi Taylor, que transformou em palavras de ordem o “abaixo a flânerie” (BENJAMIN, 1985, p. 81).

Sobre as ruínas do tempo, a modernidade⁶, nascida no bojo de um imenso processo de transformação que se faz como negação da história em favor das possibilidades da técnica e da aventura de um novo século que se abria, situa-se a busca pelos restos impressos pela história localizada no espaço como o negativo deste novo mundo em constituição: aquele que aplaina o tempo, fragmenta o espaço, cinde a vida cotidiana, provocando estranhamento entre o homem e sua obra: a cidade. Mas, sob a égide do turismo, esses “restos” espetacularizados na forma mercadoria ganham novo sentido. Modelos culturais e valores tornam-se representações do passado e passam a ter sentido como o outro da vida cotidiana sem, todavia, fugir ao

5. “Efêmera beldade/Cujos olhos me fazem nascer outra vez/Não mais hei de ver senão na eternidade?! Longe daqui!tarde demais!nunca talvez!/Pois de ti já me fui, de mim tu já fugiste/ Tu que eu teria amado, ó tu que bem o viste!” In: *As flores do mal*, p. 345.

6. Walter Benjamin escreve que “Hausmann deu a si mesmo o nome de artiste démoliseur. Sentia-se como que chamado para sua obra, o que enfatiza em sua biografia. Assim, ele faz com que Paris se torne estranha para os próprios parisienses. Não se sentem mais em casa nela. Começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole” (1985, p. 41).

seu modelo estandardizado. Consumida como exterioridade, a experiência forjada de outra cultura e de outro modo de vida num determinado lugar estrutura a atividade do consumo do espaço como consumo da história como tempo passado do lugar.

Nesse processo, a identidade “do lugar” se constitui no movimento que vai da historicidade - como parte do humano - à história como ideologia circunscrita a fatos, datas, lugares e edifícios. Uma história que se demarca por fatos que assinalam, em grande parte, aqueles dos vencedores geralmente concentrados nos lugares centrais das cidades representados como marcos reveladores de sua gênese e nessa condição são alvos de políticas de renovação visando a sua realização como mercadoria. Neste percurso, o patrimônio se revela entre o real e o postizo (que fica no meio como produto de uma transformação diferenciada e passível de ser vendida como depositário de uma história num determinado lugar) e entre o recuperado (pela lógica turística) e o autêntico como referencial da vida urbana que ainda persiste (resíduo como possibilidade real de apropriação), mesmo subsumido pela troca.

O turismo, em sua vertente “cultural”, inscreve-se nas estratégias baseadas na valorização de diversas “expressões da cultura” - fictícias ou reais - orientadas a um público específico e diferenciado, que vem crescendo em função da valorização social positiva que ela confere motivada, em grande parte, pela desvalorização material e simbólica do mundo que nos cerca (essa ideia é o desdobramento da hipótese acima apontada). Deste modo, desvenda-se a contradição entre permanência e mutação, sinalizada na inseparabilidade das escalas do espaço e do tempo no movimento da reprodução do espaço. Ela permite pensar a modernidade manifesta numa relação dialética entre a produção de um espaço amnésico e um tempo efêmero que faz com que as camadas do tempo acumuladas no lugar, marcadas pela historicidade, se desprendam dos conteúdos transformando-se em elementos exteriores à vida cotidiana. Ao mesmo tempo que nela penetram, novamente por meio de uma ideologia constitutiva da interpretação da história como “fato heroico e data comemorativa” desprovidos dos conteúdos de sua historicidade. Portanto, a ideologia compõe o cenário preciso para a mercantilização destes “restos”, não destituído da tática da espetacularização que compõe o discurso e cria sua necessidade.

Nesta direção e, sob esta lógica da atividade turística, o patrimônio - uma das modalidades turísticas que é uma das formas de um mesmo processo

de mercantilização do espaço como produto e condição da acumulação capitalista - cria uma possibilidade de ampliação da base social de consumo necessária à expansão do processo de valorização pela expansão das possibilidades de criação de novas mercadorias e de novas formas e lugares de consumo decorrente do desenvolvimento do “mundo da mercadoria”.

A VIDA COTIDIANA E O ESPAÇO-TEMPO DO TURISMO

A vida cotidiana, invadida pelas possibilidades sempre ampliadas do consumo de mercadorias, subsume o tempo de lazer e, sob esta lógica, tudo pode vir a ser mercadoria e objeto de marketing, como modo de preenchimento produtivo deste tempo da vida deixada, até agora, ao desfrute do tempo/espaço como forma de apropriação criativa não definida no âmbito do mercado. Nesta orientação, o turismo pode ser entendido como a expressão moderna do emprego do tempo e do uso do espaço da modernidade (como já apontado) trazendo como exigência uma relação espaço-temporal num mundo em mutação em que a história e a cultura, autonomizadas, têm servido, em suas várias formas, ao seu crescimento econômico.

Como uma possibilidade de lucro, a existência de um patrimônio a ser vendido aponta também para uma possibilidade de ampliação da base social necessária à expansão do processo de valorização. Desta feita, o usufruto do Patrimônio muda de escala por meio da atividade do turismo, perdendo seu estatuto local ao inserir-se em um plano espacial mais amplo - aquele do regional ou global - e desta feita o que é local, qualitativo, se metamorfoseia em signos e representação para poder ser consumido por estranhos que vêm de outros lugares movidos pela descoberta, curiosidade e objeto de desejo criados pela mídia. Numa sociedade em busca pela diferença como diferenciação social, esta aparece e se concretiza nos acessos a lugares constituindo uma hierarquia espacial de acessos desiguais através de uma seleção daquilo que pode ser vendido objetivando a criação de uma demanda efetiva. Nesta perspectiva, o turismo pode transformar o patrimônio em atrativo, distinguindo grupos pelo poder de compra e de classe orientando interesses e expectativas.

Na cidade, não raro, o patrimônio está associado a uma centralidade - nó urbano como lugar de nascimento da aglomeração. O centro urbano, por sua especificidade - ser a reunião da vida social e política - surge como o lu-

gar no qual os traços da história da ocupação e produção do espaço se realizam com anterioridade ao resto do território, constituindo-se como ponto de valorização das coisas no espaço e daquilo que aparece como constitutivo da cidade. A produção da cidade industrial destruiu a cidade colonial, implodiu seu centro ao passo que explodia, provocando a dispersão dos elementos nos quais se apoiavam a vida urbana. Hoje, no âmbito do espaço urbano, a implosão dos centros das cidades é um dado inquestionável, tudo o que ali se reunia e acumulava foi ao longo do processo de reprodução do espaço urbano transformando-se. O centro esvazia-se de seus conteúdos iniciais: lugar da reunião/encontro de pessoas de classes diversas, de coisas, de atividades, de troca múltiplas, do comércio, das festas. Em seu desdobramento, este centro permitiu a extensão do tecido urbano como produto da migração das atividades e da classe de alta renda para outros lugares da cidade, desvalorizando-se do ponto de vista das atividades propulsoras de crescimento e lugar do poder da burguesia. Neste processo a centralidade desdobrou-se em subcentros monofuncionais. No momento atual, assistimos ao movimento de revalorização dos centros urbanos deteriorados pela migração das atividades nele concentradas, do deslocamento das classes médias e do lazer através de políticas públicas que abrem possibilidades para a acumulação, superando as contradições do processo de produção do espaço urbano.

Assim, constrói-se o discurso da preservação como estratégia para reabertura destes lugares ao mercado e a outro tipo de consumidor o que se faz através das operações urbanas, muitas delas apoiadas pelas parcerias público-privadas, visando à revitalização de antigos marcos históricos - muitos abandonados - capazes de gerar lucro através da instalação de outras funções e usos, com a manutenção das “formas históricas” e apoiados em novos discursos. “Quando as cidades entram em decadência, uma das tentativas de salvá-las é revitalizar com instituições culturais o território onde se inserem” diz Ulpiano Menezes (2006), apontando o novo nicho do processo de acumulação no universo da constituição da cidade em mercadoria, agora, sob o discurso de sua preservação, o que reforça a apropriação desigual dos lugares da cidade. Neste contexto, alguns lugares da cidade, espetacularizados, ganham “interesse cultural” e sua morfologia, tal qual se apresenta ao vivido, é hoje fonte de valorização. Construída como cenário objetivando o turismo, permite aos proprietários privados (dos imóveis, agora re-valorizados) lucros antes impensáveis.

Nesse processo, é a cidade como um todo que se vende a partir de um sítio de interesse, mas envolvendo uma área mais ampla são criadas possibilidades lucrativas através da revitalização/construção de atividades: hotelaria, restaurantes, bares, cafés, parques, *shopping*, as casas de souvenirs, os espetáculos de música, os shows de rua, acessibilidade e um mundo de serviços que envolve cada uma das atividades necessárias à venda do lugar. Deste modo, a orientação do processo de reprodução do espaço hoje, ao criar uma associação entre turismo e patrimônio, amplia o movimento da acumulação. Portanto, a possibilidade sempre ampliada de reprodução da esfera econômica e política objetivando realizar o lucro orienta a reprodução do espaço urbano (e das relações sociais preenchidas pelos espaços de representação), como fonte de lucro, em sua totalidade. Assim, são as transformações do sentido do espaço na sociedade moderna que produzem o movimento, na história, da passagem do consumo no espaço (que situa o cidadão num determinado lugar, num momento do tempo de sua existência) ao consumo do espaço (decorrência da normatização do uso pelo urbanismo que destitui os conteúdos da cidade em função da construção da mercadoria-cidade) mudando o sentido da cidade sob o domínio da mercadoria, conforme já apontado.

A noção de produção do espaço ilumina o papel e o lugar da cultura na totalidade constitutiva da realidade social. No plano do lugar, o que aparece como patrimônio é a marca da história, do sentido constituído pelo uso que constrói o referencial da vida prática dos homens. Mas como aponta Menezes (2006), o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais. Nesse aspecto,

“a problemática da cultura, o domínio cultural, diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de sentidos, de significações. Por consequência, diz respeito, igualmente, aos valores. Dessa forma, a cultura engloba tanto aspectos materiais quanto imateriais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana, tais sentidos são suporte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática e vice-versa lançando mão de suportes materiais e não materiais, procurando produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando [...] antes que

um refinamento a cultura é uma condição da produção e reprodução da sociedade”.

Deste modo, para o autor (2006), o universo da cultura é historicamente criado e os sentidos e valores que o sustentam não são espontâneos, mas decorrem da ação social de seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos para serem socializadas; seu lugar é o domínio das necessidades que determinam a sobrevivência orgânica, psíquica e social, portanto está localizada na totalidade da vida social. Da reflexão sobre o patrimônio deriva o debate sobre a cultura que a associa a uma atividade, uma ação prática de transformação da natureza, conformando valores de uma determinada sociedade e visando a produção dos meios da realização do humano e o modo como entendem o sentido da vida. Materializada espacialmente (meios materiais da existência humana), aparece como um conjunto de monumentos, documentos que, em tese, constituem objetos reveladores de uma memória coletiva. Mas há no mundo moderno um movimento que liquida o passado e a cultura em seus conteúdos e referenciais imergindo-as no plano da mercantilização como elemento definidor de um consumo produtivo do espaço através da criação dos lugares voltados ao consumo turístico. A cultura, tornada mercadoria, aparece como potência a ser explorada no processo de reprodução do capital, não sem antes transformar a própria história em cultura. Neste sentido a prática socioespacial revelaria a dimensão da produção do espaço como negação da apropriação, já que dominada pelo valor de troca - como condição à existência e extensão da propriedade privada, que esvazia o uso e define as estratégias das políticas urbanas na direção da realização da reprodução social. Em conflito, a reprodução da vida é subsumida pelas políticas que produzem a cidade na direção da realização da reprodução política e econômica (não sem atritos entre esses dois planos), realizando as fragmentações da vida e da cidade.

O cotidiano como espaço-tempo imerso na reprodução das relações sociais de produção é o lugar onde se insere o turismo, independente do grupo ao qual se dirige e sob qual álibi - sol e praia, cultura, ecologia -, como decorrência da ampliação do processo de produção para fora do tradicional ambiente industrial da fábrica e do trabalho operário. Como momento da vida cotidiana, se encontra mergulhado na lógica da acumulação através do domínio do tempo de não trabalho. Assim, imerso no cotidiano, como desejo de consumo, ele se realiza, aparentemente por aquilo que não é o cotidiano e nem lhe pertence como história ou cultura. Todavia realiza-se realizando

o cotidiano. Sobre este campo de acumulação é que se estrutura o papel da mídia e do marketing como articulador de uma linguagem e discurso da venda de uma nova mercadoria, constituidora de um novo modo de vida, em que as particularidades do espaço compõem o universo da geração de renda. Nada, portanto, parece estar fora de alcance da reprodução do capital, que sobrevive expandindo-se e encontrando, sempre, novas estratégias. Este é o caso típico que presenciamos nas negociações, desde 2012, entre o governo grego e os credores mundiais - representados pela União Europeia e o FMI - que exigiram, para liberação de novos empréstimos, a realização da privatização de parte do patrimônio grego. Também envolta numa devastadora crise econômica, esta apareceu como possibilidade para a Itália.

Não é sem propósito lembrar aqui a reflexão de Renaud Camus, em *La grande déculturation*, a propósito do empréstimo de parte da coleção das obras de arte do Louvre para outros museus por uma soma considerável de dinheiro visando extrair lucro dessa transação por meio da prestigiosa marca “Louvre”. Para o autor, esta atitude nos tira do campo da cultura, ou melhor, reforçando o campo desta aponta uma concepção instrumental da cultura própria da economia capitalista; associada à redução da cultura ao lazer e ao entretenimento envolvidos pelo marketing, torna-a um mercadoria dentre outras (CAMUS, 2008, p. 17). O debate sobre o patrimônio, do ponto de vista do turismo, se situa também neste âmbito. Ambos se inserem no movimento do processo da reprodução econômica da sociedade fundada no processo de valorização como condição da realização incessante da acumulação, num novo estágio do capitalismo financeiro.

No plano espacial mais amplo que vai do regional ao global, o patrimônio é um bem de consumo produtivo na medida em que visa ao e realiza o lucro, criando relações contratuais, normas, comportamentos estabelecidos para serem seguidos etc. Desta feita, o Patrimônio perde seu estatuto local - ou melhor, só realiza o local ao inserir-se no plano global - neste processo o que é local? -, só assim o qualitativo se metamorfoseia em signos e representação para poder ser consumido. Pelo turismo realiza-se a lógica da produção de um espaço geométrico que tende ao homogêneo. A existência de um marco histórico espacial - tratado como patrimônio - representa o exótico como contraponto necessário à criação do desejo de consumo. Esta atividade realiza o consumo produtivo do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FETICHISMO DO PATRIMÔNIO

Do exposto até aqui se depreende outra hipótese: o patrimônio e a cultura, como mercadoria, constituem-se como fetiches. A memória constituída enquanto marco espacial, bem como sua manutenção, pode trazer para a vida cotidiana a possibilidade de que a história que se deteriora em seus conteúdos virando fato (e, nesta condição, passível de ser consumida) incorpora-se à vida social como mercadoria. Portanto, ou o patrimônio faz sentido na prática - entra na prática, sedimenta a memória do tempo no espaço como elemento que faz entender e viver criativamente o presente qualificando a vida, matriz de consciência cotidiana em contraponto/conflito com o cotidiano sem estilo, normatizado, mediatizado - ou ele é só uma representação. A cidade e a vida na cidade modelizada, encerrada em um espaço-tempo homogêneos, separados, cindidos, apontam uma nova urbanidade mediada por “objetos” que simulam as relações sociais, a proximidade do outro e com os traços de uma identidade abstrata. Apontam, ainda, uma maneira de relação com o espaço e o tempo evocadores da memória como restituidora de uma cultura e de uma história, no período da modernidade deste século XXI.

Talvez este tipo de consumo seja um alerta do fato de que há uma necessidade que a modernidade arrasadora deixa para trás. Ao destruir as referências constituidoras da vida para colocar em seu lugar, insistentemente, o reino da mercadoria, do consumo produtivo, cria “mal-estar” e a necessidade de busca do passado como marco, ponto que fixa num tempo, um referencial que a vida, destituída dela, precisa reconquistar.

Portanto, nem tudo pode ser programado, viver a vida cotidiana é também, rejeitá-la, invertendo a situação do cidadão. Como lembra Walter Benjamin, “no interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência (...). O meio como ela se dá não é apenas condicionado naturalmente, mas historicamente” (1993, p. 169).

BIBLIOGRAFIA

- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Le spleen de Paris*. Paris: Flammarion, 1987.
- BÉGOUT, Bruce. *Zerópolis*. Barcelona: Anagrama, 2007.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas: magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- CAMUS, Renaud. *La grande déculturation*. Paris: Éditions Fayard, 2008.
- CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: Carlos, A. F. A.; Oliveira, A. U. (orgs.). *Geografias de São Paulo, volume 2: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-84.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IPHAN (Ministério da Cultura). *A questão do nacional no IPHAN: Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Copedoc, DAF/IPHAN, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- LIPOVETSKY, Gilles. Espace privé, espace public à l'âge posmoderne. In: Baudrillard, Jean et alli. *Citoyenneté et urbanize*. Paris: Sprit, 1991. pp.105-22.
- MENEZES, Ulpiano B. *A cidade como bem cultural: áreas envolvidas e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos et alii (org). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006, p. 33-76.
- _____. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: Yázigí, Eduardo (org.). *Turismo e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.
- MORI, V.H.; SOUZA, M.C.; BASTOS, R.L.; GALLO, H. "Patrimônio: atualizando o debate". São Paulo: 9SR/IPHAN, 2006. (p. 35-53).

NORA, Pierre. *Lieux de mémoire, vol. 1*. Paris: Gallimard, 1984.

PAES, Maria Tereza; Oliveira, Melissa (org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2010.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

RONCAYOLO, Marcel et al. *De la ville et du citoyen*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

**PATRIMÔNIO, DISCURSO E PRÁTICA:
INCURSÕES OBRE DEMOCRACIA E CIDADANIA
A PARTIR DO RIO DE JANEIRO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL**

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_4

RAFAEL WINTER RIBEIRO

As manifestações populares no Brasil que se iniciaram em junho de 2013, embora com caráter difuso e sem uma liderança clara, se possuem algo que as une, é a insatisfação generalizada com a política e com o fazer político. Deflagradas como protesto contra o aumento do preço das passagens e a violência policial, na pauta das manifestações entraram temas tão diversos como a melhoria da educação, saúde, saneamento básico; contra a corrupção, homofobia, gastos com a Copa do Mundo, entre tantos outros. Na verdade, o que estas manifestações revelavam naquele momento para aqueles que tentavam compreendê-las era a necessidade de um novo olhar sobre a cidadania e as instituições políticas. O que estava sendo colocado em debate era a própria democracia brasileira e as formas como a cidadania e a democracia podem e devem ser exercidas.

Mas o que essas manifestações podem nos dizer sobre patrimônio cultural na atualidade? O que podemos aprender com elas? Diante de pautas com temas tão mobilizadores do público em geral, como a preocupação com educação e saúde, há espaço para uma reflexão sobre patrimônio cultural? Logo esse tema, muitas vezes acusado de elitista, mercantilizado e turistificado?

Desde a gestão de Aloísio Magalhães no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no SPHAN/Pró-Memória fala-se sobre a necessidade de ouvir os sujeitos do patrimônio através da ideia de Referência Cultural, mas as instituições de patrimônio ainda encontram uma série de problemas no momento de por essas ideias na prática, ligados, muitas vezes, à própria estrutura das instituições. O objetivo aqui é discutir como pensar o patrimônio cultural em contextos democráticos e associados à prática da ci-

dadania a partir de um ponto de vista da geografia política, em diálogo com diferentes campos. Se na atualidade cresce por parte dos geógrafos o interesse sobre o patrimônio cultural como objeto de investigação, outro tema historicamente negligenciado também não pode ser deixado de lado: a democracia. Ao falarmos de patrimônio estamos falando de uma forma de representação de identidades, de tempo e de espaço, que tem no território sua base material. A forma como essas representações em torno do patrimônio se constituem, as disputas e os instrumentos institucionais organizados e mobilizados na sua constituição são, portanto, o objeto de uma geografia política que se preocupa com as bases institucionais do fazer político e sua relação com território.

É nesse sentido que defendo aqui um olhar sobre o patrimônio cultural desde a geografia política. Isso significa olhar a prática de patrimonialização como uma ação eminentemente política, com uma base e rebatimentos significativos sobre o espaço. Se historicamente construído a partir de um discurso da memória, o patrimônio é, antes de mais nada, uma prática espacial, porque se dá sobre um contexto espacial determinado; mas também uma prática política, porque é uma seleção, um recorte, uma maneira de atuar sobre o mundo que implica também no direcionamento do comportamento esperado de outros indivíduos e grupos a partir de um embate e/ou convencimento. Quem tem legitimidade de dizer o que é patrimônio, para que e para quem? Essas não são questões recentes, elas pairam sobre as reflexões sobre patrimônio há algumas décadas, entretanto, sua relevância se torna maior na medida em que incorporamos a dimensão da democracia e da cidadania na discussão, mas, ao mesmo tempo, uma série de entraves institucionais mostram a dificuldade de por em prática discursos inclusivos.

Para entender alguns dos desafios da política de patrimônio hoje, o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte analiso os deslocamentos discursivo e de objeto no campo do patrimônio: do patrimônio histórico e artístico ao patrimônio cultural, do patrimônio como expressão artística e histórica de um grupo e manifestação de uma identidade nacional, ao patrimônio como prática da cidadania e promotor do desenvolvimento sustentável. Não se trata aqui de fazer mais um histórico das políticas de patrimônio, mas compreender como a ideia das práticas da cidadania e da democracia são incluídas no discurso sobre as políticas de patrimônio. Na segunda parte, a partir das recentes ações na direção de inscrições de sítios e objetos localizados na cidade do Rio de Janeiro junto à Lista de Pa-

patrimônio Mundial – as paisagens da cidade e o Cais do Valongo⁷ – procuro fazer uma breve e incompleta, porque incompleto está o próprio processo, avaliação dos caminhos seguidos até agora no âmbito das políticas federais para o tema, identificando como esses discursos de cidadania e democracia estão sendo colocados em prática na identificação e na gestão do patrimônio.

Sem entrar aqui no debate entre as formas de democracia, representativa ou direta, o modelo político não prescinde de uma base institucional consolidada, com fundamentos espaciais que constituem parte de sua própria natureza (CASTRO, 2013). Trata-se de um modo institucionalizado de resolução de conflitos e a forma como as instituições se aparelham e o conjunto de discursos que as fundamentam é fundamental nesse processo. Assim, instituições, discurso e prática, nem sempre alinhados, são os objetos privilegiados desse trabalho.

EXTENSÕES E DISTENSÕES DO PATRIMÔNIO NA ATUALIDADE

Monumento, Patrimônio histórico, patrimônio histórico e artístico nacional, patrimônio cultural. São vários os adjetivos que encontramos acompanhando a palavra *patrimônio*. Para além de uma mera diferenciação semântica, essas acepções revelam concepções distintas daquilo que comporia o próprio campo do patrimônio e dos contextos nos quais estes termos são utilizados. Embora alguma preocupação com a guarda da memória e os objetos e práticas que a representam possa ser remontada a períodos mais longínquos na história e a diferentes sociedades, é na Europa pós-revolucionária no início do século XIX que normalmente se situa o nascimento da moderna política de patrimônio cultural (CHOAY, 2001). Iniciando com uma preocupação com a preservação dos bens da Coroa e da Igreja que representassem uma história nacional através da arte, a política de patrimonialização avançou no mundo com um apetite voraz. Da patrimonialização das catedrais e grandes obras de arte à proteção do pequeno casebre representativo de uma forma peculiar de viver, a patrimonialização avançou tornando objetos a serem preservados as mais diferentes formas

7. Na cidade há um terceiro bem na Lista Tentativa para a UNESCO, o Palácio Gustavo Capanema, mas cujo processo de candidatura ainda não teve início.

espaciais produzidas pelo homem e pela natureza. Mais recentemente, práticas culturais passam também a compor esse leque de objetos patrimonializáveis, inscritas como o patrimônio imaterial ou intangível. Música, dança, festas, passam cada vez mais a ser inscritos como patrimônios nacionais ou locais e mais países desenvolvem diferentes instrumentos para a produção de selos de patrimônio e, ao mesmo tempo, novos grupos demandam por estas rotulações. O complexo da Arca de Noé (CHOAY, 2001) que tenta salvar cada vez mais exemplares de objetos e práticas gerou aquilo que já foi chamado de inflação patrimonial (CHOAY, 2001) que tem levado à prática da patrimonialização a um inventário e acúmulo cada vez maior de objetos e práticas.

Entretanto, esse inchaço dos objetos e práticas patrimonializados que o mundo ocidental viveu não é um mero aumento do número de coisas inventariadas e protegidas. Ao longo do século XX ocorre uma verdadeira transformação no discurso legitimador da prática patrimonial. O discurso daqueles que estavam preocupados em identificar e proteger patrimônios no início do século XX é consideravelmente distinto deste início de século XXI. Por isso, no lugar de chamarmos de “expansão do campo do patrimônio”, como comumente ouvimos, preferimos antes chamar de “transformação”. O que ocorre não é um simples aumento de objetos inscritos, mas uma mudança significativa, talvez radical, da própria lógica patrimonial, transformando o sentido da própria prática e dos objetos patrimonializados, que vão ganhando novos valores e, portanto, tornando-se outra coisa.

No início do século XX o discurso patrimonial estava pautado por uma busca por elementos que definissem o que é a identidade nacional e que tivessem valor para toda a nação, num processo de construção de comunidades imaginadas, como identificou Benedict Anderson (2008), e legitimado sobretudo a partir da história e da arte. Dentro desse discurso, cabia aos especialistas em arte e em história identificar esses elementos que deveriam ser protegidos uma vez que representavam o espelho da nação que se queria imaginar. Com base nessa lógica, as estruturas das instituições de guarda da memória foram montadas. No caso brasileiro, como em muitos outros, cabia ao especialista a definição do que deveria ou não ser preservado. Toda a estrutura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criada entre 1936 e 1937, foi construída a partir dessa concepção, na qual, a partir de um processo aberto por um técnico, este deveria encaminhá-lo ao conselho consultivo da instituição para que fosse tomada a decisão acerca de sua preservação e a atribuição ou não do selo de patrimônio. Aqueles que já visitaram os processos de

tombamento de bens abertos nos primeiros anos da Instituição guardados no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro se depararam com a falta total, muitas vezes, de justificativas, como se o bem tivesse um valor em si, identificado pelo especialista e que sua indicação já bastasse para afirmar seu valor. O papel central no julgamento de especialistas é revelado também pelo convite a colaboradores ilustres, como Mário de Andrade em São Paulo e Gilberto Freyre em Pernambuco, cujas escolhas eram auto-legitimadas pelo peso de seus nomes.

Em 1949, ao tomar posse na Divisão de Estudos e Tombamentos do então DPHAN, Lúcio Costa se preocupava em formar as bases para estudos que justificassem essas escolhas e as legitimassem, uma vez que, “sem esse lastro seguro de informações os estudos tentados serão sempre tateantes e de proveito precário, porque sujeitos a desmentidos mais ou menos prontos e chocantes ou mesmo a uma completa revisão.” (COSTA, 1998: 134). O que se pretendia eram escolhas baseadas em estudos e justificativas, mas que continuavam sempre na mão do técnico e de sua maneira de encarar o que deveria ser preservado, segundo as concepções de patrimônio nacional já consolidadas, que privilegiavam sobretudo, como é sabido, a arte e arquitetura colonial e barroca. Com esse fim, Lúcio Costa afirmava uma necessidade:

A criação na sede e em cada um dos distritos, de pequenas ‘equipes’ incumbidas unicamente de batidas sistemáticas para colheita de material de inventário, não somente nas regiões acessíveis, como também, principalmente, nas zonas de acesso difícil servidas por caminhos antigos, equipes constituídas de um fotógrafo e de um técnico habilitado – possivelmente a mesma pessoa – ambos com gosto por uma espécie de aventura que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo próprio dos caçadores e com o mesmo zelo e determinação de que dão mostra os viajantes catadores de antiguidades. (COSTA, 1998: 136)

A ideia de um “caçador”, como bem mostram Motta e Rezende (1998), é aquela de alguém que parte já com objetivos e com um olhar pré-estabelecido. Só mereceria a atenção desses “aventureiros do patrimônio” aqueles objetos que se enquadrassem nas suas concepções de história e de arte e, no documento de Lúcio Costa, era necessário que a excepcionalidade do bem e seu valor nacional fossem justificados. Nesse contexto, o patrimônio

funciona como o espelho de uma nação imaginada por um grupo, com uma função didática e civilizatória. A instituição de guarda da memória é também uma instituição de construção de um Brasil imaginado. O resultado deste Brasil imaginado por este grupo, já bastante estudado, foi sinteticamente resumido por Rubino:

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes. (RUBINO, 1996, p. 98)

Os anos 1970 marcam o início de uma série de rupturas com essa maneira de ver e legitimar o patrimônio. Marcia Sant'anna (1995) já demonstrou como, no caso da preservação de sítios urbanos, há uma transformação considerável quando a cidade deixa de ser vista como um monumento e uma obra de arte completa, e passa a ser encarada como um documento. Esta transformação, reflexo também de um movimento internacional expresso na Carta de Veneza de 1964, trouxe com ela a ampliação considerável do número de centros históricos tombados. Cidades que na visão anterior encontravam dificuldades para se legitimar como patrimônio, porque não se enquadravam nos modelos de integridade arquitetônica, por exemplo, puderam ser incluídas dentro desse novo discurso. Além do arquiteto, outro profissional é chamado para atuar de maneira mais efetiva: o historiador, detentor de legitimidade para argumentar sobre os elementos da história que merecem ser lembrados.

Nos anos 1970 começam também a aparecer questionamentos ao fato de que um determinado grupo tenha autoridade para definir o que é patrimônio para toda uma coletividade. Como mostra Cecília Londres Fonseca (1998), essas perguntas começaram a aparecer de maneira indireta nos anos 1970, mas já bem diretas nos anos 1980. Foi no bojo dessa discussão que ganhou fôlego a noção de Referência Cultural. Em primeiro lugar, esta noção desloca o valor do bem, que deixa de ser intrínseco e passa a ser visto como algo atribuído, construído. Em segundo lugar, ela coloca o foco no sujeito para o qual o bem é valorizado. Assim, “o valor desses bens é sempre atribuído por sujeitos particulares, em função de determinados critérios e interesses historicamente determinados” (FONSECA, 1998: 32). Ao as-

sumir essa ideia, tem-se uma transformação enorme em relação à forma como o patrimônio era visto e constituído pelo Estado desde os anos 1930.

No âmbito das formulações de políticas públicas no Brasil, o Centro Nacional de Referência Cultural teve um papel preponderante no desenvolvimento dessas ideias e sua fusão com o Iphan em 1979, sob a égide de Aloísio Magalhães, fez com que esse discurso fosse, aos poucos, assumindo também por esta instituição. No entanto, a entrada dessas ideias se dá de uma maneira mais forte com relação a alguns objetos que a outros. Se a ideia de Referência Cultural se pretendia muito mais como uma forma de atribuição de valor que deveria ser aplicada a toda a área de preservação cultural, é verdade que ela foi mais facilmente absorvida para se tratar as práticas do que hoje chamamos patrimônio imaterial, enquanto, na área do patrimônio material, continuam, ainda hoje, presentes noções mais acadêmicas de arte e de história. O relato de Cecília Londres Fonseca sobre essa absorção diferenciada é significativo do que estamos falando:

Nos anos 1970, em função das pesquisas que eram desenvolvidas no CNRC, onde a noção de referência cultural era corrente, e constantemente debatida, interna e externamente, costumava-se entender referência cultural como sinônimo de um tipo de bem que aquelas pesquisas priorizavam: as produções da cultura popular, os objetos híbridos compostos a partir dos produtos industriais, os fazeres e os saberes (o chamado patrimônio não-físico). (...) Se o trabalho a partir da ideia de referência cultural priorizou determinados bens – o que Aloísio Magalhães justificou em várias ocasiões em seus discursos – a questão central não era uma questão de objeto, e sim de perspectiva, de ponto de vista. (FONSECA, 1998: 33)

O episódio importante do primeiro tombamento de um terreiro de candomblé no Brasil, o Casa Branca, em Salvador, revela uma ruptura com antigas concepções associadas ao tombamento e os conflitos gerados naquele momento, quando o Conselho Consultivo da então Sphan apresentava-se dividido sobre a pertinência de se tombarem “um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa”, como mostra Gilberto Velho, relator do processo e defensor do tombamento (VELHO, 2006, p. 237). Apesar das dúvidas que tinham boa parte dos membros do conselho, não sobre a necessidade

de preservação do terreiro, mas sobre a adequação do tombamento, este ocorreu, principalmente, por força de diferentes camadas da sociedade que geraram uma demanda e exerceram uma pressão sobre a decisão e também pela atuação de alguns conselheiros e do próprio secretário de cultura do então Ministério de Educação e Cultura.

A votação final foi muito disputada, com três votos a favor do tombamento, um pelo adiamento, duas abstenções e um voto contra, expressando o grau de dificuldade encontrado para implementar a medida. O tombamento foi comemorado com grande alegria e júbilo pela maioria do público presente, mas não podia ocultar as fortes diferenças de opinião e pontos de vista. (VELHO, 2006, p. 239)

Outros terreiros em Salvador e um em São Luis foram também tombados posteriormente, numa ação planejada para, de um lado, registrar a importância da matriz africana na cultura brasileira e, por outro, resolver problemas com a pressão que esses templos vinham recebendo e que dificultavam sua continuidade. No entanto, a aplicação do instrumento do tombamento a bens que não se enquadram em modelos mais reconhecidos resta uma discussão inacabada. A criação de um instrumento para o Registro do Patrimônio Imaterial acabou então absorvendo boa parte da pressão por reconhecimento de grupos historicamente marginalizados ou cujos bens não se enquadram nos critérios adotados.

Nos anos 2000, a política de patrimônio e a atuação do Iphan se transformam consideravelmente a partir do decreto 3.551 de 2000 que estabelece o Registro de Patrimônio Imaterial. Sintomaticamente, no mesmo ano foi lançado o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – uma metodologia de inventário, consideravelmente ampla, que, partindo de uma noção antropológica de cultura, procura identificar os valores e os bens culturais significativos a um determinado grupo, prática ou território. Com o IPHAN desde então dividido internamente entre um “Departamento de Patrimônio Material” e um “Departamento do Patrimônio Imaterial”, essa metodologia foi de imediato apropriada praticamente exclusivamente por este último para as ações de identificação de bens de natureza imaterial a serem registrados, enquanto para as ações com relação ao dito patrimônio material esta metodologia permanece pouco utilizada. Esse quadro é revelador das dificuldades de se trabalhar com noções mais amplas de valores,

especialmente em se tratando de bens arquitetônicos ou materiais, e como a ideia de referência cultural passa a ser associada a bens ditos populares e de natureza imaterial. Revela também parte da dificuldade de incorporação na prática, embora o discurso seja plenamente aceito, da ideia de Referência Cultural. Essa, entretanto, não foi a única transformação no discurso do patrimônio cultural que vivenciamos nos últimos anos.

Nos anos 1990, o crescimento da problemática ambiental fez o termo desenvolvimento sustentável também ser absorvido no discurso patrimonial. Embora o discurso da prática patrimonial como preservação de valores nacionais, como expresso no decreto lei 25/37 que rege o tombamento e que também está presente no decreto 3.551/2000 sobre o registro do patrimônio imaterial, jamais tenha sido abandonado, começa a ocorrer uma mudança mais significativa nas legitimações da ideia de patrimônio. Se a ideia de Referência Cultural coloca em evidência os sujeitos do patrimônio, o discurso sobre o desenvolvimento sustentável é incorporado trazendo consigo uma discussão sobre os usos e consequências da patrimonialização, trazendo consigo uma preocupação com a melhoria das condições de vida da população a partir da valorização de seus bens culturais.

Junto a este, e completando o que poderíamos chamar de tríade de transformações, outro elemento agregado ao discurso patrimonial no Brasil recentemente é a cidadania. Já em 1996 o Iphan lançava um número de sua Revista dedicada ao tema. Na apresentação desse volume, Francisco Weffort, então ministro da cultura, já afirmava:

Nosso grande desafio é outro, o de desenvolver as possibilidades democráticas da nossa cultura. A capacidade de abrangência da cultura brasileira opera, em muitos casos, como um fato de diminuição, senão da desigualdade real, pelo menos da desigualdade aparente. O que significa estimular os brasileiros em geral, a começar pelas maiores mais pobres da população, a desenvolver as possibilidades da expressão livre de cidadãos, enquanto cidadãos. (WEFFORT, 1996: 06)

Glauco Campello, então presidente do Iphan, assim justifica a relevância da temática assumida para esse número da revista:

Em primeiro lugar é através da memória social, da vivência de suas marcas eruditas e do reconhecimento dos símbolos paradigmáticos do patrimônio histórico e artístico que se adquire a consciência de uma identidade cultural, pressuposto indispensável da qualidade de cidadão. Em segundo lugar, o acesso a esta memória e a estes símbolos, o reconhecimento e até mesmo a definição de seus valores e significados é um direito do cidadão. O exercício da cidadania pressupõe não só este acesso como também a participação na seleção e no modo de se apropriar desses valores. (CAMPELLO, 1996: 07)

Assim, uma mudança significativa que ocorre no discurso patrimonial diz respeito à sua relação com a mudança e a transformação. Se no Brasil dos anos 1930 e ainda nos anos 1960 a ideia de preservação patrimonial era colocada como algo oposto ao desenvolvimento e à modernização, a partir dos anos 1970 e, principalmente nos anos 1990, patrimônio e modernização podem ser vistos como complementares. Essa ideia de patrimônio associado à mudança, também está associada a uma lógica de olhar o patrimônio não a partir do passado, mas a partir das possibilidades para o futuro. É assim que Marcia Chuva (2009) aponta também para um outro aspecto desse deslocamento, quando para ela, na atualidade, a noção de patrimônio passa a ser trabalhada principalmente como memória do futuro.

Nos anos 2000 essa tríade de transformações do discurso patrimonial está plenamente absorvida: patrimônio identificado e valorado por e para as populações praticantes, como um instrumento ao mesmo tempo de preservação e de mudança social e exercido por cidadãos que devem ter suas identidades valorizadas. Na prática, no entanto, não existe uma fórmula única para a absorção desse discurso pelas políticas públicas e esses elementos estarão com maior ou menor presença segundo os contextos e objetivos. A seguir, analiso duas experiências que mostram caminhos bem distintos.

PATRIMÔNIO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: RIO DE JANEIRO E AS PROPOSTAS PARA A UNESCO

Nessa segunda parte procuramos analisar ainda de forma preliminar, porque o processo ainda está em curso, a atuação dos setores públicos, especialmente do Iphan, diante de duas candidaturas a Patrimônio Mundial na

cidade do Rio de Janeiro. A primeira, já inscrita na UNESCO em 2012, mas com a gestão ainda em implementação, trata-se da inscrição de partes da cidade dentro da tipologia de paisagem cultural, com título “Paisagens Cariocas: entre a montanha e o mar”. A segunda, processo que se inicia em 2014, do antigo cais de chegada dos escravos, redescoberto e transformado em janela arqueológica a céu aberto pelas obras de intervenção da Zona Portuária na cidade – o Cais do Valongo. Tentamos aqui fazer uma análise desses processos e verificar de que forma esses discursos patrimoniais analisados anteriormente são incluídos, analisando a partir do processo de identificação e gestão de patrimônio, diferentes possibilidades e dificuldades para que os discursos do fazer democrático e cidadão sejam colocados em prática. Tratam-se de inscrições para o patrimônio mundial da UNESCO, cuja elaboração e gestão são coordenadas pelo Iphan. Se, por um lado, essas ações têm que obedecer a todo um conjunto de regras e prescrições impostas pela Convenção do Patrimônio Mundial e seus marcos regulatórios, as experiências são reveladoras também de como as instituições coordenadoras conseguem incorporar suas práticas. Trata-se então aqui de observar como esses discursos do patrimônio nacional já amplamente incorporados pelo órgão federal são aplicados.

No caso da inscrição das paisagens do Rio de Janeiro, processo no qual participamos da elaboração do dossiê e do plano de gestão e já analisado em outros momentos (RIBEIRO, AZEVEDO, 2010), a opção de candidatura foi realizá-la como paisagem cultural. A proposta tem início no final dos anos 1990, com o interesse do Parque Nacional da Tijuca em ser inscrito na Lista como patrimônio natural. Essa proposta é ampliada e transformada numa intenção de inscrição também de partes da cidade na categoria de bem misto, que reúne características naturais e culturais, mas sem valorizar a interação entre ambos. Após uma avaliação dos organismos consultivos da UNESCO, surge a proposta de que uma nova tentativa deveria ser feita, agora não mais como bem misto, mas como paisagem cultural. Trata-se de uma tipologia para bens culturais criada pela UNESCO em 1992, com o objetivo principal de romper com a dicotomia presente na Lista de Patrimônio Mundial entre natureza e cultura. Dessa forma, a captura do conceito ocorreu num contexto muito específico visando objetivos também bastante específicos. Isso permitiu que na prática, ao longo desses pouco mais de vinte anos em que a tipologia existe, os sítios que obtiveram sucesso tenham trabalhado com a categoria de paisagem cultural a partir de duas tradições de pensamento, já também analisada alhures: uma que cha-

mamos de tradição paisagista e outra a que chamamos de tradição vidalina ou geográfica (RIBEIRO, 2013). De um lado, sítios associados a parque e jardins, paisagens planejadas, de outro, sítios associados a áreas rurais, populações tradicionais ou sítios arqueológicos. A forma como o conceito foi capturado, áreas que expressassem na sua forma a relação do homem com a natureza, deixa pouco espaço para inscrição de áreas de grandes cidades. Esse foi um dos problemas com os quais a candidatura do Rio de Janeiro sempre teve que lidar e os pareceres contrários à inscrição de Buenos Aires, que havia tentado pouco antes, indicavam o grau de dificuldade técnica com o qual a proposta carioca teria que lidar.

Com o objetivo de construir o dossiê de apresentação, foram constituídos três comitês: um comitê institucional, um comitê técnico e um comitê executivo. O primeiro, com uma finalidade político-institucional, era composto pelos titulares das três esferas de governo e de outras instituições, visava fundamentalmente dar legitimidade ao processo e marcar posição com relação ao fato de que seria uma proposta compartilhada por diferentes áreas do governo. O comitê técnico, composto por técnicos das diferentes secretarias de governo e de outras instituições presentes na cidade, como o Jardim Botânico, o Exército e a Marinha, tinha o papel de discutir a candidatura, reunir informações e realizar as escolhas e o enquadramento junto às normas da UNESCO. Um grupo multidisciplinar de consultores participou do processo e tinha a tarefa de, a partir das discussões com o comitê técnico, preparar o dossiê e era composto por uma arquiteta urbanista, uma arquiteta paisagista, uma antropóloga e um geógrafo, tendo também contado com uma historiadora por um período menor de tempo. Por fim, o comitê executivo tinha a tarefa de executar as ações necessárias para permitir a realização do dossiê. Quando o trabalho foi iniciado, em janeiro de 2009, uma série de ações estava prevista como complementares ao trabalho de preparação do dossiê, como campanha publicitária voltada para a população, ações de educação patrimonial, discussão com diferentes setores da sociedade, entre outras. Infelizmente, pouco ou quase nenhuma dessas ações puderam ser realizadas durante o período de preparação, por diferentes razões, entre elas a dificuldade de captação de recursos e insuficiência de pessoal.

O trabalho foi realizado fundamentalmente pelo comitê técnico, que contou com a ampla participação e apoio dos técnicos envolvidos. A narrativa escolhida, em função da opção pela inscrição como paisagem cultural, levou à declaração de valor universal excepcional a valorizar a forma como

a cidade se relacionou com um sítio natural já especial e a série de obras realizadas sobre esse sítio. A escolha recaiu então pela forma como parte da cidade se desenvolveu entre a montanha e o mar, os parques e espaços públicos que foram projetados e implementados. Isso colocava em evidência os locais de encontro, onde boa parte da população participa, mesmo aqueles que não moram próximo a essas áreas, como a praia de Copacabana, o Parque do Flamengo, o Jardim Botânico e o Parque Nacional da Tijuca.

Durante todo o trabalho, o discurso de justificativa para a necessidade de inscrição da cidade procurou se distanciar da ideia de um título de beleza, ou de um simples aumento da atratividade turística. Mais do que o título ou um rótulo em si, foi valorizado o que ele implicaria: a necessidade de um plano de gestão. Mais do que inaugurar uma cidade dentro dos sítios inscritos como paisagem cultural, desde o início se dizia que a grande novidade para a cidade e para a própria Lista de Patrimônio Mundial seria a construção de um instrumento de gestão compartilhada a partir da ideia integradora de paisagem cultural. Um instrumento em que os diferentes gestores da área, junto com representantes da população pudessem dialogar e construir uma gestão de fato integrada. A experiência do comitê técnico em si já garantiria o embrião de um Comitê Gestor que agregasse as diferentes áreas do governo para compartilhar iniciativas e pensar ações conjuntas.

Entretanto, um fato marcante do processo de inscrição do Rio de Janeiro na Lista de Patrimônio Mundial foi a ausência de um diálogo com a população. Entendido como um trabalho eminentemente técnico, pouco ou quase nenhum diálogo houve para fora dos quadros que estavam trabalhando no processo, fato que se reflete na constatação de que hoje boa parte da população da cidade sequer sabe do título e muito menos para que este serve. Críticas com relação à inclusão de determinadas áreas, já historicamente privilegiadas pelo poder público da Zona Sul da cidade, em detrimento de outras menos privilegiadas também são uma constante. Esta última crítica tem como resposta o fato de a inscrição incluir na verdade as grandes áreas públicas da cidade, os locais de encontro, mas também o fato de que o que o mais importante seria a obrigação da construção de instrumentos de gestão que incorporariam a cidade como um todo. Já a primeira, a solução para a incorporação de instrumentos de diálogo com a população poderia vir com a gestão.

Em função do ineditismo da proposta, a inscrição foi acatada pelo Comitê do Patrimônio Mundial em sua reunião anual de 2012 sem que o plano de

gestão para o sítio estivesse concluído, tendo sido dado um prazo de dois anos para que este fosse elaborado e entregue. O comitê técnico continuou suas reuniões ao longo desse período, ainda que com alguma irregularidade, e em fevereiro de 2014 o documento foi entregue. Além de apontar um diagnóstico da situação, e instrumentos de monitoramento, o elemento central do sistema de gestão apontado é o Comitê Gestor da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, pensado como órgão consultivo e local de articulação de políticas públicas da cidade.

O Comitê Gestor que vem sendo estruturado e encontra-se no momento de ser sancionado para ser colocado em efetividade na sua nova estrutura é uma derivação do comitê técnico. Comandado pelo superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, reúne os responsáveis pela gestão de diferentes setores de governo e das instituições que funcionam dentro da área inscrita ou de sua zona de amortecimento. Como participação da sociedade civil, a proposta inicial reunia apenas setores também ligados aos técnicos, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Assim, inicialmente, o comitê gestor herdaria uma estrutura eminentemente técnica e fechada como havia sido a candidatura.

Entretanto esse panorama parece se alterar, ainda que timidamente, no momento em que Federação das Associações de Moradores da cidade do Rio de Janeiro envia carta à presidência do Iphan solicitando a participação no Comitê Gestor. Na reunião em que a carta foi apresentada aos membros do comitê, uma discussão se seguiu, com alguns questionando a legitimidade da federação falar em nome das associações, mas finalmente sua inclusão foi aceita. O episódio é revelador de uma movimentação no sentido “de baixo para cima”, de alguns setores da sociedade organizada para sua inclusão neste que era o objetivo central da inscrição da cidade, isto é, a ideia de gestão compartilhada. Revela também o entendimento de alguns setores que uma gestão compartilhada para que possa ser legítima precisa criar canais de participação da sociedade. Talvez, esteja sendo plantada aí, de fato a verdadeira inovação que a inscrição do Rio de Janeiro pode oferecer. Entretanto, seu sucesso dependerá da forma como o processo será encaminhado nos próximos anos, consolidando-se ou não. Várias questões se colocam sobre o futuro de um instrumento que pode ser inovador e inclusivo ou se tornar só uma figura sem importância e apenas para cumprir exigências da UNESCO. O futuro e as próximas ações dirão.

Este panorama é bastante distinto daquele que foi construído para a candidatura do Cais do Valongo. Há muito tempo que a região portuária do Rio de Janeiro, notadamente a área compreendida entre a Praça Mauá e os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo é apontada como referência para a história da cultura afro-descendente na cidade e no país. Pequena África, berço do samba, território quilombola, muitas são as referências já bastante fortes em função da história do local, de ter sido principal porto de chegada de africanos no Brasil e onde muitos foram morar, sobretudo após a abolição da escravidão. Claramente, essas representações da área relacionadas a um patrimônio afrodescendente não se fazem sem conflito com outras representações para aquele espaço, feitas por outros grupos, como demonstra Guimarães (2014).

Entretanto, esse aspecto chama mais a atenção do poder público principalmente a partir das grandes obras de intervenção na região, que se caracterizam por um mega projeto de “revitalização” ou “requalificação”, como costuma ser chamado por alguns setores, onde além da derrubada da grande via elevada que cortava a área e por onde uma parte expressiva do tráfego da cidade passava, também constam a construção de grandes equipamentos de lazer e cultura, como dois museus e o aquário da cidade, incentivos à construção de grandes edifícios corporativos que em algumas áreas podem alcançar quarenta andares, a renovação das áreas públicas e do sistema de transporte e a atração de população, prevista inicialmente para passar dos atuais vinte mil habitantes, para cem mil habitantes até 2020. Trata-se também de um grande negócio imobiliário de valorização e revenda do solo urbano de uma área central da cidade com grande potencial construtivo.

Na verdade, projetos para a Zona Portuária, vista como área decadente e problemática, remontam a pelo menos aos anos 1980, mas que nos seus estudos e classificações ignoravam em grande parte a narrativa da cultura negra da região, privilegiando outros discursos como aquele que associa o Morro da Conceição a um espaço ligado a portugueses e espanhóis. Alguns setores da população começaram a reivindicar que a narrativa da cultura de matriz africana fosse reconhecida naquela área, como estratégia política e de reforço de identidades. Assim, “A pequena África emergiu como reação ao esquecimento dos espaços, patrimônios e memórias negras e do candomblé no projeto de ‘revitalização urbana’ do Morro da Conceição e de toda a Zona Portuária (RODRIGUES, 2014: 53). A construção de uma narrativa da memória negra e de reivindicação de espaços para a celebração dessa memória aparece assim como uma estratégia de alguns grupos, reivindicando sua identidade

e, a partir dela, demandando empoderamento que deveria se materializar nos discursos sobre a região e no próprio espaço, algumas vezes motivados por disputas de propriedade de terrenos. Não que não houvesse já algum reconhecimento público dessa narrativa, fato que pode ser comprovado pelo tombamento da Pedra do Sal pelo Inepac, órgão estadual de patrimônio, em 1984. No entanto, os projetos de intervenção até então pouco ou nada incluíam essa ideia, trabalhando a área em sua maior parte como uma zona degradada, abandonada e carente de projetos de renovação, quase uma tábula rasa para grandes projetos de urbanismo imporem uma nova ordem, moderna, contemporânea, que apontasse para um “novo Rio de Janeiro”, cidade mundial. Foi em função disso que movimentos de resistência se organizaram e que a cultura e o patrimônio foram incorporados num discurso mobilizador e legitimador de suas demandas.

Essa discussão ganha força quando, em 2010, aproveitando as escavações para a instalação de infraestrutura associada às intervenções do projeto Porto Maravilha, foi feito por parte do setor de arqueologia do Museu Nacional um pedido de escavação arqueológica para que se buscasse o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo. Já se acreditava que estes estivessem na área, uma vez que um marco indicativo da localização do cais por onde havia chegado a Imperatriz Tereza Cristina havia sido colocado durante as reformas de Pereira Passos no início do século XX que aterraram toda a região e vários mapas e documentos do século XIX também indicavam sua localização. Após mais de 150 anos de tentativas de apagamento de sua memória, o cais por onde se acredita ter chegado o maior número de africanos no continente americano seria buscado.

As escavações revelaram o Cais do Valongo sessenta centímetros abaixo do Cais da Imperatriz, primeira ação de apagamento dessa história, e tem início uma discussão para que esse não seja novamente enterrado após o término das obras. A decisão tomada de mudar o projeto original daquela avenida e construir ali um parque arqueológico a céu aberto foi tomada após a pressão, tanto dos arqueólogos, quando de alguns setores do movimento negro. Ele provocou também a necessidade de mostrar que o cais não estava isolado no espaço, mas que fazia parte de um complexo associado à escravidão que tomava boa parte daquela área, como a área de covas rasas onde os negros mortos e moribundos que chegavam eram jogados, conhecida como Cemitério dos Pretos Novos, o lazareto e o mercado de engorda e venda de escravos. As tentativas de construir ali um lugar de celebração da cultura negra tem início e são incorporadas pelo poder público,

transformando aquela área num dos vetores culturais do projeto Porto Maravilha, que não havia sido planejado inicialmente. Dessa forma, a partir de uma demanda de alguns grupos e da identificação dos potenciais para melhor caracterizar a área de intervenção do Porto Maravilha, o discurso do patrimônio negro foi incorporado pelo poder público municipal.

Em 2011, por Decreto Municipal foi criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo Curatorial do projeto urbanístico, arquitetônico e museológico do circuito. Além de representante da então subsecretaria de patrimônio e da CDURP, empresa municipal encarregada das obras do porto, uma série de representantes do movimento negro são os nomeados para esta comissão. Foi criado assim um circuito da herança africana na região portuária que inclui diferentes pontos e aspectos dessa herança e atende aos interesses de muitos desses grupos em dar visibilidade e marcar o espaço com a sua atuação.

É nesse contexto que se inicia em 2013 uma discussão sobre a inscrição do Cais do Valongo como patrimônio mundial. Em 2014 a área é e aceita e incluída pela UNESCO na Lista Indicativa do Brasil, isto é, a lista dos sítios que podem apresentar candidaturas ao patrimônio mundial. Um aspecto importante é que no mesmo momento em que se começa a construir um dossiê, é organizado e empossado um conselho consultivo da candidatura, reunindo diferentes grupos interessados, visando discutir com os técnicos os caminhos e as escolhas. No momento em que este texto é finalizado, os trabalhos começam⁸.

O que é interessante nessas duas inscrições é que, se a candidatura do Rio de Janeiro teve uma motivação eminentemente técnica e voltada para a gestão, a candidatura do Cais do Valongo tem um papel de empoderamento de identidades, com o título e a maneira como ele é construído desempenhando um papel central. Se na paisagem do Rio de Janeiro todo o processo se dá “de cima para baixo”, no caso do Valongo há uma demanda inicial criada por grupos e que se apropriam da candidatura desde o início. Entretanto, a ausência da população na discussão sobre a paisagem do Rio desde o início faz dela uma inscrição menos legítima? Não acreditamos. Ambas estão envoltas em lógicas de discursos patrimoniais bastante distintas, enquanto uma é construída a partir da ideia da gestão, a outra é construída a partir da ideia de reforço e construção de identidades.

8. O sítio foi inscrito na Lista de Patrimônio Mundial em 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de patrimonialização oficial, isto é, o ato de tornar patrimônio, corresponde a um investimento de um caráter de distinção à coisa patrimonializada. A coisa, seja ela material ou imaterial, uma vez tendo passado por esse processo, passa a funcionar dentro de uma lógica patrimonial. Muito tem se falado sobre a mercantilização do patrimônio e de uma lógica de ordem econômica que estaria motivando em grande parte esse processo, uma vez que o selo de patrimonialização agregaria também valor de mercado ao objeto patrimonializado. Não sejamos aqui tão reducionistas ao pensar que essa é a única razão da busca e ampliação da dinâmica patrimonial nos dias de hoje, mas também não devemos negar sua expressividade dentro do processo e que este é um dos elementos que devem ser colocados em cena nas análises. Entretanto, nos interessa aqui sua vertente política e sua relação com a prática da cidadania ativa. Longe de guardar um significado único, o que consideramos como patrimônio se transformou com o tempo. Há um deslocamento conceitual significativo e, muito mais do que uma ampliação, o que ocorre é um acúmulo diferenciado de perspectivas, que são chamadas a operar em contextos diferenciados.

Embora o reconhecimento pelo Estado seja o ato de investidura oficial desse caráter distintivo, ele só passa a funcionar na prática se reconhecido por diferentes setores da sociedade. No caso brasileiro, existem vários casos de tombamentos que “não pegaram”, seja pela falta de definição daquilo que se estava tombando, seja pela falta de fiscalização, seja simplesmente pela total ignorância por parte da sociedade de que se trata de um bem tombado, ou todos esses fatores conjugados, como no caso do tombamento dos morros do Rio de Janeiro, feito em 1938, que dizia simplesmente que estavam tombados todos os morros do Distrito Federal.

A inscrição da paisagem cultural do Rio de Janeiro não contou com a participação da população. Entre as razões apontadas para isso estava o caráter eminentemente técnico da proposta e a necessidade de enquadramento dentro das normas rígidas da UNESCO e de uma candidatura que se colocava como um desafio a essas regras, além claro, das dificuldades institucionais para a realização das demais atividades previstas, dentro do prazo exíguo que se tinha para preparação de toda a documentação. Nesse sentido, o papel do grupo técnico, “capaz” de identificar o que é merecedor do título de patrimônio, sem um diálogo construído com os legítimos mo-

radores da área parece bastante claro. A ideia de referência cultural é usada apenas no sentido de aproveitar um sentido antropológico de cultura, sem, no entanto, ouvir diretamente as pessoas implicadas, mas a partir de uma seleção realizada por um grupo de especialistas, buscando um determinado enquadramento.

Sem dúvida alguma, no caso da paisagem cultural do Rio de Janeiro, trata-se de uma candidatura “de cima para baixo”, isto é, construída por um grupo restrito que procura realçar valores consagrados da cidade e reafirmá-los, mas sem mecanismos de diálogo maiores com a população no momento de sua elaboração. Entretanto, ao colocar o título como mera formalidade para a obrigação da criação de um comitê gestor, o papel principal é deslocado do título, da identificação e da delimitação, para ressaltar o papel da gestão. A função primordial do título e motivo dele ser buscado seria a promoção de um desenvolvimento sustentável, no qual os cidadãos poderiam participar. Assim, a tarefa de inclusão de diferentes setores da sociedade e de construção de uma representação legítima dentro de mecanismos de gestão torna-se o principal alvo e é vista como uma solução que anularia a ausência de uma discussão mais ampla no momento da inscrição. O fato de o processo de inscrição ter sido feito de “cima para baixo” não anula a possibilidade de esta inscrição se tornar um instrumento de uso verdadeiramente democrático e constituidor de cidadanias, entretanto, isto ainda permanece como devir.

Já a candidatura do Cais do Valongo se insere em um discurso patrimonial totalmente distinto, no qual a valorização de identidades através do espaço, ou, para usar a expressão consagrada por Pierre Nora, de lugares de memória, tem o papel central e que é rapidamente acolhido pelo poder público, uma vez que sua adequação aos projetos de transformação daquela área, além da valorização turística, são identificados por seus responsáveis. Construir um discurso pautado na vontade popular aqui é uma prerrogativa fundamental e incorporada no processo desde o início pelos gestores.

As “razões do patrimônio”, isto é, a maneira como o discurso patrimonial é trabalhada, são distintas e, portanto, incorporam diferentes elementos, mas ambos, se querem legitimidade, ao longo do percurso precisam ser acatados e aceitos pela população, ao preço de se tornarem meros elementos decorativos não se sabe bem para quem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação*. Brasília: Iphan/Minc, 2000.

CAMPELLO, G. Apresentação. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 07.

CASTRO, I. E. A democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (orgs.). *Espaços da democracia: para a agenda da geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 23-56.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001.

COSTA, Lúcio. Plano de trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamentos da DPHAN [1949]. In: MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998, p. 133-140.

CHUVA, M. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

FONSECA, M. C. L. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998, p. 27-40.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária Carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

RIBEIRO, R. W. Nature et culture dans la liste du patrimoine mondial: l'expérience de Rio de Janeiro. *Vertigo - La revue électronique en sciences de l'environnement*, v. 16, p. 01, 2013.

RIBEIRO, R. W.; AZEVEDO, D. A. Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial no Rio de Janeiro: Caminhos e desafios para o reconhecimento. *Colóquio Ibero Americano Sobre Paisagem Cultural, Patrimônio E Projeto*, 1, 2010, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24, 1996, p. 97-105.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995.

SEN, A. *A idéia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras: 2011.

STARLING, M. B. L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. *Políticas Culturais em Revista*, 1 (2), p. 140-156, 2009.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*. 2006, vol.12, n.1, pp. 237-248.

(Página deixada propositadamente em branco)

O BRASIL QUE A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL REVELA (E ECLIPSA)

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_5

PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS⁹

INTRODUÇÃO

Em 2016, a UNESCO concedeu ao Brasil a honra de ter o conjunto moderno da Pampulha, situado em Belo Horizonte, como o 20º bem do país incluído na lista do Patrimônio Mundial. O reconhecimento desse bem como um ponto de inflexão da história da arquitetura moderna – que pelas formas curvas de Niemeyer contestava a rigidez das linguagens modernistas do Funcionalismo e do Racionalismo – colocava mais um elemento na consagração do Brasil como um espaço especial para a reorientação da narrativa que a lista do patrimônio mundial passara a reescrever partir de 1987. Naquele ano, a UNESCO reconheceu Brasília como patrimônio cultural da humanidade, inaugurando finalmente a inclusão de bens vinculados à arquitetura modernista nesse rol. Tal conquista inédita foi um notável feito das autoridades brasileiras, que conseguiam uma primazia frente a países centrais para a história da arquitetura e urbanismo desse movimento, como a Alemanha ou a França, que só alguns anos depois pleiteariam e obteriam o mesmo feito¹⁰.

9. Historiador, Doutor em História Social pela USP, Docente do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Museologia da USP. Membro do ICOMOS e do ICOM.

10. Após a inclusão de Brasília, foram incluídos na lista, por exemplo, os sítios da Bauhaus em Weimar e Dessau (1996), os conjuntos residenciais modernistas de Berlin (2008), a Usina Fagus em Alfeld (2011), o conjunto reconstruído do Havre entre 1945 e 1964 (2005, que inclui o centro cultural de Niemeyer erguido entre 1978 e 1982). Nas áreas de expansão do modernismo, foram nominados na lista a Cidade Universitária de Caracas (Venezuela, 2000), a casa Schröder de Gerrit Rietveld (Holanda, 2000), a Cidade Branca de Tel-Aviv (Israel, 2003), a casa ateliê de Luís Barragan (México, 2004)

Esse destaque ao modernismo brasileiro na lista do Patrimônio Mundial é, por certo, o coroamento do reconhecimento internacional da notoriedade de nomes como Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Roberto Burle Marx, algo que se iniciara desde as exposições *Brazil Builds* (1943) e *Latin American Architecture since 1945* (1955-1956) realizadas pelo MoMA, a instância máxima de consagração das vanguardas no século XX. As sucessivas publicações de projetos desses modernistas por periódicos especializados como *L'Architecture d'Aujourd'hui* e *Architectural Review* e por todos as grandes sínteses historiográficas da arquitetura e do paisagismo do século XX acabaram por integrá-los de maneira estável ao panteão dos grandes modernistas de escala internacional.

Mas a chancela de valor concedida pela UNESCO para Brasília e para a Pampulha é também o resultado de uma longa trajetória de afirmação nacional de seus criadores. Niemeyer, Costa e Burle Marx ainda são tidos como intérpretes privilegiados da identidade brasileira, condição essa alicerçada em sua inserção intelectual e plástica na experiência modernista do Rio de Janeiro consolidada entre as décadas de 1930 e 1950. E embora fossem construtores do presente, é indispensável lembrar que esses nomes já haviam tido suas obras precocemente tombadas pelo SPHAN¹¹, o que revelava os imensos compromissos semânticos entre esse órgão – e seus líderes modernistas – e a preservação de sua própria memória¹². O outro lado dessa auto-devoção, já muito explorada pela bibliografia, foi a consagração preponderante que esse órgão federal dedicou ao maneirismo, ao barroco e ao rococó como expressões fundadoras do *ethos* artístico nacional, que seria preservado – e retomado – pelos modernistas da escola carioca¹³.

o *campus* central da Cidade Universitária da UNAM (México, 2007), a Ópera de Sidney (Austrália, 2007) e ainda o Hall do Centenário de Wrocław, a antiga Breslau alemã (Polônia, 2006). Também em 2016, ano da inclusão da Pampulha, foram listadas obras de Le Corbusier localizadas na Alemanha, Argentina, Bélgica, França, Índia, Japão e Suíça.

11. O Ministério da Educação e Saúde Pública (Palácio Capanema) foi tombado em 1948, a igreja de São Francisco da Pampulha em 1947 e o Aterro do Flamengo em 1965, todos eles poucos anos ou meses depois de terminadas as obras.

12. Ver: NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016, espec. cap. 2.

13. A esse respeito, ver os trabalhos referenciais de: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília, 1992; RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1992; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN,

Em estudo anterior, procurei demonstrar o quanto a ampliação das listas de bens tombados e registrados pelo IPHAN após a década de 1980 guarda ainda imensos compromissos com esse cânon modernista de hipervalorização do período colonial. Embora a dilatação do chamado “estoque patrimonial” tenha sido bastante arrojado em ampliar temporalmente o rol de bens tombados advindos dos séculos XIX e XX, esse esforço ainda não foi capaz de equilibrar a supremacia numérica dos edifícios coloniais concentrados em Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Do mesmo modo, as múltiplas heranças culturais advindas da diversidade étnica que caracteriza o espaço e a trajetória temporal do país são ainda opacas em relação ao predomínio das tradições luso-brasileiras¹⁴.

Ao deslocar agora o foco de análise para a lista de bens culturais brasileiros considerados Patrimônio Mundial¹⁵ desde a pioneira inclusão de Ouro Preto em 1980, almejamos ressaltar que esse rol ainda espelha – e com nitidez e rigidez ainda maiores do que a atual lista de bens tombados do IPHAN – uma visão canônica, excludente e hierarquizadora do que somos – ou do que deveríamos ser. Aos olhos da UNESCO – e especialmente aos olhos de nossas autoridades que propuseram e ainda propõe bens à análise desse organismo internacional – pouco escapamos do binômio barroco/modernismo cunhado durante o longo reinado de Rodrigo Mello Franco de Andrade, e de Lúcio Costa, à frente do IPHAN na chamada fase “heroica”. A narrativa histórica que tais bens permitem narrar é, portanto, ainda tributária de uma visão por demais redutora, que se apoiou numa uma visão excessivamente formalista das belas-artes ou das experiências urbanísticas herdadas da metrópole lusitana. Por meio delas, a história do país oscila

1997 [Doutorado em Sociologia, UnB, 1994]; CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [Doutorado em História, UFF, 1998].

14. Ver: MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016. Esse artigo é a versão final de texto apresentado inicialmente no IV Seminário de Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, na mesa-redonda Patrimônio cultural: identidades territoriais, memórias e ideologias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Instituto de Geografia, 2012.

15. Escapa, portanto, desta abordagem, as nomeações de sítios naturais brasileiros na lista, cuja nomeação cessou já há cerca de 15 anos: Parque Nacional de Iguazu (1986), Costa do Descobrimento – reservas de Mata Atlântica (1999), Mata Atlântica – reservas do Sudeste (1999), Área de Conservação do Pantanal (2000), Parque Nacional do Jaú (2000, estendido para Complexo de Preservação da Amazônia Central em 2003), Áreas protegidas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001) e Ilhas atlânticas brasileiras: reservas de Fernando de Noronha e do Atol das Rocas (2001).

entre ser “um imenso Portugal”¹⁶ ou uma ampla fronteira da Europa, na América.

ANTES DE BRASÍLIA: O PRIMADO COLONIAL SE ESTABELECE

Não é de se estranhar que a primeira inscrição brasileira na lista do Patrimônio Mundial tenha sido Ouro Preto. Declarada Monumento Nacional em 1935, alvo de diversas intervenções de restauro pela Inspetoria de Monumentos Nacionais e tombada já em 1938 pelo SPHAN, a antiga capital mineira é o “óbvio ululante” quando se pensa em patrimônio brasileiro a partir do imaginário oficial cunhado desde os anos 1930. Privada que foi de muitas das marcas que denunciavam as múltiplas temporalidades que se acumulavam na cidade desde o século XVIII devido às intervenções profílicas e normalizações patrimoniais que incidiram sobre a cidade ao longo do século XX¹⁷, Ouro Preto era o melhor exemplo de um conjunto patrimonial “homogêneo” – e assim foi considerada no parecer fornecido ao Comitê do Patrimônio Mundial pelo ICOMOS¹⁸ ainda que essa condição tenha sido forjada, forçada e imaginada sobre a cidade.

A nomeação seguinte – o centro histórico de Olinda, em 1982 – foi fruto de um esforço pessoal de Aluísio Magalhães, líder da SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória e falecido nesse mesmo ano, em obter esse mérito internacional para uma cidade que era bastante contrastante a Ouro Preto. Embora as igrejas maneiristas e barrocas sejam marcos topográficos incontornáveis na paisagem de Olinda, o conjunto arquitetônico do centro histórico era muito heterogêneo temporal e estilisticamente. A arquitetura civil apresenta características plásticas sobretudo do século XIX, em função

16. Expressão que empresto de: MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.

17. Ver: MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 22, p. 108-122, 1987; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, n.1, 125-163, 1996. Sobre a vitalidade urbana de Ouro Preto no século XIX, ver: VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, jul.dez. 2016.

18. “C'est son caractere global et son homogénéité qui en font un temoignage culturel unique.” Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1980, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/124/documents/>.

de inúmeras reformas e fachadas de edifícios coloniais, quando não eram tipologias efetivamente modernas, como chalés, a pontuar algumas de suas ruas. O parecer do ICOMOS para a nomeação de Olinda não reconhecia essa heterogeneidade, sendo enfatizada em sua argumentação justificativa os vínculos dos monumentos considerados principais com os séculos XVI, XVII e XVIII, período de clímax da economia açucareira, e o traçado urbano predominantemente setecentista¹⁹.

Não se pode obliterar, inclusive, que algumas intervenções de restauro em igrejas muito antigas, de inspiração maneirista, foram absolutamente radicais na eliminação de traços setecentistas (como ocorreu na igreja jesuítica da Graça) ou da sucessão de traços que restavam das reformas neogótica e neocolonial da Sé de Olinda²⁰. A Catedral, cuja fisionomia atual é uma invenção imaginativa do século XX do que teria sido – ou do que deveria ter sido – uma sé maneirista do século XVI, é por si só um exemplo de como a sedução colonial recaía sobre a cidade em plena década de 1970. De qualquer modo, e apesar das ênfases discursivas no período colonial, a inclusão de Olinda era uma decorrência de sua escolha pelas autoridades nacionais em submeter o pedido, e é evidente que essa escolha significava uma reorientação que se afinava com as várias revisões da gestão de Aluísio Magalhães. Claro também resta que tal percepção mais alargada do que deveria ser o testemunho temporal de um centro histórico encontrava eco na UNESCO, que também nominou na lista, nessa mesma reunião do Comitê de 1982, o Centro Histórico de Havana, também ele marcado por testemunhos arquitetônicos de muitos séculos.

Essa oscilação conceitual que permeava a inclusão das duas primeiras cidades listadas prolongou-se, de certo modo, na aceitação pela UNESCO do terceiro bem brasileiro listado, as ruínas de São Miguel das Missões. É mais do que notório o apreço de Lucio Costa pelas ruínas dessa missão jesuítica espanhola, onde esteve já em 1937 para averiguação do estado das ruínas, sendo ainda considerado, o mentor e autor, juntamente com Lucas Mayerhofer e Paulo Thedim Barreto, do projeto do Museu das Missões. Nesse sentido, não é incongruente que o Brasil tenha candidatado São Mi-

19. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1982, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/189/documents/>.

20. Ver, sobre a Sé: CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.181-204, jan.-abr. 2016.

guel à lista, título que logrou obter em 1983, juntamente com as ruínas argentinas de San Ignacio Mini, de Santa Ana, de Nuestra Señora de Loreto et de Santa Maria la Mayor.

É indispensável ressaltar, contudo, que a nomeação de São Miguel não se referia a um testemunho erguido originalmente na América portuguesa, nem a um monumento revelador das matrizes da síntese nacional forjada no período colonial. O próprio caráter transnacional da nomeação – que seria estendido às ruínas paraguaias das missões da Santíssima Trinidad e de Jesús dez anos depois, em 1993 – era um reforço de uma possível dilatação dos bens brasileiros da lista para além da ortodoxia lusófila cunhada na “fase heroica” do IPHAN.

Essa tríade inicial razoavelmente heterogênea foi cedendo espaço, paulatinamente, para uma sucessão de bens vinculados cada vez mais ao período colonial (material ou imaginariamente), fenômeno perceptível já a partir das duas nomeações à Lista obtidas em 1985 – o centro histórico de Salvador e o Santuário do Bom Jesus de Congonhas. Ambos podem ser considerados peças centrais da narrativa construída pelo IPHAN, desde sua fundação, em celebrar os legados coloniais eruditos de Minas e Bahia como pilares da gestação nacional.

O centro histórico da capital da Bahia é um dos assentamentos de matriz europeia mais antigos do Brasil, visto que a localidade surgira como cidade real em 1549, já com o estatuto de sede governamental da América portuguesa. Embora as igrejas, conventos, mosteiros e sobrados com portadas maneiristas do centro de Salvador formem um dos mais opulentos conjuntos de testemunhos dos séculos XVI, XVII e XVIII ainda existente país, muitas de suas construções civis datam – ou foram então profundamente reformadas – do século XIX. A aceleração dos preços do açúcar desde as crises políticas do Haiti, na passagem dos séculos XVIII e XIX, deram novo ânimo à economia açucareira baiana, gerando riquezas que permitiram um surto de construção, reconstrução e reforma de moradias nas freguesias centrais da cidade, que se estenderia com intensidade oscilante por toda a primeira metade do século XIX. Essa mesma riqueza foi, aliás, a responsável também pela renovação interna de numerosas igrejas soteropolitanas, que tiveram suas talhas barrocas e rocós substituídas pela talha neoclássica nas primeiras décadas do Oitocentos²¹.

21. Ver FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2006.

Os termos da nomeação recomendada pelo ICOMOS ao Comitê destacam, todavia, apenas os vínculos do centro histórico com o período colonial, seja por sua “fidelidade ao plano [urbanístico] do século XVI, [e] por sua densidade monumental e homogênea da construção”, frisando ainda, na proposta de inscrição no critério IV, ser a cidade “um exemplo eminente de estruturação urbana da Renascença adaptada a um sítio colonial”²². Entretanto, Salvador é, paradoxalmente a essa declaração, um exemplo marcante de contestação social aos traçados urbanos ortogonais impostos pela coroa portuguesa na colônia. O perímetro reconhecido pela UNESCO escapa – e muito – à quadrícula original de Luís Dias concebida para a fundação da cidade régia em 1549 e que foi estendida com certa regularidade até as portas do Carmo (o atual largo do Pelourinho). Engloba, portanto, as numerosas ruas de traçado curvilíneo que negaram o modelo renascentista e que se estendem pelas freguesias do Passo, de São Pedro, de Santo Antônio Além do Carmo e da Saúde²³, o que inscreve a cidade naquelas que apresentam aquele traçado de ruas mais livre, recorrente na colonização portuguesa da América, que Sérgio Buarque de Holanda aproximou poeticamente da obra de um semeador.

Nem tão colonial, nem tão renascentista ou barroca, Salvador foi, assim, purificada de suas dissonâncias, especialmente as oitocentistas, quando de sua nomeação pela UNESCO à Lista. Já o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, considerado por muitos historiadores da arte e críticos como a obra-prima do Aleijadinho, foi compreendido como um “surpreendente florescimento da arte religiosa, carregado de reminiscências barrocas, atravessado por correntes rococós, portador de invenções expressionistas modernas”²⁴, uma síntese anacrônica que ecoava, e distorcia, as palavras de Mário de Andrade cunhadas na década de 1920²⁵.

22. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/309/documents/>.

23. Ver, sobre esse crescimento da cidade refratário à matriz renascentista: MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, p. 229-246.

24. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/334/documents/>.

25. Mário de Andrade referia-se a uma vertente transtemporal expressionista, em que o artista mineiro evocaria “Cranach, Baldung, Klaus Sluter”. Ver GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 55-58.

O santuário de Congonhas foi mesmo alçado pelo ICOMOS à condição de ser “o topo incontestável” da arte cristã na América Latina, além de ser dotado de uma “dimensão estética desconhecida na Europa”²⁶. Tais palavras co-roavam um processo de glorificação internacional das obras de Aleijadinho que já vinha sendo calçado por textos publicados entre as décadas de 1940 e 1970 pelo inglês John Bury, pelo norte-americano Robert Chester Smith e sobretudo pelo francês Germain Bazin, curador de pinturas do Louvre, historiador da arte de imenso renome e autor da monografia considerada até o presente como a mais importante dedicada ao artista mineiro²⁷. O Comitê ratificava, assim, uma proposta brasileira que, juntamente com Ouro Preto, selava a importância de Minas Gerais e do Aleijadinho para a angular compreensão da América Latina como um continente que seria culturalmente independente das metrópoles, sendo ambos, espaço e artista, reformuladores radicais das referências recebidas de Portugal.

A inclusão de Brasília na Lista em 1987 – que ocorreu apesar do tombamento federal não estar efetivado – pode ser considerado também o momento de ratificação internacional dessa mesma capacidade recriadora já sinalizada por Congonhas e pelo Aleijadinho. Barroco e Modernismo brasileiros saltavam, assim, da lista do IPHAN para a da UNESCO, renovando um binômio há muito consagrado pelo órgão federal que pouco seria alterado nas décadas seguintes.

ECOS ORTODOXOS

Em 1991, o Brasil voltava a lograr inscrever mais um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial – e muito dissonante do que obtivera até ali. O Parque Nacional da Serra da Capivara, primeiro sítio arqueológico brasileiro indicado pelas autoridades brasileiras à distinção da UNESCO, abriga desde sítios de arte rupestre datados entre 26.000 e 22.000 a.C. até um vas-

26. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/334/documents/>.

27. Ver: BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial* (OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, org.). São Paulo: Nobel, 1991 [reunindo textos publicados no exterior desde 1949]; SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo* (fotografias de Marcel Gautherot). Rio de Janeiro: Agir, 1973; BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963 [editado no mesmo ano também em francês pelo editora Le Temps].

to conjunto de pinturas rupestres que datam de 12.000 a 4.000 anos a.C., datações que foram então ratificadas pelo ICOMOS como os mais antigos testemunhos culturais humanos da América do Sul²⁸. Tal inscrição poderia fazer supor que tal iniciativa governamental brasileira fosse se replicar ao longo dos anos, dado o fato de que já são muitos os sítios arqueológicos relativos a populações ameríndias que poderiam ser postuladas à uma dimensão mundial. Não houve outras candidaturas semelhantes.

O título concedido à Serra da Capivara não pode ser considerado como um prolongamento das aberturas conceituais pelos quais o IPHAN passara na década de 1980. Nesse período, a lista dos bens escolhidos para tombamento federal foi finalmente aberta para a inclusão de bens ligados às heranças afro-brasileiras, à imigração, a uma quantidade grande de edifícios vinculados ao ecletismo e a testemunhos populares, mas não inclui sítios arqueológicos ligados a populações indígenas. Ainda que fosse uma soma de testemunhos culturais materiais, o Parque da Serra da Capivara só seria tombado pelo IPHAN em 1993, dois anos após a inclusão do bem na Lista do Patrimônio Mundial. A pré-condição de haver uma proteção federal no sítio para a candidatura havia sido satisfeita por meio da declaração do mesmo como um Parque Nacional.

Mas, de fato, a candidatura de restos arqueológicos e pinturas rupestres era claramente contrastante aos bens culturais já incluídos na Lista desde 1980, todos ligados ao período colonial e ao modernismo de Brasília. E o único parque nacional anteriormente registrado na Lista – o de Iguaçu, em 1986, em declaração conjunta com a porção argentina – o fora apenas como patrimônio natural, em função das cataratas e das florestas envoltórias.

Mas ao mesmo tempo em que a Serra da Capivara sinalizava uma dilatação do interesse do governo brasileiro para além do binômio temporal dos modernistas do IPHAN, o fencimento de iniciativas correlatas à inclusão na Lista demonstra que tal inclusão não se configurou como uma tendência e sim como um fato isolado.

As quatro candidaturas seguintes do Brasil bem-sucedidas à Lista – os centros históricos de São Luís (1997), Diamantina (1999), de Goiás (2001) e a praça de São Francisco em São Cristóvão (2010) – foram todas seguindo as

28. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1991, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/606/documents/>.

opções do IPHAN de eleger as heranças de predominância luso-brasileiras forjadas no período colonial como evidências da identidade nacional.

A nomeação de São Luís é um caso emblemático de como a ênfase canônica no período colonial oblitera centenas de evidências materiais que contestam essa vinculação. A decisão do Comitê ratificou a avaliação do ICOMOS que incorporava de maneira explícita a hipervalorização do tempo da dominação portuguesa, declarando-se São Luís como “um exemplo excepcional da cidade colonial portuguesa”²⁹, ainda que a própria justificativa encaminhada pelo país lembrasse que parte do tecido urbano, das construções civis, edifícios públicos e indústrias fossem oriundos dos séculos XIX e XX. O revestimento das fachadas de azulejos industrializados estampilhados – uma referência icônica da cidade – é por si só uma evidência da riqueza oitocentista e da seriação permitida pelos avanços técnicos do século XIX. Milhares de unidades de azulejos foram importadas de fábricas europeias, sobretudo portuguesas, numa prática que procurava proteger as superfícies externas dos efeitos da umidade equatorial que caracteriza o clima da cidade³⁰. Tais azulejos, ao contrário dos painéis figurativos setecentistas pintados à mão utilizados especialmente em claustros e capelas mores do Nordeste açucareiro e do Rio de Janeiro, são, assim, um indício consistente de que a aparência da cidade desafiava sua associação prioritária ao período colonial.

O mesmo vínculo temporal com os séculos XIX e princípios do XX está também presente na própria expansão da malha urbana, que guardou correspondência com a quadrícula seiscentista, mas que se expandiu pelos séculos posteriores, inclusive na área que é apenas tombada estadualmente e que está fora do perímetro reconhecido patrimonialmente pela UNESCO. E mesmo nessa área, mais restrita, é grande a presença de sobrados neoclássicos, com portas e janelas de arco pleno no padrão recorrente a todo o Império brasileiro. Uma última evidência da riqueza do século XIX, gerada especialmente pelo cultivo do algodão (especialmente durante a quebra da produção gerada pela Guerra da Secessão norte-americana)³¹, é o revestimento de grande parte

29. Rapport des décisions, 1997, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/2869>; Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1997, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/821/documents/>.

30. Ver: ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana / Fundação Luiz la Saigne, 1980; *INVENTÁRIO do patrimônio azulejar do Maranhão*. São Luís: AML, 2012.

31. Ver: CARVALHO, Carlos de Jesus. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRRJ, 1982; PAULA, Ricardo

das calçadas em lioz português, um sinal explícito dessa opulência econômica da cidade oitocentista³². São Luís é, portanto, um conjunto temporalmente misto, que, no entanto, teve suas temporalidades alisadas em benefício do período colonial que já estava configurado, pelas nomeações anteriores, como um sinal identificador do país.

As nomeações de Diamantina e de Goiás seguem a mesma hipervalorização dos legados coloniais, vinculados respectivamente à extração de pedras preciosas e à mineração de ouro setecentistas. Embora ambas as cidades tenham monumentos de grande evidência dos séculos mais recentes – como é o caso da Catedral de Diamantina, construída na década de 1940 em linguagem neocolonial, e a igreja do Rosário de Goiás, erguida em linguagem neogótica entre as décadas de 1930 e 1950, além de numerosas construções reformadas ou construídas nos séculos XIX e XX – o apelo ao período colonial é recorrente.

A justificativa encaminhada pelo governo brasileiro para a candidatura de Diamantina, embora destacasse obviamente os legados do período colonial, fazia referência ao mercado, ao calçamento de pedras (chamadas popularmente de capistranas, em homenagem a João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da província de Minas Gerais que mandou pavimentar as ruas em 1877) e ao passadiço neoclássico da Casa da Glória, todos do século XIX³³. Salvo as capistranas, que foram mencionadas na recomendação do ICOMOS sem que o período de sua implantação fosse explicitado, a glória diamantífera se sobrepôs a todos as outras temporalidades. E, se o pico da extração ocorreu inegavelmente no século XVIII, a cidade permaneceu, apesar da decadência das lavras, como centro produtor de diamantes ao longo das duas centúrias seguintes, além de um centro industrial regional³⁴.

Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. *O comércio marítimo do Maranhão no século XIX*. Disponível em: www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf.

32. Ver, sobre essas características oitocentistas de São Luís: ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*. São Paulo: Audichromo, 1998; SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*, 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998; VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de Viveiros. *Urbanidade do sobrado – um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís*. São Paulo: Hucitec, 2006.

33. Cf. Dossier d'inscription 890, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/890/documents/>.

34. Ver: MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH / USP, São Paulo, 2004; Idem. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”. *História*, Franca, v. 35, e76, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000076>.

A cidade é, contudo, vinculada sempre e apenas a seu período de fulgor e, na sequência da vinculação de Minas ao nascimento da consciência nacional tão recorrente nos circuitos do IPHAN, foi declarada, em sua inscrição no critério II, como local em que se criou “uma cultura ao mesmo tempo fiel a suas origens e completamente original”³⁵. Tal colocação, inescapavelmente paradoxal, revelava mais uma vez a opção pelo reforço do período colonial – e de Minas – como aquele em que se conciliava criativamente a origem lusitana e a emergência nacional, numa equação interpretativa que hierarquizava beneficentemente as heranças brancas e ibéricas.

Goiás, considerada pelo ICOMOS como tendo ficado “mais próxima de sua condição de origem”, teria “uma arquitetura austera que se distingue pela utilização permanente de técnicas vernaculares, adobe, taipa e pau-a-pique. Seria também ela que “representa, de maneira mais exata do que qualquer outra, o que eram as cidades da mineração”³⁶, consideração claramente ariscada. Privada de monumentos de grande erudição encontráveis nas cidades que já haviam sido inscritas na Lista, Goiás foi nominada enaltecendo-a como um exemplo de cidade portuguesa adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais do centro da América do Sul, além de seu já mencionado caráter exemplar de cidade mineradora e de ter preservado seu entorno no transcurso de sua expansão urbana.

O mesmo caráter temporal suspensivo associado ao período colonial aplicado às outras cidades nominadas foi também vinculado a Goiás. Uma simples comparação entre os desenhos existentes na Casa da Ínsua de 1751, os de William John Burchell realizados na década de 1820 arquivados em Johannesburg e a cidade atual demonstra que o conjunto se alterou substancialmente no transcurso de dois séculos. A própria matriz disso é testemunho, além da já mencionada igreja neogótica do Rosário, recorrentemente obliterada das fotografias da cidade divulgadas pelo IPHAN³⁷.

35. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1999, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/890/documents/>. Rapport des décisions, 1999, disponível em <http://whc.unesco.org/fr/decisions/2566>.

36. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 2001, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/993/documents/>.

37. Ver sobre a heterogeneidade da arquitetura de Goiás e sobre as estratégias oficiais para o seu apagamento, inclusive nos discursos da UNESCO: OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

A nomeação da praça de São Francisco de São Cristóvão na Lista foi uma das mais difíceis já alcançadas pelo país. A inclusão foi recusada na sessão do Comitê de 2008³⁸ e reapresentada após esclarecimentos em 2010, quando a inclusão na lista foi aceita. A praça de formato retangular, considerada uma fusão de práticas urbanas de colonização portuguesa e espanhola³⁹, está ladeada pelos conjuntos franciscano e da Misericórdia, pelo Palácio e por um casario civil. Sua nomeação pode ser considerada totalmente coerente com a política continuada do Estado brasileiro de reconfirmar a doutrina modernista de prevalência do período colonial e da recusa, por pelo menos três décadas, de reconhecer qualquer legado alheio a esse período como de importância mundial.

Essa ortodoxia permite compreender porque a penúltima nomeação à Lista obtida pelo Brasil até 2016 – Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, em 2012 – excluiu a inserção de qualquer segmento do tecido urbano da cidade dentro do perímetro acolhido como Patrimônio Mundial. A cidade do Rio de Janeiro foi, ao longo do século XX, recusada como um “centro histórico” pelo IPHAN, que apenas preservou, em 1990⁴⁰, a área central da Praça XV e imediações, em função das constantes ameaças que pairavam sobre a ambiência do Paço desde a construção do Edifício Centro Cândido Mendes na década de 1970. Foram, por certo, dezenas de igrejas, conventos, palácios e prédios administrativos, entre outras tipologias, tombados desde a década de 1930 pelo IPHAN na cidade, mas a heterogeneidade da paisagem arquitetônica era inaceitável à visão canônica do órgão. A célebre recusa de Lúcio Costa a uma preservação mais abrangente dos edifícios ecléticos da Avenida Rio Branco – para além dos quatro grandes edifícios públicos tombados, após intenso debate com Paulo F. Santos, em 1972 – é uma evidência da antipatia das lideranças doutrinárias do IPHAN quanto às múltiplas temporalidades de um centro histórico intensamente reconstruído nos séculos XIX e XX. Conjuntos urbanos em bairros mais antigos como Laranjeiras, Cosme Velho, Tijuca, Saúde, Gamboa, Catumbi, Morro da Conceição ou Santa Tereza foram igualmente desprezados ao longo do século XX, desinteresse que se replicou pela zona suburbana ou pelos bairros litorâneos da Zona Sul.

38. Cf. Rapport des décisions, 2008, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/1503>.

39. Cf. Rapport des décisions, 2010, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/4026>.

40. Ver: MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão. In: *PROGRAMA de Especialização em Patrimônio – artigos (2005 e 2006)*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009, p. 141-182

Essa aversão do IPHAN e de seus doutrinadores modernistas sobre os heterogêneos tecidos urbanos do Rio – antipatia recíproca, aliás, se lembrarmos que são numericamente irrelevantes na cidade as construções contratadas sob projeto dos nomes mais importantes da escola carioca, Oscar Niemeyer e Lucio Costa aí incluídos, especialmente no que toca a imóveis privados – não favoreceu que uma postura mais dilatada de nomeação à lista fosse obtida em 2012. A proposta anterior de inclusão da cidade à Lista na categoria mista de patrimônio natural e cultural, sob o título de “Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca e os jardins botânicos”, fora negada em 2003, embora o Comitê recomendasse uma reapresentação da candidatura como paisagem cultural⁴¹. Já nessa primeira submissão, a paisagem se restringia ao tombamento da Floresta da Tijuca, ocorrido em 1967, e de parte dos penhascos e entornos tombados em 1973, que abrangeram o Corcovado, o Pão de Açúcar e os morros Cara de Cão, Babilônia, Urca, Dois Irmãos e a Pedra da Gávea.

A sugestão da UNESCO desdobrou-se em um estudo de 2004, em que nove “compartimentos” da cidade foram indicados no perímetro de proteção para uma nova candidatura⁴². Nessa proposta, que efetivamente incluía a paisagem urbanizada em seu perímetro generoso, lançava-se a possibilidade de superar-se o desprestígio que o Rio de Janeiro havia sofrido pelo IPHAN, com a inclusão de diversas áreas tuteladas pelos instrumentos de preservação estadual e especialmente municipal, além dos tombamentos federais.

A candidatura do Rio aprovada em 2012 alargou o perímetro analisado em 2003 mas ignorou vastamente aquele indicado no estudo de 2004. O perímetro reconhecido pela UNESCO incluiu apenas a orla de Copacabana, a linha marítima do Botafogo, o aterro do Flamengo, o Passeio Público, os morros da Urca e Leme, além do Pão de Açúcar, Corcovado, Jardim Botânico, Parque Lage e a Floresta da Tijuca (inclusive os extremos das Pe-

41. Cf. Rapport de décisions, 2003, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/707>.

42. A) Centro, Lapa, Glória, além das ilhas localizadas junto à costa, como a Ilha de Villegaignon, Ilha das Cobras e Ilha Fiscal; b) Parque do Flamengo e Praia de Botafogo; c) Bairro da Urca, incluídos os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão e as praias existentes no bairro; d) Leme e Copacabana, incluídos os morros do Leme, a ponta de Copacabana e respectivas praias; e) Arpoador, Ipanema e Leblon, incluídas a ponta do Arpoador, o Morro Dois irmãos e respectivas praias; f) Lagoa Rodrigo de Freitas, incluídos seu espelho d’água, o canal do Jardim de Alah, o parque que a circunda e a área do Jôquei Clube Brasileiro; g) Jardim Botânico do Rio de Janeiro; h) Parque Nacional da Tijuca, incluído o Parque Lage; e i) Mar territorial e ilhas oceânicas. Cf. MELLO, Kelly Cristina de. *Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016, p.220.

dras da Gávea e Bonita, da Covanca e dos Pretos Forros). Incluiu também uma parte do município de Niterói situada na barra da baía de Guanabara, abrangendo um perímetro em que estão situados a fortaleza de Santa Cruz e os fortes do Pico, São Luís e Imbuí⁴³.

A avaliação da candidatura do Rio de Janeiro à Lista ocorreu dois anos depois da rejeição daquela relativa a Buenos Aires, proposta como paisagem cultural em 2010. A área central e o grande arco de bairros que se estendia o longo da Barranca desde o rio Matanza até a divisa com Vicente López (incluindo bairros e distritos centrais de La Boca, San Telmo, Montserrat, San Nicolás, Retiro, Balvanera, Palermo, Belgrano e o litoral de Núñez) foi proposto como uma evidência da cidade como patrimônio cultural que testemunhava a integração dos patrimônios material e imaterial, por meio da imensa diversidade cultural gerada pela imigração que marcara suas inscrições no sítio urbano, ele próprio representativo do encontro entre os pampas e rio⁴⁴. A negativa a esse pedido pode ter sido um estímulo a que a candidatura do Rio se ativesse à percepção da paisagem cultural baseada especialmente nas interações com o sítio natural – o que incluía as florestas restauradas dos maciços da Tijuca e da Carioca, bem como agenciamentos paisagísticos que caracterizavam o Jardim Botânico, o Parque Lage, o Passeio Público e os executados por Burle Marx nas orlas de Copacabana, Flamengo e Glória.

Mas o evitar da inclusão de tecidos urbanizados do Rio⁴⁵ (à semelhança daqueles recusados portenhos) não pode ser compreendido apenas como uma precaução estratégica para a obtenção do título. Como foi apontado acima, o IPHAN não havia protegido nenhuma área urbana mais dilatada, nem mesmo porções significativamente amplas da área central. E além dessa recusa dos tecidos urbanos e de suas inscrições matérias na paisagem da cidade, a candidatura também evitou a inclusão de três áreas previstas no estudo de 2004: a orla do Leblon e de Ipanema (essa mundialmente

43. Para um estudo minucioso da candidatura do Rio de Janeiro em 2012, ver: MELLO, Kelly Cristina de. Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016, parte IV e V.

44. Ver: *PAISAJE cultural de Buenos Aires – el río, la pampa, la barranca y la inmigración*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2007.

45. “Le tissu bâti le plus dense de la ville couvre les étroites bandes de terre alluviale entre les montagnes et la mer, sous forme de groupes irréguliers de grands blocs blancs offrant un contraste frappant avec la verte végétation des montagnes et le bleu de la mer. Aucun de ces bâtiments n’est inclus dans la zone proposée pour inscription ; en revanche, bon nombre d’entre eux sont inclus dans la zone tampon”. Cf. Rapport des décisions, 2012, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/4813>.

célebre por sua alusão na canção *Garota de Ipanema*, uma das cinco músicas populares mais executadas em todo o mundo) e, o que causa maior estranheza, o Morro Dois Irmãos, tombado pelo IPHAN em 1973. Esse morro, cercado pelas favelas do Vidigal e da Rocinha, é um ponto sensível da fragilidade que marca a preservação dos espaços naturais tombados na década de 1970 pelo IPHAN, cercados que estão por ocupações precárias nas encostas, especialmente por favelas. Tal exclusão pode também ser compreendida como uma estratégia de evitar a fragilização da proposta no âmbito das medidas de salvaguarda e gestão das áreas a serem avaliadas pelo ICOMOS e pelo Comitê, mas é, claramente, mais uma evidência de que os tecidos urbanos não são reconhecidos como relevantes – o que se intensifica no que toca às favelas, historicamente segregadas das políticas públicas e jamais alvo de qualquer proteção patrimonial federal no Rio.

A mesma precaução quanto à proximidade comprometedoras das favelas pode ser também a razão da exclusão dos Morros da Babilônia (tombado pelo IPHAN em 1973 mas ocupado parcialmente pela favela Chapéu Mangueira), São João, dos Cabritos e do Cantagalo (todos afetados por ocupações precárias, especialmente o último, que abriga as favelas do Pavão e do Pavãozinho)⁴⁶.

Há ainda que se notar que a consagração do paisagismo modernista de Burle Marx – por meio da inclusão do Aterro do Flamengo e da Orla de Copacabana por ele redesenhada na década de 1970 – é, evidentemente, um ponto de consenso entre a candidatura do Rio à Lista aprovada em 2012 e a longa trajetória do IPHAN em reconhecer o trabalho desse paisagista como um dos grandes interpretes modernistas do Brasil. Seus jardins do Ministério da Educação e Saúde, da Pampulha e do Aterro do Flamengo já haviam sido tombados, assim como vários de seus projetos realizados em Brasília. É ele o nome que mais se frisou no dossiê analisado em 2012⁴⁷, o que se relacionava ao fato de ser ele uma chancela já internacionalmente reconhecida e capaz de fazer com que essa candidatura abrangesse uma irresistível obra da ação cultural humana, que arrematava a paisagem natural das montanhas e do litoral no Rio.

46. Sobre a exclusão desses morros, ver: MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, nov. 2012/abr. 2013, p. 12-13.

47. Ver Dossier d'inscription, 2011, espec. p. 70-74, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/1100/documents/>. Burle Marx foi também o único artista a ter uma monografia anexada ao dossiê – Roberto Burle Marx, the Science of Perception, de autoria de José Tabacow (p. 341-350).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ortodoxia que caracteriza o perfil das nomeações alcançadas pelo Brasil na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO mostra-se como um desafio a ser enfrentado e superado. O século XXI vem sendo, para o próprio IPHAN, um período de transformação intensa, em que diversas perspectivas sinalizadas nos tombamentos inovadores da década de 1980 tornaram-se inspiradores para agendas mais estáveis de renovação conceitual e de tombamentos efetivados.

Além disso, o início da prática do registro do patrimônio imaterial ampliou significativamente os conceitos, instrumentos e metodologias de reflexão patrimonial. Tal ampliação, como já demonstramos em texto anterior, não evitou que as escolhas de bens realizadas nesse âmbito mantenham também um estreito vínculo com a compreensão do Brasil como um território ainda marcado pelos povos que se encontraram – e se sintetizaram – no período colonial, seguindo os moldes conceituais estabelecidos nos anos 1930. As inclusões de bens brasileiros na Lista do Patrimônio Imaterial da UNESCO⁴⁸ segue essa mesma marca temporal, sendo o Frevo uma nota dissonante, visto que forjado já no século XX.

A lista indicativa à candidatura ao Patrimônio Mundial oferece, contudo, perspectivas consistentes de inovação, sinalizando que o perfil de bens pretendidos começa a se afastar da doutrina identitária estabelecida gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Por certo, as antigas candidaturas do Palácio Capanema e do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (ambas de 1996) e da paisagem de Paraty e do Caminho do Ouro (2004) são ainda claramente vinculadas à ortodoxia do IPHAN. Já as candidaturas da Vila de Paranapiacaba, do Ver-o-Peso e do Cais do Valongo (2014) e dos Teatros da Paz e Amazonas (2015) permitem entrever o desejo de reconhecimento internacional de novas temporalidades e processos históricos ligados ao Capitalismo Industrial e à exportação de café (o que inclui a escravidão

48. Foram nominados o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ambos em 2008), o Frevo: expressão artística do Carnaval de Recife (2012), Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2013) e Roda de Capoeira (2014), além da inclusão do Yaokwa - ritual do povo Enawene Nawe na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda e da Chamada Pública de Projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e do Museu Vivo do Fandango na Lista de Melhores Práticas de Salvaguarda (todos em 2011).

por ele impulsionada), à arquitetura eclética transformada no país e ao reconhecimento da presença de artistas imigrantes a partir na Belle Époque.

A tradição ainda se faz sentir na candidatura de um conjunto de 19 fortes e fortalezas criadas sob a dominação portuguesa⁴⁹ e do Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. Mas a Pedra do Ingá e suas inscrições, os geólitos ameríndios do Acre e o conjunto formado pelo Açude do Cedro e por geólitos como a Pedra da Galinha Choca, todos presentes na lista indicativa em 2015, são fortes sinais de mudança que se somam aos testemunhos das eras imperial e republicana que também estão no rol de indicações ao título de Patrimônio Mundial. Se alcançadas, essas candidaturas oferecerão o início de um contraste ao binômio composto pelas heranças luso-coloniais e pelo modernismo, o que permite entrever a possibilidade de reconhecimento internacional de um Brasil mais heterogêneo – e menos opaco a seus próprios olhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana / Fundação Luiz la Saigne, 1980.

ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*. São Paulo: Audichromo, 1998.

BAZIN, Germain. *O Alejadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963.

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial* (OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, org.). São Paulo: Nobel, 1991.

CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.181-204, jan.-abr. 2016.

49. São eles: São Antônio de Ratones e Santa Cruz de Anhatomirim (SC), Santo Amaro da Barra Grande e São João (SP), Santa Cruz da Barra e São João (RJ), Nossa Senhora de Monte Serrat, Santo Antônio da Barra, Santa Maria, São Diogo e São Marcelo (BA), São Tiago das Cinco Pontas, São João Batista do Brum, Santa Cruz de Itamaracá (PE), Santa Catarina (PB), Reis Magos (RN), São José (AP), Príncipe da Beira (RO) e Coimbra (MS).

CARVALHO, Carlos de Jesus. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRRJ, 1982.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN, 1997.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2006.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

INVENTÁRIO do patrimônio azulejar do Maranhão. São Luís: AML, 2012.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, nov. 2012/abr. 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, p. 229-246.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande império do Norte”. *História*, Franca, v. 35, e76, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH / USP, São Paulo, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MELLO, Kelly Cristina de. *Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão. In: *PROGRAMA de Especialização em Patrimônio – artigos (2005 e 2006)*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009, p. 141-182

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 22, p. 108-122, 1987.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

PAISAJE cultural de Buenos Aires – el río, la pampa, la barranca y la inmigración. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2007.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. *O comércio marítimo do Maranhão no século XIX*. Disponível em: www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1992.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, n.1, 125-163, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília, 1992.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*, 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo* (fotografias de Marcel Gautherot). Rio de Janeiro: Agir, 1973.

VIEIRA, Liliâne de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, jul.dez. 2016.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de Viveiros. *Urbanidade do sobrado* – um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís. São Paulo: Hucitec, 2006.

(Página deixada propositadamente em branco)

O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO E SEUS USOS SOCIAIS

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_6

LIA MOTTA

São várias as possibilidades de discussão sobre os usos sociais do patrimônio arquitetônico e urbanístico, tais como: a adaptação dos espaços para atender a novos usos, conforme vem sendo feito em centros históricos tombados com São Luiz do Maranhão, onde casarões são transformados em habitações sociais; a apropriação para o consumo, quando intervenções urbanísticas mais radicais se apropriam de fragmentos históricos da cidade e pretendem seu enobrecimento, como é o caso da intervenção do Governo Estadual da Bahia no Pelourinho, ou a intervenção da Prefeitura do Rio de Janeiro no “Porto Maravilha”; os usos econômicos que transformam os espaços para atendimento ao turismo, instalando restaurantes e lojas nas antigas habitações, como é o caso de Paraty no Rio de Janeiro ou de Tiradentes em Minas Gerais; e o uso que será abordado neste texto, como um valor para a construção de memórias sociais e identidades coletivas. Uso que, essencialmente e de fato, transforma bens em patrimônio cultural.

Nessa perspectiva pretende-se discutir a valoração dos bens como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, conforme determina a Constituição Federal de 1988. Concepção de patrimônio que será denominada aqui como referência cultural e traz novas possibilidades e desafios para a construção de valores de patrimônio e para a preservação. Os trabalhos com o patrimônio cultural considerando tal concepção, necessariamente, incluem diversos sujeitos, abrangendo os “saberes especializados” e “leigos”, e o diá-

logo entre eles⁵⁰, assim como a discussão, formulação e revisão de métodos de atribuição de valor e instrumentos de preservação.

Mais do que possibilidades e desafios, pode-se dizer que a concepção constitucional de patrimônio cultural traz a complexa necessidade de superação do que foi construído como sendo valor de patrimônio no Brasil, de modo hegemônico desde a década de 1930 até a década de 1960, quando intelectuais e o governo se uniram para a construção de uma identidade nacional, valorando as qualidades estético-estilísticas da arquitetura colonial ou de bens de caráter excepcional. Esse trabalho de afirmação e reafirmação de valor de patrimônio durante os primeiros 30 anos da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN) pode ser entendido como uma ação de força, que fez com que um determinado patrimônio fosse assimilado como natural por toda a “comunidade nacional imaginada” (ANDERSON, 1989, p. 14), resultando na formação de um *quadro social da memória* que se incorporou à *memória social* dos brasileiros, comprometendo as ações dos períodos subseqüentes baseadas em propostas diferentes, como é o caso da referência cultural.

Estudos como o de Márcia Chuva e de Silvana Rubino⁵¹ mostram que eram valorados, preservados e promovidos bens arquitetônicos de características coloniais e/ou excepcionais, alcançando aproximadamente 94% dos bens entre 1937 e 1967. Esses bens incluem centros históricos, conjuntos urbanos, igrejas, capelas, conventos, passos, oratórios públicos, casas nobres, solares, sobrados, prédios, chácaras, engenhos, palácios, palacetes, paços municipais, casas de câmara e cadeia, chafarizes, aquedutos, pontes, fortalezas e fortes. Situam-se principalmente em Minas Gerais, com 165 tombamentos até 1967. Em seguida vêm Rio de Janeiro com 140, Bahia com 131, Pernambuco com 56 e São Paulo com 41, ficando os demais 18 estados onde foram realizados tombamentos com quantidades inferiores a 17 tombamentos cada, somando 108 bens. Silvana Rubino registra ainda que entre os 689 tombamentos, 523 são comprovadamente de bens do século XVIII ou anterior, ou seja, 75,90% são de arquitetura ou sítios urbanos do período colonial⁵².

50. Ver SANTOS, 2005.

51. Ver RUBINO, 1996 e CHUVA, 1998.

52. É importante lembrar que, além de constar com maior número de tombamentos, Minas Gerais foi o estado onde foram selecionados centros históricos, tendo em seu interior não só um grande número de imóveis, como também monumentos civis e religiosos que não tiveram tombamento individual.

Eficazmente construída ao longo de 30 anos, a imagem da nação foi apropriada como ideia de patrimônio *lato sensu*, ficando esquecidos os motivos da origem e da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que esse patrimônio era um recorte feito sobre a produção brasileira em consonância com um projeto e um momento histórico específico, o que levou ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural — observando-se aspectos estilísticos e a excepcionalidade — em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural.



Tiradentes/MG. Foto Artur Arcuri, 1945



Ouro Preto/MG. Foto Pedro Lobo. 1985.

Constata-se a força desse trabalho no uso incipiente da ideia de referência cultural nas práticas com o patrimônio de natureza material, como os bens arquitetônicos e urbanísticos, embora tal ideia tenha sido adotada pelo IPHAN desde o final da década de 1970. Apenas na lida com o patrimônio de natureza imaterial que a referência cultural vem norteando os trabalhos de forma mais ampla, ficando associada a este tipo de bem, sendo: os *saberes, celebrações, modos de fazer e lugares*, todos definidos como tipos de bens no Decreto 3551, de 2000, relativo ao Registro de bens como Patrimônio Cultural Brasileiro de Natureza Imaterial. A categoria *lugar*, que pode ser aplicada aos bens imóveis e urbanísticos, considera para a valoração desses bens seu papel como suportes de práticas culturais coletivas.

Um ponto de vista importante, mas que, no entanto, tem como objetos da valoração as práticas coletivas e não os significados dos lugares a partir de sua materialidade, conforme se pretende no presente texto.

Diante disso, é importante contribuir para uma reflexão sobre os usos sociais dos bens materiais, tendo em vista as possibilidades de sua valoração como referência cultural, visando uma ação mais abrangente de preservação, em especial das cidades, onde mora hoje a maioria da população brasileira e onde os processos culturais se desenvolvem intensamente. Pode-se dizer que é importante contribuir para a construção de uma *memória social* relativa à noção de patrimônio definida na Constituição de 1988, para superar aquela construída pela ação inicial do IPHAN.

SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL

Considera-se aqui, como Maurice Halbwachs (1990), que a memória de cada homem é sempre coletiva e socialmente construída. O homem nunca está só e de alguma maneira participa da vida de um ou mais grupos sociais. Os pensamentos são sempre permeados por lembranças e imagens exteriores, podendo nunca terem sido vistas ou vividas, mas repassadas por familiares e pessoas do convívio coletivo. Desde a infância o homem é alimentado com informações que o antecederam e que ele utiliza para entender o mundo e integrar-se socialmente. São fontes de identificação que alimentam uma lembrança que situa o homem no grupo e na sociedade. A memória é, portanto, uma faculdade humana nutrida socialmente, muitas vezes de informações que antecederam o nascimento das pessoas.

Halbwachs estabelece uma divisão entre a *memória coletiva* e a *memória social*. A *memória coletiva* é mais restrita aos grupos, alimentando-se das referências relativas a estes, como as lembranças de família, das comunidades religiosas, das associações corporativas. Ela mantém vivas as tradições, os comportamentos, as crenças. A *memória social*, também chamada de *memória histórica*, é alimentada por construções intencionais que têm o objetivo de estabelecer uma lembrança comum entre grupos sociais que não necessariamente interajam diretamente, estabelecendo assim um elo entre eles. O autor se refere ao uso desta memória para a construção da nação, apoiando-se geralmente nos “acontecimentos mais importantes que

modificaram a vida de uma nação” (HALBWACHS, 1990, p. 78) para identificar cidadãos que, mesmo distantes, devem sentir-se membros dela.

A *memória social* é, portanto, mais abrangente que a *memória coletiva*; é compreendida como um pensamento autônomo, que transcende as classes e os grupos.

Segundo interpretação de Gerard Namer (1987), a *memória social* para Halbwachs é a *memória coletiva* que, com o tempo, privada do contexto do grupo, transforma-se em uma memória da sociedade. Refere-se, assim, àquela memória que perpassa vários grupos, períodos e espaços, reproduzindo-se fora dos contextos mais restritos nos quais é possível contar com a transmissão oral, costumes e tradições. Ela exige outras formas de perpetuação, tais como as instituições. Ainda segundo Halbwachs, tanto a *memória social* quanto a *coletiva* se sustentam nos *quadros sociais da memória*. Estes são quadros de referência que servem como provocação para trazer à lembrança temas ou assuntos relativos a uma coletividade. Trata-se de um “status” de patrimônio, incorporado à *memória social*, correspondente a uma imagem à qual outros valores de caráter histórico, cultural, afetivo e cognitivo dos objetos não tiveram força para se somar.

Mas, considerando isso, em que medida pode-se contribuir para a construção de um novo *quadro social da memória*? Como contribuir para a proteção, pelo poder público, de bens que representem a diversidade dos grupos formadores da sociedade brasileira?

São perguntas para as quais as respostas podem ser urgentes diante do interesse crescente no patrimônio cultural pelo mercado de consumo, diante do modelo globalizado que vem sendo implantado nas cidades, que pode enfraquecer o valor do patrimônio urbano como referência cultural, ou de alternativas de sobrevivências em ambientes de terceiro mundo, ao desconsiderar sítios que têm significado para populações pobres, que sobrevivem em assentamentos tradicionais de origem informal ou favelas⁵³.

53. A força de modelos globais de tratamento das cidades vem sendo preocupação de quem atua no campo do patrimônio cultural, especialmente diante de investimentos públicos que desconsideram processos de preservação em andamento, sujeitando as cidades aos prazos políticos e do modelo globalizado. Considera-se também a situação de risco de populações, com aquelas sujeitas à remoção de favelas diante do argumento da necessidade de viabilizar intervenções urbanas, conforme ocorreu durante a preparação da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e Olimpíadas em 2014 e 2016. O “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas”, de 2014, registrou a remoção de 20 mil famílias moradores

A CONCEPÇÃO DE REFERÊNCIA CULTURAL E SEU REDUZIDO USO NOS SÍTOS URBANOS

Em linhas gerais a ideia de referência cultural foi formulada com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, dirigido por Aloísio Magalhães, no âmbito do Ministério de Indústria e Comércio, a partir da proposta de se criar um sistema referencial para uma fisionomia própria do produto brasileiro. ⁵⁴Segundo Aloísio Magalhães, que era designer, “para se criar uma fisionomia própria de uma cultura é preciso antes conhecer a realidade dessa cultura em seus diversos momentos” (MAGALHÃES, 1997, p. 116). Ele entendia que o objeto de pesquisa desse trabalho era: “as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras”. Havia a preocupação com o seu desaparecimento, portanto, pretendiam “documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se”. (Idem, p. 117)

O CNRC, nesse primeiro período de seu funcionamento, de 1975 a 1979, desenvolveu pesquisas etnográficas que tinham como principal preocupação a valorização dos processos de produção com foco nos produtores, ou seja, nos grupos sociais que detinham o conhecimento dos modos de fazer.

Em 1979 a noção referência cultural passa a ser adotada no mundo do patrimônio, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN e o CNRC foi incorporado à instituição, passando a ser uma coordenação usando a mesma sigla - CNRC. Houve, então, a continuidade das pesquisas sobre a produção popular e a ideia de referência cultural permeou alguns trabalhos de preservação do patrimônio de natureza material como: a aproximação com as comunidades para as quais o patrimônio “consagrado” deveria fazer sentido; o desenvolvimento de pesquisas do CNRC que buscavam valorizar festas e manifestações culturais nas cidades tombadas, como a festa de

de áreas informais como as favelas, mesmo em casos onde havia situação de legalidade da propriedade, como na Vila Autódromo, onde a maioria das residências foi destruída.

54. Sob o comando de Aloísio Magalhães, contando com convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e do Governo do Distrito Federal e utilizando as dependências da Universidade Federal de Brasília, foi formado um grupo de trabalho para elaboração de projeto de identificação das referências culturais brasileiras. Já em 1976, diante do interesse nos trabalhos desenvolvidos, houve a adesão ao projeto de novas instituições com assinatura de Convênio, em 02 de agosto de 1976, que estabelece os objetivos e as condições para seu funcionamento e sua estruturação como uma entidade jurídica de direito privado. Em 1978 é assinado um termo aditivo e o CNPq e o Banco do Brasil aderem ao CNRC. Em 1979 o Centro foi integrado à estrutura do IPHAN.

Santa Bárbara em Goiás; trabalhos com manifestações culturais em antigos quilombos; tombamento de objetos “não consagrados” como Terreiro da Casa Branca ou “novos tipos de bens” como cidades de característica menos uniformes, como foi o caso de Laguna.⁵⁵

Aloísio Magalhães referia-se a uma “ambiência cultural” e ressaltava a importância da participação das comunidades nos processos de preservação. Era preciso atender às comunidades que já compreendiam os seus bens culturais como um patrimônio a ser protegido e trabalhar para que as outras, que ainda não tinham essa compreensão, passassem a incorporá-la. Ao definir a nova proposta que o IPHAN deveria ter, ele enfatizou:

A ação que vamos procurar empreender é tentar fazer com que as comunidades, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientizem de sua ambiência cultural. Isto é, temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. (MAGALHÃES, 1997, p. 188-189).

No período da gestão de Aloísio Magalhães o IPHAN priorizou, ações sobre o patrimônio arquitetônico e urbano que levassem à sua apropriação como parte do cotidiano dos moradores. Foram promovidos sete seminários em centros históricos tombados, que contaram com os poderes locais e com a participação das comunidades. Pretendia-se iniciar um processo de gestão participativa, possível somente a partir da apropriação dos bens como referência de uma cultura própria dos moradores e usuários das localidades.

Ilustra a ideia de referência cultural no que diz respeito à preservação do patrimônio de natureza material, o episódio relatado por Aloísio Magalhães sobre a cidade de Triunfo, em Pernambuco. Ao fotografar Triunfo, uma moradora, desconhecida, se dirigiu a ele e sugeriu o local onde a vista era mais bonita e, em seguida, o levou para um tour. Ela descreveu a cidade, mostrando, além da paisagem, o colégio, o convento, o lugar onde as mulheres lavavam roupas e “toda uma forma de vida”, que “tem uma representatividade

55. As classificações “consagrado”, “não consagrado” e “novos tipos de bens” são usados por Fonseca em seu livro *Patrimônio em Processo* (1997).

imensa” (Magalhães, 1997, p. 50). Indicou com sua narrativa possibilidades de atribuição de valores de patrimônio ao sítio urbano de Triunfo. A cidade representava para ela uma forma de vida e uma determinada história – referência de memória, identidade e ação da cidadã.

A ideia de referência cultural, desenvolvida durante 10 anos, teve sua consagração na proposta do Anteprojeto Constitucional, elaborada pela comissão nomeada, em 1985, pelo Presidente da República. Tal ideia foi empregada tanto para o patrimônio de natureza imaterial quanto material, sendo finalmente, adotada no texto do Artigo 216, conforme citado anteriormente.

Para compreender as possibilidades de uso da noção de referência cultural na valorização do patrimônio de natureza material, pode-se destacar o texto de Maria Cecília Londres Fonseca (2003 [2000]) “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio” publicado no *Dossiê Final das atividades e da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*, de 2000. Embora os trabalhos que resultaram nesse Dossiê tenham sido dedicados aos bens imateriais, com a elaboração do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e do Decreto nº. 3.551 de 2000, que institui o Registro do patrimônio imaterial, Fonseca aponta para a compreensão da noção de referência cultural relacionada ao sentido social da ocupação dos territórios, incluindo a história dos grupos sociais e a forma de produção das edificações e objetos.

Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas em natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (FONSECA, 2003 [2000], p. 86).

Apesar desse esforço conceitual e daqueles descritos relativos às cidades históricas tombadas e novos tombamentos na década de 1980, como Laguna e o Terreiro da Casa Branca, que já haviam exercitado abordagem semelhante àquela descrita por Fonseca, são insignificantes os exemplos de uso da ideia de referência cultural na valoração e proteção de bens materiais. Uma análise dos 43 processos de tombamento de sítios urbanos,

abertos e encerrados pelo IPHAN após a promulgação da Constituição, de 1989 a 2014,⁵⁶ mostra que 36 deles, sendo 84%, correspondem aos padrões tradicionalmente empregados pela instituição, de aferição do valor pelas características estilísticas dos imóveis que compõem os sítios.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012) chama a atenção para essa permanência das formas consagradas de valorização do patrimônio, referindo-se a uma “prática esquizofrênica”, em que as instituições mantêm as antigas diretrizes na valorização de bens de natureza material, enquanto as novas valem, somente, para o patrimônio de natureza imaterial. Para ele:

[...] consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização (MENESES, 2012, p.34).

OS SUJEITOS DA REFERÊNCIA CULTURAL

A transformação fundamental trazida pelo novo entendimento de patrimônio como referência cultural está no sentido que os bens devem ter para os sujeitos. Segundo Fonseca (2003 [2000]):

56. Foram 573 processos abertos desde a promulgação da Constituição, Desses 199 foram encerrados até o ano de 2014 e os demais estavam em estudo. Seu encerramento ocorre de duas maneiras: pelo tombamento ou pelo arquivamento. O Arquivamento ocorre por decisão dos técnicos, ou conselheiros, justificado pela inexistência de valor nacional. Entre os 199 processos encerrados no período, predominam as demandas pela preservação de bens imóveis e sítios urbanos. No caso aqui estudado foram considerados os processos de tombamento de sítios urbanos, incluindo: centros históricos, conjuntos urbanísticos, conjuntos arquitetônicos e outros tipos de espaços que se conformam nas cidades, tais como praças, largos, trechos de bairros, faixas litorâneas com pequenos assentamentos urbanos e áreas arborizadas das cidades. Com isso, chegou-se a um universo de 43 processos de tombamento de sítios urbanos, sendo 24 abertos por iniciativa de sujeitos externos ao IPHAN e 19 abertos a partir de pedidos de tombamento da própria instituição.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências fazem sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. (Fonseca, 2003 [2000], p.83)

Podemos dizer que, a partir dos anos setenta, o eixo do problema da preservação se deslocou de uma esfera eminentemente técnica, para um campo em que a negociação política tem reconhecido seu papel. (idem, p. 88).

Tal afirmação leva a uma reflexão a respeito do conceito de sujeito entre os diferentes conceitos discutidos nas ciências sociais e humanas para entendimento de fenômenos sociais, tais como: ator, agente, indivíduo, classe. Para a compreensão dos sujeitos da preservação, buscou-se apoio em Alain Touraine (1994), por seu conceito de sujeito democrático, que age por transformações. Ele apresenta os sujeitos como atores sociais, tendo como alvo entender seu papel na democracia. Para ele, tais sujeitos agem pela liberdade e por transformações em diferentes contextos e em função dos próprios contextos. Podem ser indivíduos, grupos e até instituições que se constituem em atores a partir das ações que promovem. Não são, assim, fixos, como não são fixas as suas ações. Os sujeitos emergem dependendo do momento, das necessidades e das condições de atuação. Nesse caso, a compreensão dos sujeitos, suas demandas e representações também são construções, que são elaboradas em função de interesses específicos. Para os trabalhos sobre fenômenos humanos, os sujeitos ou grupos de sujeitos considerados como atores sociais devem ser identificados pelo pesquisador, fato que não é neutro, como chama a atenção Touraine:

O sociólogo, assim como o historiador, busca compreender os atores, suas escolhas e suas representações. Seu julgamento é, portanto, largamente revestido de julgamentos de valor, mesmo quando eles devem ser avaliados objetivamente, desconfiando de toda conjectura ideológica (Touraine, 2011, p. 11).

Desse modo, entende-se que os sujeitos são constituídos como tal pelos pesquisadores. No caso do trabalho aqui desenvolvido, são considerados sujeitos aqueles indivíduos ou grupos que se posicionaram diante dos valores que atribuem aos sítios urbanos, como os moradores da Maré, abordados adiante, e também as instituições que atuam no campo da preservação.

Diante do objetivo do presente texto, de pensar nos usos sociais do patrimônio urbano, é importante considerar os múltiplos sujeitos que interagem nos sítios e com estes. Isso porque as cidades acumulam tradições e experiências e são espaços onde ocorrem disputas econômicas, financeiras e simbólicas, envolvendo também a preservação do patrimônio cultural e diferentes visões do que seja patrimônio. A apreensão dos sítios como bem cultural também pode se dar em diferentes escalas: do sujeito local, que vivencia o cotidiano; do sujeito da cidade, que pode interagir com o sítio urbano mesmo que mantendo certo distanciamento, considerando-o como paisagem de referência de sua história; do sujeito nacional, que apreende a cidade como parte de sua referência cultural, independentemente de sua presença física, como parte de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989).

Os sujeitos institucionais, por sua vez, têm como competência e dever a construção de valores de patrimônio nas várias instâncias governamentais, podendo ser municipais, estaduais, locais e mundiais. São instâncias onde são decididos trabalhos urbanísticos ou relacionados à memória e à identidade, fazendo uso de um “saber especializado”. Sujeitos que na perspectiva do patrimônio como referência cultural devem ouvir demandas e considerar a construção de valores feitos pelos “leigos”, a partir de suas vivências e sentimentos. São diversos sujeitos envolvidos na apropriação do patrimônio urbano como referência cultural, sendo pertinente tecer algumas considerações sobre a participação dos diferentes sujeitos na atribuição de valor aos bens.

DIFERENTES ABORDAGENS NA CONSTRUÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Usando Boaventura de Souza Santos; Maria Paula de Meneses; João Arriscado Nunes (2005), pode-se pensar a partir do diálogo entre o “saber leigo” e o “saber especializado ou técnico” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 77) como caminho para a construção do valor do patrimônio. Trata-se de formas de construção de referências culturais: a dos usuários das

idades e a dos especialistas e técnicos. De “um diálogo entre as formas de conhecimento e de saber que permita a emergência de ecologias de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimento”. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 24).

Embora o texto dos autores acima citados aborde uma escala mundial, pode orientar uma política que considere as diferenças a escala urbana, para o estabelecimento de uma “mobilização solidária para além do que separa os diferentes grupos e coletivos sociais. Tal política passa pela aposta num multiculturalismo progressista que saiba reconhecer as diferenças culturais e de conhecimento, e costurar de modo democrático as hierarquias entre elas” (idem).

No caso das cidades pode-se entender que se trata da construção de diferentes formas de leitura dos sítios, que resultam em conhecimentos que devem ou podem ser considerados na construção de valor de patrimônio. É possível considerar a relação que se estabelece entre os diversos moradores de determinada área urbana e entre esses e os sujeitos que têm o dever de implantar as políticas de patrimônio. Essa troca tem potencial para provocar o que Santos entende como sendo um “diálogo entre as formas de conhecimento e de saber” (2000, p. 52).

A abertura a uma pluralidade de modos de conhecimento e a novas formas de relacionamento entre estes e a ciência tem sido conduzida com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos é mais desigual e violento (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 53).

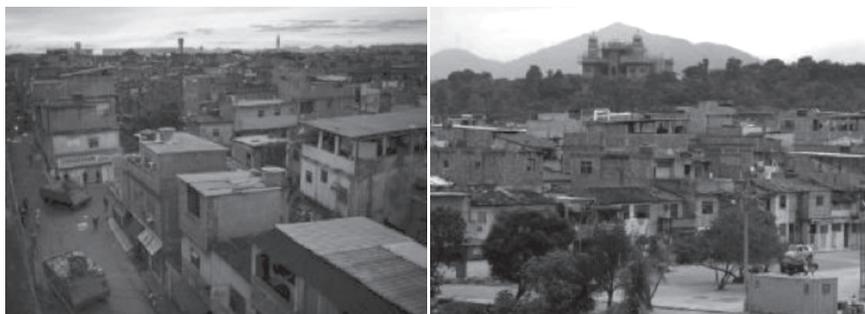
Será sempre delicada e complexa a aproximação entre os dois tipos de abordagem das cidades, tanto no atendimento de demandas sociais pela preservação, quanto no protagonismo que pode ser assumido pelos técnicos especialistas na definição de novas possibilidades de preservação. Mas hoje é dever desses técnicos especialistas, diante da noção de patrimônio como referência cultural, buscar um diálogo entre as formas de conhecimento e mais do que isto, construir o valor de patrimônio reconhecendo as diferenças e especificidades culturais que constituem as cidades.

O COMPLEXO DA MARÉ

Tomando como exemplo um conjunto de favelas no Rio de Janeiro, denominado de Complexo da Maré, é possível discutir a produção de conhecimentos por sujeitos daquela localidade como sujeitos da ação, que independem de uma produção técnica institucional – de um saber especializado. Naquele Complexo um grupo de moradores desenvolveu, desde a década de 1980, uma experiência pioneira de construção de memória e identidade coletiva, como modo de dignificar o sítio e criar um sentimento de autoestima e pertencimento à história da cidade. Tal experiência se mostrou eficaz e se constituiu como tática, diante das estratégias sociais e do poder público de ignorar as favelas como referências de memória e identidade, considerando-as apenas como problemas e guetos da violência.⁵⁷

A partir da ação dos moradores, a Maré tornou-se assunto como lugar de uma população que foi capaz de resistir e construir um território de moradia. O trabalho de memória, com o registro das lembranças dos moradores, foi consolidado com a criação da Rede Memória da Maré e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm, em 1997. O Centro abriga a documentação dos registros de memórias da população no Arquivo Dona Orosina, nome que homenageia personagem considerada a primeira moradora do Complexo. Em 2005, o trabalho de Memória da Maré ganhou o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, que reconhece trabalhos brasileiros exemplares na área de patrimônio. Em 2006, foi inaugurado o Museu da Maré, instalado em antigo galpão situado no Complexo, contando com doações de objetos dos moradores, com recursos do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura do Ministério da Cultura – MinC) e com o apoio técnico do Departamento de Museus do IPHAN. O Museu da Maré mantém um bom índice de visitação e até há pouco tempo ainda contava com o apoio do MinC, como um Ponto de Cultura e com recursos ganhos por meio de editais dedicados ao apoio de ações culturais.

57. Certeau usa a tática como um conceito. Considera, a partir de uma adaptação de terminologia do exército, o uso social de *estratégias* e *táticas*. A primeira diz respeito às instituições e autoridades e a segunda às pessoas comuns, sendo resultado das necessidades cotidianas de sobrevivência.



Fotos do Google. Sem autor. 28/03/2014

Esse processo deu início a outras iniciativas de produção de conhecimentos sobre as favelas do Complexo, podendo ser destacadas as dissertações de mestrados desenvolvidas por moradores, que passam a desempenhar um duplo papel de detentores de uma vivência, de um saber leigo, e de pesquisadores especialistas. Um dos autores é o Antônio Carlos Vieira, nascido e criado no Timbau, sítio mais antigo do Complexo da Maré, formado em direito, cursou o Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Ele foi um dos criadores do movimento de construção da história e memória local na década de 1980 e foi o primeiro diretor do Museu da Maré. Em sua dissertação, *Do Engenho à Favela, do Mar ao Chão, Memórias da Construção do Espaço na Maré* (2008), aborda a luta dos moradores pela conquista do território, descrevendo os vários momentos da região, os aterros e melhoramento das palafitas e as fases de construção de conjuntos habitacionais governamentais para abrigar famílias removidas de favelas da Zona Sul e Norte do Rio de Janeiro. Sua descrição territorializa as diversas situações e momentos do desenvolvimento da Maré. Além das pesquisas em fontes documentais, trabalha com depoimentos dos moradores. Um dos aspectos importantes de suas propostas é o uso da história local para criar uma identidade entre as diferentes favelas que constituem o Complexo, independentemente das histórias individuais de cada uma e de suas características formais.

Outra dissertação, *Maré: A Invenção de um Bairro*, de Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2006), também nascida e criada na Maré, formada em história e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, discute as diferentes ações, do poder público e das ong's que atuam no local, e vê como um problema a ideia de identidade da Maré a partir da história e memória. Destaca a importância dessas memórias, mas também

as dificuldades e estigma da identidade que é construída pela violência comum que vivenciam. Em suas palavras:

As inúmeras memórias existentes na região, relacionadas a lugares, fatos e pessoas, foram revestidas de simbolismo por seus habitantes e pelos demais agentes sociais, envolvidos no processo de invenção de uma área integrada, uma única Maré. Os barracos sobre palafitas, o Projeto Rio, a CODEFAM, as associações de moradores, nomes de lideranças, ruas, praças etc., são todos lugares de memória. No entanto, por mais significativos que sejam esses lugares, eles não estão carregados de simbolismo para todas as pessoas, constituindo diferentes identidades dos diversos grupos residentes nas localidades da Maré.

Apesar da fragmentação de tais identidades, existe uma identidade coletiva em relação ao lugar, construída a partir de dois principais elementos comuns a todos os moradores: a violência e o estigma da favela. (SILVA, 2006, p. 162)

Os dois trabalhos, de Vieira e Silva, mesmo dissonantes em suas análises, estão dirigidos para a construção de memórias e identidades do Complexo da Maré. Somam-se aos demais movimentos e iniciativas que estabelecem relações entre grupos da população local, pessoas de fora que ali vão trabalhar, levando seus saberes, e o poder público. Assim, pode-se considerar esse trabalho local como uma ação bem-sucedida tanto pelo resultado interno ao Complexo na discussão de memórias e identidades, como por ter estimulado outras iniciativas de valorização das favelas, incluindo ações de musealização dos próprios sítios como é o caso do museu aberto do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo⁵⁸.

No entanto, os trabalhos na Maré, objeto de prêmio pelo IPHAN e de musealização, contando com apoio da instituição, ainda não tem o território considerado como objeto de valorização. Diante disso, cabe uma reflexão

58. Trata-se iniciativa da ONG Museu de Favela, fundada em 2008 por moradores do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. É um museu aberto, inaugurado em 2009, organizado em um circuito de vias e becos da favela, situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, nos morros situados entre os bairros de Copacabana, Ipanema e da Lagoa.

sobre a identificação de referências culturais naquele sítio urbano, fazendo uso de abordagens dos valores materiais, para além das estilísticas.

A MARÉ COMO DOCUMENTO URBANO

Como procedimento de análise de sítios urbanos como patrimônio cultural, alguns conceitos podem orientar a valorização do Complexo da Maré, como: território, paisagem e lugar, da Geografia, mas também, apropriada pelos historiadores, antropólogos, arquitetos e urbanistas; e *cidade-documento*, adaptado da disciplina da História, principalmente, por teóricos urbanistas italianos como recurso para leitura dos tecidos urbanos das cidades antigas.⁵⁹ No entanto, para efeito da reflexão aqui proposta será usado este último conceitos, adotado por técnicos do IPHAN na década de 1980, para uma maior abrangência na valorização das cidades para o tombamento, assim como novas leituras dos sítios já tombados. Entende-se que esse tipo de abordagem pode ser fio condutor para se traçar caminhos técnicos e institucionais de atribuição de valores, a partir da identificação de demandas sociais, conforme os manifestados por grupos sociais da Maré.

Em tal abordagem, devem ser considerados, além de eventuais características estilísticas, os demais aspectos da forma urbana, compreendidos como vestígios do processo de ocupação e transformação dos sítios, conforme definiu Luiz Fernando Franco, em palestra sobre inventários de sítios históricos, em 1989.

Implícita na noção de documento está a valorização de uma linguagem própria do sítio urbano - a linguagem da forma, na qual encontramos expressão e significados. Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo

59. Ver FRANCO, 1986.

de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificados, detalhes de ornamentação etc. A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo. (IPHAN, 2007, p. 146.)

Esse tipo de trabalho considera a importância das informações contidas na forma urbana, como referência dos sujeitos que a produziram e a utilizaram ao longo do tempo, assim como a relação que os sítios têm com o espaço natural que ocupam.

A ideia de *cidade-documento* apropria-se de concepções da história formulada ao longo do século XX, desde a *Escola de Annales* até a *Nova História*, tendo como referência autores como Marc Bloch (1965) e Jacques Le Goff (1984). Uma das transformações conceituais foi a noção de documento. Diferentemente da noção empregada no século XIX, quando os documentos eram vistos com a expressão de uma verdade, Le Goff refere-se à necessidade da crítica ao documento, pois este não é inócuo, sendo produto de contextos sociais, e à ideia dos documentos serem uma escolha do historiador. É o historiador que constrói seus documentos a partir de problemas e questões específicas e sempre presentes. Os documentos não necessariamente são os escritos, mas todas as coisas que possam ser lidas e interpretadas para a construção da história. Nesta perspectiva as cidades, os monumentos e os bens culturais em geral passam a ser entendidos como documentos, podendo ser lidos. (LE GOFF, 1984, p. 95-105)

No caso da Maré a *cidade-documento* pode resultar do entendimento da ocupação da região que se desenvolveu a partir da abertura da Avenida Brasil, levando em conta seus conteúdos relacionados às políticas públicas, como resultado das apropriações do espaço pelo poder público em sua política desenvolvimentista, assim como pela apropriação do espaço pelos moradores e usuários se acomodaram na área entre a Avenida e o Mar. A cidade e suas transformações ao longo do tempo, a perspectiva da modernidade e industrialização como fato histórico, a busca de empregos e melhores condições de vida, as políticas de transporte, entre outros, constituem temas que dão sentido à forma urbana local. Tal forma se configura como vestígio da ocupação, que pode ser lida para a atribuição de signifi-

cados ao sítio da Maré e, portanto, ao patrimônio cultural relativo a uma cultura urbana que ali se constituiu.

Embora a região da Maré tenha sido usada para o escoamento da produção dos engenhos de açúcar desde o século XVI, principalmente pelo Porto de Inhaúma, e tenha havido ali a presença de aldeias de pescadores, apenas na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região foi ocupada com maior intensidade, desenvolvendo-se até alcançar a sua configuração atual.



Aspecto das obras finais da duplicação da Avenida Brasil. Ao fundo o Pavilhão de Cursos da Fundação Oswaldo Cruz. DER-DF, 1958. (Fonte: COSTA, Renato da Gama-Rosa. 2006)

Avenida Brasil na década de 1960 (Fonte Internet).

A Avenida Brasil teve origem num projeto de incentivo à industrialização e à circulação de mercadorias. Dava acesso a uma grande área ainda pouco acessível, favorecendo a implantação de indústrias e viabilizando uma alternativa aos demais tipos de transporte, como os trens, os bondes, os barcos e navios e, também, às vias que interligavam outras partes da cidade. Atendia à lógica de circulação de produtos, ligando o Porto da cidade à zona de Santa Cruz, abrindo caminho para a ocupação por indústrias ao longo da via, e ainda favorecia a nova modalidade de transportes – os automóveis, caminhões etc⁶⁰.

A construção da via transformou a região atraindo empresas e trabalhadores. Embora tendo trecho importante, entre São Cristóvão e a Penha, inaugurado em 1946, a Avenida continuou em obras durante muitos anos, não somente em sua extensão, como na duplicação do trecho já inaugurado. Assim, além da ocupação industrial esperada, a própria Avenida Brasil cau-

60. Sobre os investimentos na formação de uma mentalidade rodoviarista no Brasil e a implantação de políticas de transporte por rodovias ver COSTA, 2006.

sou um processo de favelização, proveniente da mão de obra de sua construção. O Complexo da Maré se formou e desenvolveu a partir desse contexto. Segundo Vieira, de 1940 até o início da década de 1960 as principais áreas da Maré estavam ocupadas (Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque maré e Roquete Pinto). O território já havia sido conquistado por construções sobre palafitas e aterros promovidos pelos moradores.

Hoje são mais de três gerações que ocuparam e transformaram a localidade. Gerações constituídas por pessoas que foram deslocadas das favelas da Zona Sul e Norte do Rio de Janeiro, que se deslocaram da zona rural, por migrantes de diversas partes do Brasil, principalmente de Minas Gerais e do Nordeste e por cariocas nascidos ali.



Vista das palafitas da Maré. Acervo do Museu da Maré.



Aspecto da Maré (Wikipidia – Acesso em janeiro 2014)

A valoração da Maré nesse contexto deve considerar a repercussão das ações do governo no Rio de Janeiro, cidade Capital do País, onde se buscava, desde a década de 1930, construir uma imagem exemplar de um Brasil moderno. Lauro Cavalcanti, em seu livro *As preocupações do belo*, descreve o projeto de modernização do governo do Estado Novo, referindo-se às construções governamentais, cujo objetivo era criar o centro simbólico da cidade. Contextualiza esse fato, utilizando um texto oficial da *Revista do Serviço Público*, de janeiro de 1939, que diz:

[...] incumbido como é o Governo de auxiliar, fomentar e ampliar, com seus concursos, o patrimônio da arte do país, justo é que se inclua, entre outras obrigações, a de espalhar pela cidade palácios e monumentos que, pelas características arquitetônicas e artísticas, pelo aspecto grandioso que passam a apresentar, venham a servir

de exemplo às iniciativas particulares, atestem o grau de cultura do povo e estejam, enfim, à altura do renome que tenham adquirido nossas cidades como centros de civilização, de progresso e de riqueza. (1939, apud Cavalcanti, 1995, p. 35).

A Avenida Brasil pode ser vista como referência e exemplo de uma política de modernização, diretamente vinculada ao desenvolvimento do rodoviário no Brasil e à industrialização. Sua importância, desse modo, não se restringe ao que representou como empreendimento local, serviria de exemplo, mesmo que não tenha sido explicado conforme ocorreu no caso dos prédios acima referidos, para outros governos locais e para a iniciativa privada – os potenciais investidores na indústria em desenvolvimento.

Segundo Flávia Brito do Nascimento (2008), a política de industrialização foi oficializada no Rio de Janeiro com a edição do Decreto 6000, de 1937, que define as áreas suburbanas como principais zonas industriais da cidade. No entanto, ressalta que a:

[...] consolidação dessa ocupação e a viabilização da moradia/circulação ocorreram em 1946, quando foi aberta a Av. Brasil, cujo objetivo era não só deslocar as partes iniciais da Rio - Petrópolis, e da Rio - São Paulo, mas também incorporar terrenos ao tecido urbano, visando sua ocupação industrial. A Av. Brasil passou a ser ‘invasa’ por favelas atraídas pelas fábricas, o que ironicamente, muitas vezes impediu que indústrias se instalassem (Nascimento, 2008, p. 77).

A relação da Avenida com o Complexo da Maré se dá pela história interligada das duas construções nas suas origens. No caso da Maré, diante da ausência de investimentos de soluções habitacionais eficientes, o resultado foi a produção de uma cultura de sobrevivência, com a formação de um território com suas especificidades urbanas e modos de viver.

Em 1962 os investimentos públicos dentro do Complexo da Maré tiveram início, mas no primeiro momento sem relação com a qualidade de vida de que já habitava o local. Teve como objetivo a construção de um centro habitacional provisório de casas em série de madeira, Nova Holanda, para abrigar os moradores removidos de outras favelas situadas em áreas mais nobres do Rio de Janeiro. Com o tempo, sem que os moradores fossem transferidos para uma periferia mais afastada da cidade, os alojamentos

provisórios foram assumidos como definitivos. Apenas em 1982 foi construído pelo Governo Federal o primeiro conjunto habitacional de caráter definitivo para remanejamento de moradores da própria Maré – o Conjunto Esperança –, com 35 edifícios e 1.400 apartamentos. A partir daí foram vários os investimentos públicos no Complexo.

A origem descrita, os poucos investimentos em moradias e a luta pela sobrevivência, são elementos que hoje vêm afirmando sua identidade coletiva do Complexo da Maré. Tal identidade tem como base a luta pela conquista do território, por meio da construção de barracos sobre palafitas, da feitura de aterros clandestinos e da melhoria paulatina das habitações. Uma luta bem-sucedida que resultou também num processo lento e gradual de investimentos governamentais nas favelas do Complexo, em habitações populares, no apoio para melhorias nas casas e em melhorias urbanas.

O Complexo da Maré é hoje ladeado e cortado por vias que deram continuidade à política rodoviarista, com o objetivo de resolver os problemas do trânsito engarrafado e lento. Do lado oposto à Avenida Brasil está a Avenida Presidente João Goulart, conhecida como Linha Vermelha, a Avenida Bento Ribeiro Dantas, de acesso ao Fundão, e a Avenida Brigadeiro Trompowski, de acesso à Ilha do Governador cortam o Complexo no outro sentido. Nesse território, bem delimitado pelas avenidas, definido como Bairro pela prefeitura, em 1994, há ainda uma notável diferença no seu tecido urbano em função de diferentes momentos de ocupação. Convivem a cidade tradicional, mais próxima à Avenida Brasil, com as vielas das favelas, em muitos casos sem acesso de automóveis e de uso misto, no Timbau e no Sapateiro. Também convivem prédios industriais, com conjuntos projetados e organizados, de função única, em ruas com características da cidade formal, como no Conjunto Pinheiro, e as edificações que se organizam espontaneamente e estão em constante transformação, representando a estética das favelas, conforme define Paola Berenstein Jacques (2001).

São as várias Marés, mas com uma história comum de ocupação do espaço e de resistência, como referências dos grupos sociais que ali construíram seu território de sobrevivência, sendo, portanto, um território de referências de sua memória, identidades e ação, de acordo com a Constituição de 1988.

e preservação enquanto patrimônio cultural para além das já referidas que trabalham com o instrumental da museologia e da memória. Trata-se das novas possibilidades e dos novos desafios para a construção do valor de patrimônio e preservação de sítios urbanos, que vão exigir além do uso de novos conceitos, métodos de trabalho e discussões a respeito dos instrumentos legais de proteção já existentes, como o tombamento.

Observa-se, neste sentido, que desde a década de 1970 novos instrumentos legais e normativos vêm sendo criados, podendo ser exemplificados com os planos diretores das cidades, que passaram a considerar a preservação de edificações ou áreas históricas, iniciativas como as Áreas de Preservação Ambiental de Cultural – APACS – no Rio de Janeiro, e o uso de figura do entorno na sua concepção de ambiência para proteger áreas envoltórias de bens tombados isoladamente, o estatuto da cidade, entre outros. Mesmo a categoria de *lugar* estabelecida no Decreto Federal nº 3.551 de 2000, pode ser alternativa para a valorização dos sítios onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Em 2009, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº. 127 do IPHAN, que cria a Chancela da Paisagem Cultural, com o objetivo de promover a preservação de amplos territórios, contemplando ao mesmo tempo a proteção de bens de natureza material e imaterial neles contidos. Segundo Carlos Fernando Delphin, a Chancela propõe o estabelecimento de pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada “para definir normas de uso e gestão da paisagem, tendo em vista sua defesa e cuidando para que sua qualidade seja sempre melhorada” (IPHAN, 2009).⁶¹ Considera assim a dinâmica inerente às paisagens e os múltiplos sujeitos que devem estar envolvidos na preservação dessa dinâmica.

CONCLUINDO

Pode-se dizer que o complexo da Maré é um caso que ganha importância como possibilidade de se construir um novo *quadro social da memória* que oriente uma nova memória social do que seja valor de patrimônio urbano e material, podendo se tornar um exemplo, que aponte caminhos para valorizar e preservar as cidades. Um exemplo que se somaria aos esforços já

61. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2445>, acesso em Dezembro de 2013.

desenvolvidos nos trabalhos dos sujeitos que moram nas favelas de construção de memórias coletivas em museus e com a musealização de seus territórios, que vêm dignificando a história dessas localidades e ajudando a criar sentimentos de autoestima e pertencimento.

Em última análise, trata-se do uso social de sítios urbanos para a construção de memórias sociais e identidades coletivas, reivindicadas por grupos locais, como no caso da Maré, a partir do qual poderiam ser desenvolvidas contribuições técnica de atribuição de valores e indicativos de preservação, em consonância com o que determina a Constituição brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa América, 1965.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995, p. 35.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. Entre “Avenida” e “Rodovia”: a história da Avenida Brasil (1906-1954). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-UFRJ, 2006.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final da atividade da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2003.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. “Por uma história da forma urbana. A análise de uma amostra de tecido do centro histórico de Belém”. In: *Desenho urbano: Anais do II SEDUR - Seminário sobre desenho urbano no Brasil*, 1986, p.330 a 339

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

IPHAN. Invenário Nacional de Bens Imóveis: sítios urbanos tombados. Manual de Preenchimento (reedição da versão mimio. IPHAN, 2001). Edições do Senado Federal – Vol. 83. Brasília: Senado Federal, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética das favelas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 013.08, Vitruvius, jun. 2001 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>>.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*.v.1 (Memória/história). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 94-106.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. I *Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a Estética e o Hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1964 a 1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008.

NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Merediens Klincksieck, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro da. *Maré: a Invenção de um bairro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. Coleção Economia e Política.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Da memória ao Museu: a experiência da favela da Maré. In: XII Encontro Regional de História da ANPUH, 2006, Niterói. Da memória ao Museu: a experiência da favela da Maré, 2006.

_____. *Do Engenho à Favela, do Mar ao Chão, Memórias da Construção do Espaço na Maré*. Dissertação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

_____. A história da Maré, como tudo começou... PUC RJ. S/D, disponível na Internet, https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_6.PDF

(Página deixada propositadamente em branco)

A NATUREZA DESIGUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E OUTRAS PERSPECTIVAS

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_7

SIMONE SCIFONI

INTRODUÇÃO

No Brasil, seja na lida direta da proteção do patrimônio cultural em instituições públicas, mas também na militância das lutas pela memória na e da cidade, é difícil não se incomodar com as discussões em torno do papel do patrimônio e, conseqüentemente da cultura, em uma nova gestão urbana de característica claramente empresarial e marcada pelo ideário do chamado planejamento estratégico.

O incômodo vem do fato de que tal discussão não explicita todo o complexo conjunto de problemas relacionados ao tema e, ao contrário, quanto mais se proclama um papel central do patrimônio e da cultura como âncoras de projetos de revalorização imobiliária nos centros urbanos, mais se obscurece a sua dimensão desigual, ou seja, a natureza desigual do tratamento dado aos patrimônios e o universo também desigual da produção da cultura no Brasil. Neste artigo coloca-se em debate a ideia de que nem o patrimônio e nem a cultura se tornam em nosso país, verdadeiramente, a peça-chave deste tipo de urbanismo, mas que isso diz respeito a *um determinado* tipo de patrimônio e *uma determinada* forma de cultura, uma vez que em se tratando de universos vistos sob o ponto de vista da desigualdade, não se pode generalizar o seu papel.

Esse é o ponto de partida da discussão, ou seja, a compreensão de que ao se tratar de patrimônio e cultura em sociedades como a brasileira, não se pode abstrair estas relações desiguais existentes no universo da produção e reprodução da cultura, uma vez que foram e estão profundamente marcadas pelo que carregamos como herança social e o que fundamentalmente nos

diferencia de outras sociedades como a europeia, onde a cultura e patrimônio atingiram outro patamar de participação na vida econômica e social.

Nossa herança social é fruto de um passado colonial que nos delegou uma inserção na economia capitalista de forma subordinada e dependente, fundada em relações de profunda desigualdade social, que mesmo os processos de modernização e industrialização não subverteram, mas ao contrário, complexificaram, a ponto de Oliveira (2003), chamar de “o ornitorrinco”, esse tipo de sociedade capitalista como a brasileira, das mais desiguais. Tratar de forma totalizante o patrimônio e a cultura no Brasil abstraindo a sua natureza desigual que se dá tanto na produção, na valorização como principalmente nas políticas públicas, significa olhar apenas parcialmente o universo dos problemas relacionados ao tema.

Neste sentido, o artigo pretende discutir a questão do ponto de vista das políticas públicas e, portanto da ação estatista, explicitando este tratamento desigual àquilo que chamamos patrimônio cultural e que resulta na hipervalorização de determinados bens, ao mesmo tempo em que desconsidera outros tantos referenciais de memória coletiva. A crítica das políticas feita aqui não está focada necessariamente nesta ou naquela instituição ou órgão público, mas busca questionar o modo de pensar e fazer a política de patrimônio no Brasil.

Num segundo momento, reconhecendo esta desigualdade, o olhar se volta para outros patrimônios, aqueles considerados não-consagrados, representativos de grupos sociais chamados de subalternos, os sem-poder (ZUKIN, 2000).

Chama-se atenção para o tratamento dado ao patrimônio dos trabalhadores urbanos, ou seja, o operariado fabril da metrópole de São Paulo, para pensá-lo em um contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho que ocorreram desde os anos 1990, desenhando uma nova morfologia da atividade: multifacetada e fragmentadora da identidade de classe, conforme diz Antunes (2001). Pensar o patrimônio nesta perspectiva da memória operária nos parece vital hoje, uma vez que se trata de fortalecer e valorizar elementos identitários de uma classe social, no sentido em que destaca esse autor.

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho” nesta virada de século é soldar os laços

de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. (*op.cit.*, p. 23/24, grifo nosso)

A DESIGUALDADE NA IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nunca é demais lembrar que a história da construção política do patrimônio no Brasil teve seu momento fundador na década de 1930, com a constituição do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), revelando, assim, o caráter autoritário das políticas de identificação, na medida em que, por meio do poder discricionário o Estado, apresentou-se à sociedade uma determinada visão daquilo que deveria constituir essa herança coletiva. (CHUVA, 2012; MARINS, 2008; SANTOS, 1996)

Esta forma de fazer política para o patrimônio foi reproduzida em instâncias estaduais e municipais, a partir dos anos 1970, quando se recomendou nos Compromissos de Brasília e de Salvador, a ação complementar destes entes federativos por meio da criação de seus próprios órgãos de proteção ao patrimônio em diferentes escalas, mas devidamente articulados aos princípios contidos na legislação federal do Decreto-Lei nº 25 de 1937.

Sob o patrocínio do Estado este conjunto patrimonial passou a retratar uma visão monolítica do passado brasileiro, na qual os sujeitos ali representados estão predominantemente ligados às elites política, econômica, religiosa e militar, uma vez que dominam neste conjunto bens como igrejas católicas, fortes e fortalezas militares, casas de câmara e cadeia, casas de fazendas e engenhos, portanto, os bens materiais que são símbolos dos mecanismos de dominação e poder constituídos no país. Neste mesmo conjunto estão muito ausentes sujeitos sociais como os trabalhadores, sejam eles os escravos, operários e camponeses. Como nos alerta Marins (2008, p. 145):

Mas o caráter autoritário que revestiu as escolhas de bens para o tombamento (inauguradas, frise-se, durante a ditadura do Estado Novo) não apenas descartou os cidadãos brasileiros do processo de escolha de bens a serem protegidos como também excluiu grande parte de suas multifacetadas heranças culturais do reconhecimento oficial. A memória unívoca de uma nação brasileira não acolhia, nem poderia acolher, a imensa diversidade dos brasileiros.

Esta forma de pensar e constituir um patrimônio nacional resultou em um mapa do Brasil passado, como se refere Rubino (1996), no qual se desenhou uma ação preservacionista concentrada em *determinados* estados da federação, *determinados* períodos históricos e *determinadas* tipologia de bens. Estudando as ações de tombamento dos trinta primeiros anos do Serviço de Patrimônio, a autora destacou, pela primeira vez, o caráter desigual destas políticas em um país de grandes dimensões territoriais. Em primeiro lugar temos desigualdades regionais, uma vez que o patrimônio está extremamente concentrado em determinados estados da federação; estas são acompanhadas e articuladas à desigualdades sociais, o que se verifica nos sujeitos sociais ali representados; por fim, há desigualdades de ordem histórica, que não dizem respeito apenas ao tempo cronológico representado neste patrimônio, mas a valorização e ocultação de determinados processos históricos.

A partir da Constituição Federal de 1988, no entanto, esta visão e forma de atuação essencialmente discricionária poderia e deveria ter sido repensada em função dos princípios colocados no seu artigo 216, no qual se prevê um compartilhamento de responsabilidades em relação à promoção e proteção do patrimônio cultural. Conforme vemos no parágrafo primeiro: “O Poder Público, com a *colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988, grifo nosso)

O que se explicita neste parágrafo é que a comunidade é chamada a participar nas diversas ações que compreendem a proteção do patrimônio, entre as quais a vigilância, mas fundamentalmente no que diz respeito a sua identificação por meio dos diferentes instrumentos como inventários, registros, tombamentos ou outros mais. Esta busca do envolvimento da sociedade inclusive no que diz respeito à identificação faz todo sentido em um momento em que se superava a visão do patrimônio como fatos memoráveis da história oficial, para tratá-lo como bens portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos sociais. Era preciso ouvir, assim, os próprios grupos envolvidos com estes patrimônios.

Vinte e cinco anos se passaram da inauguração destes novos princípios constitucionais e nos perguntamos hoje: até que ponto houve mudança efetiva nas práticas e na tutela institucional pública, no sentido de torná-

-las mais participativas e de transformar o conjunto do patrimônio em algo mais plural, do ponto de vista dos grupos formadores de nossa sociedade?

Vemos que, apesar do que a legislação maior do país estabelece, as escolhas ainda são predominantemente feitas de forma discricionária, com raríssimas exceções. O compartilhamento de responsabilidades tem sido enfatizado nos discursos oficiais quando se trata da proteção física, lembrando à sociedade que ela é a “melhor guardiã de seu patrimônio”, conforme afirmava Magalhães (1985, p.184) e que, portanto não é só tarefa do Estado cuidar destes bens. No entanto, além de dividir o zelo para com a herança coletiva, antes disso é preciso compartilhar o processo de eleição dos bens patrimoniais, fazendo com que efetivamente os diferentes grupos sociais se percebam como parte desta memória.

Outro problema em relação à escolha de forma discricionária é que a atribuição de valor patrimonial é feita sobrevalorizando a forma, a estética e a técnica, consolidando a discussão como o domínio e monopólio dos arquitetos. Deixa-se de contemplar os valores afetivos, sociais e memoriais, ou seja, tudo aquilo que conecta as pessoas a esses bens culturais. Privilegiando-se a compreensão deste como objeto técnico, vai se desumanizando o patrimônio.

Segundo Motta (2000), apesar da preocupação estética-estilística ter predominado em grande parte da história e trajetória das políticas de proteção e, não obstante, os anos 1980 ter introduzido uma nova abordagem deste patrimônio a partir de seu valor documental, vivemos hoje um retrocesso, pois vigora um modelo globalizado que volta a acentuar as perspectivas essencialmente visuais, fachadistas ou estilísticas. O retorno a estes ideais de patrimônio, fundados essencialmente nos valores arquitetônicos, só reforça cada vez mais a impossibilidade dos grupos sociais ainda não suficientemente representados na memória nacional, de se fazerem presentes.

Aprofunda, portanto, as relações desiguais na participação no conjunto patrimonial, uma vez que os bens culturais que representam o viver o e fazer das chamadas classes subalternas não se explicam, muitas vezes, pela estética ou até mesmo da arquitetura e, desta forma, são objetos dificilmente patrimonializados. Como fazer crer, por exemplo, que tão importante quanto tombar um casarão de fazendeiros de arroz no litoral paulista, é também tombar uma Casa de Farinha, edificação que tem um papel central na cultura caiçara, como o lugar do trabalho coletivo e da sociabilidade deste grupo? Nos modos de fazer e pensar o patrimônio no interior dos órgãos de

preservação, o primeiro caso é facilmente justificável, mas no segundo caso certamente seria evocado o famoso argumento de que não se pode tomar tudo, pois assim se vulgariza o instrumento!

Canclini (1994) propõe uma perspectiva de análise fundamental à questão afirmando a desigualdade na formação e apropriação do patrimônio. Em primeiro lugar, para este autor, as desigualdades estão ocultas sob o manto de um patrimônio nacional unívoco, fruto da construção imaginária de uma nação como simulação de uma sociedade harmônica, que transcende classes sociais e igualiza a todos.

Em segundo lugar, para o autor, naturaliza-se no conjunto do patrimônio uma hierarquia de capitais culturais, na qual o popular é secundário, de menor importância frente aos bens e práticas da cultura erudita. Fazendo a crítica ao próprio caso mexicano, o autor afirma que isso acontece mesmo em países que adotaram o conceito antropológico de cultura, ou seja, aquele que concebe como legítimas e igualmente relevantes manifestações e expressões materiais e imateriais dos diferentes grupos. A hierarquia de capitais culturais que está presente como forma de pensar o mundo, como sentido de mundo e, portanto, como forma de se construir um conjunto patrimonial, afirma e naturaliza desigualdades que são sociais. Assim sendo, quem ousaria colocar em xeque que a arte vale mais do que o artesanato; que as manifestações eruditas e científicas são superiores às populares; que a cultura escrita vale mais do que a oralidade?

Nestes termos, as desigualdades que se apresentam no plano da cultura fazem parte do mesmo processo em que se produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a hierarquia dos capitais culturais é parte da mesma hierarquização social que coloca o trabalho intelectual acima das formas de trabalho material. O patrimônio cultural nacional como esse conjunto pouco representativo de outros sujeitos sociais, em particular das classes populares, tem servido como instrumento necessário, em nível ideológico, à reprodução das relações sociais de produção, em bases cada vez mais desiguais, mantendo e conservando um determinado sentido de mundo, o da dominação política.

O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem

ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, 1994, p.97)

A DESIGUALDADE NA VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

No que diz respeito às políticas e ações públicas voltadas à valorização do patrimônio, tais como investimentos e recursos aplicados em restauração ou reconversão de estruturas para novos usos, constata-se atualmente a aplicação mundo afora de estratégias semelhantes que consolidam um verdadeiro modelo de intervenção, o qual Motta (2000) chamou de “modelo globalizado”. De acordo com a autora, trata-se de:

[...] intervenções e projetos recentes em áreas históricas de cidades, orientados por estratégias que visam a sua apropriação para o consumo visual, envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produtos, na disputa entre cidades em um mercado globalizado. (*op.cit*, p.257)

Nas cidades brasileiras este modelo expressou-se em projetos realizados, nos anos 1990, seja no Pelourinho, em Salvador, já bastante conhecido e debatido, ou as intervenções nesta mesma década na Praça 15, no Rio de Janeiro, conforme apresentou e discutiu a autora. Os vultosos investimentos da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, no bairro central da Luz, que envolveram os projetos de reconversão de uso e intervenção nos patrimônios da Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo, Estação Pinacoteca, também se encaixam dentro deste modelo tratado pela autora, já suficientemente abordados em Kara-José (2007), ou em Marins (2011).

Sobre este modelo de intervenção, em diversas ocasiões Arantes (1996; 2000; 2002) enfatizou o papel investido à preservação e restauração do patrimônio cultural como uma nova estratégia para a revalorização imobiliária das áreas centrais de grandes cidades, no âmbito do chamado planejamento estratégico de caráter empresarial, a partir de casos que a autora apresentou sobre Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa e Berlim. Estes patrimônios transformados em grandes equipamentos de visitação e de espetáculos de arte, música e dança que, via de regra, abrigam usos culturais dos mais

elitizados, têm sido vistos como “iscas culturais”, conforme discute a autora, necessárias à atração de novos investimentos em um cenário de competição global das cidades.

Esta opção tem sido defendida pelos urbanistas de Estado e de mercado, justificando-se o argumento da necessidade de integrar o patrimônio à dinâmica urbana, garantindo-lhe uso público. Entretanto, como tais intervenções são pensadas prioritariamente em um contexto de revalorização imobiliária das áreas centrais ditas “degradadas” ou “abandonadas”, trazem inevitavelmente um grande impacto social, com a expulsão de grupos sociais mais pobres que não conseguem mais permanecer no centro, em função da alta dos aluguéis ou em virtude de ações de despejo e remoção.

Se, do ponto de vista social, a implantação deste modelo é perversa, a mesma leitura pode ser feita na perspectiva dos sentidos e significados deste patrimônio recuperado. A conversão em mercadoria cultural a ser consumida como entretenimento acaba por destruir o seu caráter simbólico e o transforma em um objeto reificado, conforme discute Meneses (1992; 1996), que se explica em si mesmo, unicamente pela técnica ou pela estética. No bojo destes projetos está a hipervalorização da arquitetura e do estilo artístico em detrimento de outros valores do patrimônio, principalmente aqueles que contextualizam os bens no seu universo contraditório e conflituoso da história e dos processos sociais.

É preciso compreender ainda que, este modelo globalizado de intervenção e de refuncionalização do patrimônio, adotado primeiramente na Europa, insere-se e explica-se em um processo maior e exterior à nossa realidade brasileira, que é o de generalização e consolidação de uma verdadeira questão patrimonial. Esta se configura em um amplo reconhecimento social e político da necessidade de proteção dos vestígios do passado, o que ocorreu principalmente a partir de 1980, nos países europeus e que mobilizou recursos e fundos públicos para tal. Segundo Reberioux (1992), em 1980 na França foi declarado o “Ano do Patrimônio”, com consequências positivas para os investimentos neste setor, pois o orçamento do Ministério da Cultura, que já era expressivo, duplicou.

Bourdin (2001), Choay (2001) e Jeudy (2005), só para citar alguns autores que discutem este papel do patrimônio na contemporaneidade, o fazem a partir de uma perspectiva essencialmente europeia na qual a preservação transformou-se em “indústria ou maquinaria patrimonial”, “sucesso dos lugares de memória” e “patrimonialização”, para utilizar os termos a que

eles se referem. Trata-se de um processo de imposição de uma ordem patrimonial, o dever de preservar e que gerou, ao longo do tempo, na Europa, um esgotamento da atividade de identificação e proteção, restando agora apenas a tarefa de manter.

Passado o tempo das energias reunidas para defender todo o poderio das identidades culturais, para provocar um sobressalto nas memórias coletivas, somos forçados e reconhecer que a petrificação patrimonial já concluiu sua obra. Passou-se para o estágio da “manutenção patrimonial”. (Jeudy, 2005, p.29)

No caso brasileiro esse processo nem se generaliza ou se consolida, muito menos vemos presente, em nossas cidades, vários traços fundamentais definidos pelo autor, tais como a prioridade de conservação de fachadas das edificações históricas, a obsessão por restaurar, a preservação como princípio fundador das intervenções urbanas! Ao contrário, o que presenciamos são demolições constantes ou a degradação física de edificações até mesmo tombadas.

Apesar da necessária crítica produzida sobre as intervenções no Pelourinho em Salvador, na Praça 15 no Rio de Janeiro ou na Luz em São Paulo, e outros casos mais, quando situamos estes projetos frente ao conjunto de patrimônios tombados no Brasil, vemos o quanto eles se reduzem a experiências pontuais que não podem de forma alguma ser totalizadas para o universo do patrimônio no país. Concluir sobre um papel central do patrimônio na gestão urbana no Brasil, a partir destes casos, oculta, mais do que esclarece, o papel desigual destes patrimônios.

Ou seja, nem o patrimônio se tornou questão central em nosso país ou na gestão pública de nossas cidades como, ao contrário, ele ainda guarda uma posição bastante periférica, o que tem gerado e incrementado movimentos sociais de lutas pela preservação dos diferentes referenciais de memória. Como fato recente em São Paulo, lembramos o movimento pelo tombamento do Cine Belas Artes, que envolveu grande parte da população metropolitana, em ações como abaixo-assinados e manifestações de rua e que foi rejeitado pelos órgãos de preservação municipal e estadual.

No Brasil há um grande passivo patrimonial a ser identificado, protegido e valorizado, razão inclusive para que o próprio Iphan adote como discurso político a “necessidade de ampliação do estoque patrimonial”, ou seja, entre a suas linhas principais de atuação está a “ampliação do número de

bens protegidos - representado condignamente e em todos os recantos do país, a riqueza e a diversidade dos bens culturais [...]” (VIEIRA FILHO, 2011, p.11).

Além disso, no conjunto do território nacional a precária situação de conservação de uma boa parte de nosso patrimônio, reconhecido ou não, além da crônica dificuldade de atuação dos órgãos públicos de preservação, revelam que se está muito distante de um quadro de “indústria ou inflação patrimonial”. De acordo com o levantamento feito pelo Iphan em meados da década de 1990, dos cerca de 800 bens tombados 40% estavam em más condições de conservação, 10% em ruínas e 25% em condições inadequadas (BONDUKI, 2012). Em que pese as ações e os investimentos do Programa Monumenta, este quadro não se reverteu de forma a nos aproximarmos da situação dos países da Europa.

Semelhante posição é defendida por Gutiérrez (1992), ao tratar do caso dos países latino-americanos, premidos por questões de natureza social e de carências de recursos públicos, circunstâncias históricas que dificultam a existência de recursos para a aplicação no universo da cultura e patrimônio. De acordo com este autor:

É possível que nos países do primeiro mundo onde, na última década, o “cultural” alcançou um elevado consenso e, por isso, tem gerado muitos investimentos no setor (museus, auditórios, palácios da música que são as vedetes da arquitetura dos anos 80 e 90), o tema pareça autosustentado nesta nova dimensão do consumo. Mas nos países americanos, para além do prestígio destas operações de espelhar o europeu e norte-americano, os recursos destinados à cultura foram tão magros que apenas conseguiram manter em funcionamento os antigos equipamentos.” (op. cit., p.126)

Ainda que a partir de meados da década de 1990 o Brasil tenha se espelhado na experiência europeia e investido grandes recursos neste modelo globalizado de intervenção em alguns centros históricos e bens pontuais, a valorização do patrimônio é essencialmente um processo desigual, pois atinge apenas determinados bens, em geral aqueles de aspecto monumental ou os que interessam diretamente ao mercado turístico ou consumo cultural. Na centralidade da gestão urbana somente aparecem determinados tipos de pa-

trimônios, assim como determinados recortes do universo cultural, o que não permite generalizar uma situação confortável em relação a estes campos.

Manifestações culturais da periferia urbana, de caráter fortemente de resistência e de crítica social, assim como os bens representativos de uma memória das classes populares não gozam deste mesmo prestígio e centralidade na gestão urbana contemporânea, ao contrário, estão sendo cada vez mais em situação de vulnerabilidade⁶². Estes correspondem ao outro lado da cultura e do patrimônio não prestigiados pelas ações e políticas públicas.

As várias situações encontradas em relação ao patrimônio tombado em São Paulo exibem um quadro de contradições agudas: de um lado um patrimônio não conservado - protegido legalmente, mas degradado fisicamente - que espelha a contínua situação de carência de recursos públicos; de outro abundam investimentos em poucos bens, transformados em cenários espetaculares que buscam criar uma imagem renovada do centro⁶³. Contradições que deixam claro a seletividade da política que privilegia determinados bens, ou seja, os que se enquadram em projetos de revalorização imobiliária de setores da cidade ou que implicam em usos considerados mais nobres.

Este é o exemplo da política pública de patrimônio levada a cabo pelo governo estadual em São Paulo, no bairro paulistano da Luz. Como já foi dito, desde a década de 1990, recursos públicos foram usados abundantemente para requalificar edifícios históricos a serem destinados a grandes equipamentos de cultura elitizada, enquanto isso, outros tantos patrimônios de igual importância neste mesmo bairro não recebem a atenção devida.

Atestam esta situação dois casos. O primeiro deles é o da Vila Economizadora, um dos raros exemplos existentes ainda hoje, de conjunto de habitação popular produzido em série no início do século XX, em situação

62. Há uma gama de manifestações e atividades culturais realizadas nas periferias da metrópole de São Paulo, muitas delas ameaçadas de existência e sem apoio e reconhecimento do ponto de vista das políticas públicas. Os Pontos de Cultura, dentro do Programa Cultura Viva do Minc foram importantes para levar recursos para estas iniciativas, mas ainda estão distantes de conseguir mudar o quadro em que ideias como “levar cultura a periferia” prevalecem.

63. Para efeito de ilustração, só o Complexo Cultural Júlio Prestes, que inclui a Sala São Paulo, implicou em recursos da ordem de US\$ 50 milhões, pagos em sua maior parte pelo governo do estado, segundo Kara-José (2007).

precária de conservação (como se vê na foto a seguir). O segundo exemplo a destacar é o da Escola Estadual Prudente de Moraes, edifício de arquitetura modernista, construída no âmbito do programa Convênio Escolar de 1948 e projetada pelo seu coordenador de planejamento da rede escolar, o arquiteto Hélio Duarte. O que caracteriza ambos os bens é o fato de que seu uso atual não se enquadra na categoria de consumo cultural, ao contrário, os bens estão inseridos no cotidiano de vida da área central, como lugar de morar, de trabalhar e de estudar.

O caso da Vila Economizadora poderia ser justificado pela dificuldade de aplicação de recursos públicos em bens de propriedade particular. Entretanto, estes casos acontecem excepcionalmente, com base na própria legislação que estabelece que em situações de impossibilidade financeira, o poder público deve executar as obras de conservação e reparação às suas próprias expensas. Assim acontece, desde 2012, com o governo paulista investindo na recuperação do casario particular de São Luiz do Paraitinga, destruído pela grande enchente de 2010. Será que somente grandes catástrofes levarão os órgãos a voltar sua atenção para estes patrimônios do cotidiano?



Vila Economizadora, tombada pelo Condephaat. Apresenta problemas de conservação das casas e de constantes reformas que modificaram as fachadas impactando a visão de conjunto. Foto: Simone Scifoni, maio de 2013.

No caso da escola Prudente de Moraes, além da ausência de investimentos na conservação deste patrimônio escolar, as atividades educacionais encon-

tram-se inclusive ameaçadas de transferência para um novo edifício, para que este prédio seja integrado à extensão da Pinacoteca do Estado. Neste caso, a requalificação do edifício irá substituir o uso original por um novo, de certo considerado mais nobre e, portanto mais adequado ao perfil que vem se desenhando para o bairro desde aos anos 1990. É bom que se esclareça que a escola sairá do prédio, não em função das necessidades próprias ao processo educativo, mas para se adequar às demandas de um uso cultural enobrecido, bem ao estilo do que Smith (2006) chamou de gentrificação generalizada.



Escola Estadual Prudente de Moraes, protegida no antigo zoneamento da cidade (Z8-200) e em processo de tombamento municipal. Foto: Simone Scifoni, 2011.

Estes casos nos colocam diante de um processo desigual de valorização do patrimônio, que se dá seletivamente e voltado àqueles bens que se integram a um mercado de consumo cultural, não estando disponíveis para todo o conjunto patrimonial. Neste sentido, a discussão sobre o papel da cultura e do patrimônio na gestão urbana contemporânea em países como o Brasil não pode conferir um dimensão única e totalizadora a um universo que é essencialmente desigual, sob pena de ocultar as contradições inerentes a este processo.

Ou seja, há neste universo contraditório do patrimônio na cidade, alguns bens que servem à construção de uma política de estado articulada aos negócios imobiliários e financeiros da cidade, até porque estes próprios bens testemunham esta mesma história e estes mesmos sujeitos. Por outro lado, há

também outros patrimônios carregados de significados opostos, divergentes, representativos de outros sujeitos, como é o caso do patrimônio das classes populares, dos trabalhadores que lutam. Sem constituir alvo de políticas de valorização e até mesmo de identificação, estes bens cumprem, entretanto, um sentido político ao permanecerem na cidade: o sentido do resíduo que se contrapõe à lógica hegemônica de homogeneização do espaço. Nesta perspectiva, cabe aqui um olhar para estes tão desprestigiados lugares de memória que não celebram o poder e a riqueza, mas, ao contrário, enfatizam o trabalho e as dificuldades da vida cotidiana.

Trata-se de lugares simbólicos, promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento no qual se mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados. (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 53)

OUTROS PATRIMÔNIOS, OUTRAS PERSPECTIVAS: OS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA

No contexto da natureza desigual do patrimônio é urgente pensá-lo na perspectiva dos grupos sociais ausentes nesta trajetória oficial. Sejam os trabalhadores urbanos e rurais, os índios e negros escravizados, e mais modernamente operários e camponeses, aqueles que foram e são os produtores da riqueza material, apropriada por poucos, e que fizeram e fazem a história do país. No caso do operariado urbano, nem mesmo a categoria de patrimônio industrial dá conta suficientemente desta questão. É preciso uma inversão de olhar e de perspectiva do patrimônio industrial, ou seja, enfocá-lo a partir do trabalhador e de sua luta cotidiana pelo e no trabalho, luta que se dá também pela sobrevivência e para permanecer na cidade.

Inverter a perspectiva de enfoque significa recolocar no centro do processo o trabalhador, no sentido da busca da desocultação de sua memória, para assim contribuir para a desalienação social. Significa olhar para um patrimônio que represente as lutas no interior do universo do trabalho, questão de grande importância, sobretudo hoje, em um contexto de divisão da classe trabalhadora entre setores de trabalho formal e aqueles pre-

carizados, separação que opõe uns aos outros e que ameaça a identidade de classe.

A situação, no Brasil, já é difícil quando se pensa na proteção do patrimônio industrial, comparado principalmente aos países europeus que conseguiram, desde os anos 1980, proteger parte de sua herança produtiva. Mas quando se analisa então, aquela faceta do patrimônio industrial representativa da memória dos trabalhadores, a problemática se agrava ainda mais. Vilas operárias e casas de aluguel desaparecem frequentemente do tecido urbano; conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado encontram-se em precária situação de conservação; sindicatos, lugares de sociabilidade e lazer popular e praças de futebol de várzea, dificilmente são alvo de políticas públicas de preservação. Estes são alguns dos exemplos de bens culturais que representam a memória do grupo de trabalhadores.

Parte das dificuldades vem do fato de que, nos próprios documentos internacionais que balizam e influenciam as políticas e ações de patrimônio cultural, esse patrimônio dos trabalhadores também é definido como um algo à parte, em situação complementar ou secundária. A Carta de Nizhny Tagil ou Carta do Patrimônio Industrial, aprovada pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, define o patrimônio industrial como: vestígios da sociedade e da cultura industrial, a exemplo dos edifícios, da maquinaria, de oficinas, minas e dos locais de processamento, dos meios de transporte, entrepostos, armazéns e demais infraestruturas, “assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (TICCIH, 2003).

Ainda que não se faça menção aos bens referenciais da memória do trabalhador, pode-se inferir que o “assim como” define o lugar complementar e secundário ocupado por esta perspectiva. Ou seja, o patrimônio da sociedade industrial abstrai justamente aquilo que lhe confere o sentido social: o conjunto dos trabalhadores ou o trabalho vivo como relação social que produz um mundo, valores, riqueza material.

Somente a partir de uma inversão de olhar é possível compreender os espaços fabris e seus equipamentos para além do viés da técnica, dos meios de produção e do capital. Não se pretende aqui ignorar ou desconsiderar os valores arquitetônicos envolvidos ou a compreensão a partir da história econômica, mas enfatizar que estes patrimônios devem, também, ser enfocados no que diz respeito à história social e a

geografia das lutas operárias. Ao fazê-lo valoriza-se aquele que, apesar de se constituir como sujeito do processo de criação de riqueza material, foi tornado oculto e invisível ao longo do processo, assim como foram suas memórias.

Acreditamos que a noção de lugar de memória pode ser uma forma de abordar o patrimônio industrial na perspectiva dos trabalhadores. Ligados a um modo de vida e uma cultura industrial não tão distante, mas em profunda modificação no presente, esses lugares podem ser definidos como pontos onde se cristaliza ou se refugia a memória coletiva, conforme colocou Nora (1993). Uma memória que é fundamentalmente de classe e grupo social, recortada por determinadas situações de vida em comum: a luta pelo trabalho; as dificuldades de sobrevivência; as necessidades de organização sindical; as carências múltiplas que geram, também, redes de solidariedade; a segregação socioespacial; e a exclusão da cidade e dos bens de consumo coletivos.

Na tentativa de um inventário de lugares de memória operária e do ponto de vista metodológico, estes podem ser divididos em diferentes categorias, tais como lugares de trabalho, lugares de luta, lugares de moradia e da vida cotidiana, conforme propõe Scifoni (2013).

Em nosso caso, priorizamos e colocamos em evidência os lugares da luta operária, como aqueles nos quais se dá o enfrentamento no e pelo trabalho, mas, também, de forma articulada, pelo direito à moradia e à cidade. São lutas que se apropriaram do espaço público das cidades, que tomaram as ruas, terrenos e praças, que confrontaram as condições de restrição política desafiando governos, enfrentamentos que resultaram em avanços nos direitos dos trabalhadores e que denunciaram as condições de opressão e exploração na fábrica.



À esquerda: conjunto do IAPI de Vila Guiomar, em Santo André (SP). Apesar de sua importância histórica como parte da produção estatal de habitação social, não é alvo de preservação e nem de políticas de valorização do patrimônio.

À direita: conjunto habitacional do Gazuza, em Diadema (SP), ao contrário, foi incluído no Plano Diretor como imóvel de interesse histórico e cultural, em virtude de constituir o primeiro projeto vertical construído em sistema de mutirão no estado. Fotos: Simone Scifoni, 2012.

Este ponto de vista permite conceber a memória operária para além dos saberes e rotinas do trabalho, mas em função daquilo que torna os trabalhadores sujeitos de sua própria história e do seu mundo, ou seja, suas estratégias de organização e luta, os processos de resistência como contraposição ao processo de alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente vivemos um momento crítico das políticas de patrimônio material no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo. De um lado porque desde os anos 1980, a ampliação do campo patrimonial concretizada em nossa constituição federal criou esperanças de mudanças,

deixou a impressão de um caminho aberto a novas perspectivas, no entanto as práticas institucionais não conseguiram acompanhar a contento. Arraigadas no poder discricionário do Estado, fazendo valer argumentos centrados na busca nos atributos estéticos e arquitetônicos, dando as costas para demandas sociais que enfatizam os valores sociais e afetivos dos grupos, as práticas institucionais estão ampliando e fortalecendo cada vez mais o caráter desigual do nosso patrimônio.

Algumas iniciativas ousaram pautar novas questões, no entanto ainda não mudaram o quadro até hoje instituído. Um exemplo disso foi o tombamento feito pelo Iphan, alguns anos atrás, da Casa de Chico Mendes situada no centro de Xapuri (Acre) e local onde o seringueiro e líder sindical passou os últimos anos de sua vida até o seu assassinato. O pedido, acatado pelo órgão, partiu de entidades ligadas aos seringueiros e povos indígenas, sinalizando uma nova sensibilidade para estes objetos que não se explicam pelo valor estético ou arquitetônico. Entretanto, neste mesmo órgão encontra-se paralisado o Dossiê de Tombamento do Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, local que foi palco do importante movimento operário ao final dos anos 1970, que tomou a cena política nacional e internacional, em um momento de ditadura militar no Brasil.

Em São Paulo, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado) que viveu, nos anos 1980 e início dos 1990, uma rica experiência de aproximação com a sociedade e de atendimento de novas demandas, há muito tempo já deixou de desempenhar este papel, entretanto até hoje parece viver da imagem destes seus anos dourados.

A julgar por estes dois últimos exemplos, parece que ainda estamos distantes da possibilidade de efetiva renovação conceitual e de práticas nas instituições de patrimônio.

Soma-se a esta situação crítica a implantação de projetos de intervenção e refuncionalização do patrimônio que criaram a ideia equivocada de que o patrimônio cultural passou a ser fundamental na gestão urbana brasileira, quando, na verdade, é preciso relativizar este processo. Em primeiro lugar ele não se dá da mesma forma que os países europeus; por outro lado a cultura e o patrimônio no Brasil não devem ser vistos como universos totalizadores; são determinados bens e determinada forma de fazer cultura que são valorizadas como peças-chave do planejamento estratégico. Uma cortina de fumaça que não nos deixa ver a natureza desigual das políticas

e do universo de produção e reprodução cultural e, acima de tudo, nos faz crer que tudo está indo bem neste campo de atuação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, L.F.; PARO, V.H. (orgs). *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.p.13-28.

ARANTES, O. Cultura da cidade: animação sem frase. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília*, nº 24, p.229-240, fev. 1996.

_____. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p.11-74.

_____. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN V. (org.) *Cidade e Cultura. Esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.

BONDUKI, N. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan, 2012.

BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. *Constituição Federal*, 1988.

CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília*, nº 23, p. 95-115, 1994.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.282p.

CHUVA, M. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A.G.R. (orgs.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2012. p. 67-78.

GUTIERREZ, R. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

(DPH). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.121-127.

JEUDY, H.P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos. A instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2007.

MAGALHÃES, A. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARINS, P.C.G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, M.A. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Cenpec, Imprensa Oficial, 2008.

_____. Do Luz Cultural ao Monumenta: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área em São Paulo. In: BATISTA, D.M.T.; GAGLIARDI, C.M.R. (orgs.). *Intervenções urbanas em centros históricos*. São Paulo: Educ, 2012.

MENESES, U.T. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 189-194.

_____. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAGIZI, E. et al (orgs). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.88-99.

MOTTA, L. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A.A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p.257-287.

NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RÉBÉRIOUX, M. Os lugares da memória operária. In: Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 47-56.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, p. 97-105, fev.1996.

SCIFONI, S. Lugares de memória operária na metrópole paulistana. *Revista Geosp Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 33, p. 98-110, 2013.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Anablume, 2006. p. 59-87.

TICCIH (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE). *Carta de Nizhny Tangil ou Carta do Patrimônio Industrial*, 2003.

VIEIRA FILHO, D. Práticas e conceitos na preservação do patrimônio material brasileiro. *Relatório de uma gestão (2006-2010)*. Brasília: Iphan, 2011.

ZUKIN, S. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A.A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p.104-115.

(Página deixada propositadamente em branco)

A LINGUAGEM CONSENSUAL DO PATRIMÔNIO⁶⁴

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_8

PAULO PEIXOTO

INTRODUÇÃO

O patrimônio parece ser, mais vezes que aquilo que é na realidade, uma matéria consensual. Dos tempos que se seguiram à Revolução Francesa de 1789 – em que o patrimônio se insinuou como palavra maldita, ligada a um conservadorismo combatido pelas correntes progressistas da esquerda política – até aos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial – quando as agências multilaterais promoveram a ideia de patrimônio para ostentar e travar cenários de destruição horrenda – o termo foi legitimado e adquiriu um inusitado e transversal grau de aceitação social. Não é por acaso que a Convenção da UNESCO de 1972 se tornou o acordo internacional com maior número de estados signatários.

Se olharmos o patrimônio como o conjunto de bens, objetos ou práticas que obtiveram um reconhecimento formal e um estatuto oficial de proteção, quer no quadro local, quer no âmbito internacional, o caráter político e conflitual dos processos de patrimonialização tende a tornar-se invisível. É tanto mais assim que a própria palavra patrimônio se tornou um chavão acrítico de diferentes disciplinas científicas e de retóricas diversas, da linguagem política à linguagem mediática. Por isso mesmo, falar em patrimônio sem discutir o processo de patrimonialização que conferiu a algo um estatuto de proteção

64. Este texto beneficia de minha estada, como professor visitante na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), e das discussões havidas no seio do Grupo de Pesquisa “Arte, Cultura e Poder” e da disciplina de “Cultura e Memória: memória, patrimônio e identidade” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade.

formal impede-nos, frequentemente, de dar conta da razão ontológica do que é chamado patrimônio. O mesmo se passa se não nos perguntarmos quem chama patrimônio a quê e por que alguns bens com estatuto oficial de proteção continuam sendo chamados de patrimônio e outros não. O patrimônio tende a ser algo de disputado, na medida em que implica escolhas relativas ao que é e ao que não é patrimonializado. E esta dinâmica está tão presente nos processos locais e nacionais de patrimonialização quanto nas agendas globais lideradas pela UNESCO. No plano local, a consensualidade em torno dos processos de patrimonialização se constrói cada vez mais por via do fechamento em si mesmas das equipes responsáveis pelos dossiês de candidatura, ainda que se multipliquem instrumentos meramente formais da chamada “participação comunitária”. No plano nacional, para além das escolhas que integram as listas indicativas (Tentative Lists) de bens candidatos ao selo da UNESCO, cada país tem de selecionar o máximo de um bem a candidatar por ano. Se trata, em geral, de processos de seleção pouco transparentes e que não são debatidos na esfera pública. Se assim não fosse, a conflitualidade latente desses processos se manifestaria de forma bem mais evidente. Sua aparente consensualidade reside na força de critérios políticos ou econômicos legitimados e oficializados por lobies mais ou menos assumidos e capazes de justificar uma “seleção óbvia e natural”. No plano internacional, as Assembleias Gerais da UNESCO promovem discussões mais ou menos intensas sobre o cumprimento e a pertinência dos critérios que o bem candidato cumpre ou não cumpre para integrar as listas. Mas nos meses e anos precedentes, o trabalho necessário foi feito para que, não obstante as acaloradas discussões, a inscrição do bem não enfrente obstáculos intransponíveis. E os parceiros se alinham em uníssono, de forma concertada, do mesmo modo que o fazem em outros *fora*, para aclamar a escolha.

Por outro lado, suas formas de apropriação, crescentemente ligadas a modalidades de consumo, nos revelam que o patrimônio nunca é de todos e que acaba sendo mais de uns que de outros. Acresce que a força do termo patrimônio nos leva a esquecer que o estatuto patrimonial não é algo que se adquire e que perdura por si só, na medida em que esse estatuto é mantido e se revigora através de um processo ancorado em uma linguagem hegemônica e hermética. O reforço da profissionalização e a tendência para a especialização, que estão hoje indelevelmente presentes nos processos de patrimonialização, são sinais evidentes que a linguagem consensual do patrimônio se produz cada vez mais em contextos circunscritos pela retórica

da competitividade, hierarquizados pela indústria do turismo e estrategicamente orientados para a cultura do consumo.

A produção e a consolidação de uma linguagem consensual e hegemônica se deve, por um lado, ao fato de o patrimônio emergir enquanto tal em um processo de consciência de perda ou de risco de desaparecimento e de, nesse contexto, participar em uma dinâmica de exacerbação das qualidades do defunto, comum aos processos de luto. Nesta perspectiva, pondo em causa o caráter consensual do patrimônio, estaríamos perto da concepção de Walter Benjamin, que nos convida a encarar os documentos de cultura como sendo também documentos de barbárie (Benjamin, 1986). Essa exacerbação das qualidades e a depuração que os processos de patrimonialização concretizam é bem visível no caso do patrimônio industrial. Os danos que os bens que integram esse tipo de patrimônio causaram, por exemplo, ao patrimônio ambiental ou as dinâmicas de escravidão de massas anônimas de indivíduos, que de algum modo possam ter permitido por via da sujeição a condições laborais desumanas, tendem a ser esquecidas na hora de reconhecer o estatuto patrimonial da velha usina ou da mina desativada. A retórica da beleza do morto, onde os artefatos da cultura se tornam atrativos depois de extintos (de Certeau, 1974) ganha aqui todo o seu sentido.

O fenômeno que acabamos de referenciar se deve, por outro lado, ao trabalho profissional e especializado que enquadra os processos de produção de patrimônio. A retórica oficial do patrimônio, que Laurajane Smith designa por “Authoritative Heritage Discourse” (Smith, 2006), se especializa na glorificação das vertentes materiais e tangíveis que atuam como marcadores patrimoniais e identitários. Esta lógica é bem visível nos processos de patrimonialização concretizados no âmbito na UNESCO, uma vez que estes se orientam por uma dinâmica redutora voltada para o reconhecimento formal de essencialismos da cultura⁶⁵. Na perspectiva da autora, os profissionais da patrimonialização pautam suas atuações pelo esforço de descarregar as qualidades emocionais do patrimônio, se insinuando como

65. Ainda que esta dinâmica se deva ao fato de a UNESCO pautar suas listas patrimoniais pelo princípio da representatividade, contrário a uma lógica de extensão cumulativa, permitindo apenas a inclusão de bens que representem “valores únicos”, na prática, essa lógica de reconhecimento patrimonial reforça duas dimensões muito marcantes dos atuais processos de patrimonialização. A necessidade de hiperespecialização dos profissionais que produzam narrativas suficientemente arrebatadoras e devidamente ajustadas aos mecanismos e formulários instituídos pela UNESCO. E a seletividade essencialista que confina cada vez mais o reconhecimento patrimonial promovido pela UNESCO aos bens consagrados no âmbito do mercado turístico globalizado.

técnicos objetivos, que escondem por trás dessa aparente objetividade as funções emocionais e políticas que o patrimônio desempenha em nossas sociedades. A crescente complexificação dos processos de inventariação e de tombamento, e a consequente necessidade de recorrer a peritos e a conhecimentos especializados, acaba por gerar um efeito de consensualidade, que está circunscrito pela retórica hermética e oficial do patrimônio.

SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO ENQUANTO EIXOS DA LINGUAGEM CONSENSUAL

Se o termo patrimônio é, em si mesmo, expressão de uma metalinguagem, sendo usado para descrever bens e objetos que aparentemente representam de forma unânime uma determinada configuração cultural (Peixoto, 2003), sustentabilidade e participação são duas categorias lexicais que invadiram os processos de patrimonialização e que moldam atualmente o que designamos aqui por linguagem consensual do patrimônio.

Na verdade, sustentabilidade e participação parecem ser hoje termos-muleta incontornáveis e indissociáveis dos processos de patrimonialização. Enquanto metalinguagem, o termo patrimônio é, ele mesmo, expressão e metáfora dos processos que são catalogados como sustentáveis, na medida em que sem uma consciência patrimonial tudo parece condenado a desaparecer; ou seja, a ser insustentável. Acresce que, nos processos de patrimonialização, a sustentabilidade parece depender cada vez mais da participação comunitária. O que significa que os processos só são vistos como sustentáveis se houver evidências que foi a comunidade a definir seu próprio rumo.

Descontando o fato de o termo comunidade refletir uma ideia de consenso que na realidade é difícil de encontrar, como se a comunidade fosse uma configuração social que se exprimisse em uníssono, a participação revela-se frequentemente nos processos de patrimonialização como categoria lexical ideológica que legitima o poder de quem já tem poder nesses processos. Com isto, queremos explicitamente dizer, sem querer generalizar e salvaguardando casos pontuais, que a retórica oficial do patrimônio se apoia na ideia de participação para legitimar a hegemonia dos poderes e agentes que decidem o âmbito e o rumo da patrimonialização. Como nota Singh, a própria UNESCO pauta suas ações por processos e orientações *top-down*

que resultam frequentemente na marginalização das comunidades (Singh, 2014).

Embora existam várias formas de participação e o conceito esteja constantemente a ser reinventado (Bresson, 2014), o campo patrimonial não é dos mais propícios a promover modalidades de participação. Na verdade, o patrimônio não é uma prioridade da vida da maior parte das pessoas. Todavia, a retórica das políticas neoliberais tem procurado difundir a doutrina da participação enquanto forma de mobilizar os indivíduos para a coprodução de projetos de modo a envolver decisores, técnicos e cidadãos. Mas o impulso fundamental fica sempre do lado dos decisores e o envolvimento dos cidadãos fica frequentemente aquém do esperado, estando excessivamente sujeito a critérios de proximidade (Bresson, 2014). Esse parece ser, precisamente, um dos problemas da participação no domínio patrimonial, na medida em que estando fisicamente próximo, o patrimônio está longe das urgências que tomam conta do quotidiano dos indivíduos.

Por outro lado, embora a sustentabilidade possa ter várias dimensões, pese embora o fato de os processos de patrimonialização difundirem recorrente e primordialmente princípios de sustentabilidade cultural e social das comunidades, os decisores políticos enfatizam crescentemente o aspeto da sustentabilidade econômica do patrimônio. Isso se deve a que muitos processos de patrimonialização exigem investimentos financeiros significativos e comportam outro tipo de custos sociais que não são suficientemente justificáveis com suplementos de identidade local ou com os argumentos da sustentabilidade cultural e social. Por isso, os decisores políticos tendem a evidenciar ganhos económicos futuros que, por regra, resultam da interação entre patrimônio e procura turística. Neste contexto, o ideal e a promessa de uma sustentabilidade que é, ao mesmo tempo, cultural, social e económica são geradores de consensos que se dissipam na hora da contatação que a obtenção de um estatuto patrimonial não beneficia a comunidade com as receitas e o emprego desejados. Quando o reconhecimento patrimonial traz muitos turistas que passam rapidamente pelo local, sem gerar oportunidades, mas trazendo, por exemplo, barulho e lixo, ou provocando uma subida local de preços, limitando a acessibilidade dos residentes a espaços da sua cidade ou impondo regras que oprimem a liberdade de atuação, a linguagem consensual do patrimônio pode acabar por se ver confrontada com um revanchismo espontâneo da comunidade local.

Em setembro de 2007, o “Le Monde” publicou um pequeno artigo intitulado, de forma interrogativa, “Podemos demolir igrejas?” (Bars, 2007). Esse artigo surgiu num contexto em que vários municípios rurais franceses começaram a equacionar e a concretizar a demolição programada de igrejas.

Esse movimento de demolição resultou da constatação que a manutenção das igrejas é uma operação dispendiosa, e tão mais dispendiosa quantos essas igrejas não tenham qualquer tipo de uso, como acontece na França, dada a evolução das práticas religiosas dos franceses. As declarações do Presidente da Câmara de Valanjou (no Maine-et-Loire), citado no “Le Monde”, localidade onde o conselho municipal votou democraticamente por 16 contra 1 a demolição de parte de uma igreja, são inequívocas: “Temos três igrejas para 2 mil habitantes. Por ano, o custo médio de manutenção de cada igreja ascende a 12 mil euros” (Bars, 2007).

Este tipo de explicações se generalizou rapidamente pelo mundo rural francês e as igrejas, numa onda crescente de iconoclastia, começaram a ser demolidas, entre grande polêmica, é verdade, pois surgiram sugestões provocadoras como, por exemplo, converter as igrejas em mesquitas, o que atenderia à satisfação das graduais práticas religiosas muçulmanas em nítida expansão no país (o que num país como a França, de patrimônio católico e com uma história crescente de confrontos culturais e religiosos, é um fator potencialmente multiplicador de conflitos). Provocações desse tipo emergiram num contexto, em que o Estado central francês, para promover o diálogo cultural, se propunha afetar recursos para a construção de mesquitas. Mas esse tipo de explicações encontrou também muita compreensão junto de católicos devotos e até de parte da Igreja que nem sempre viu com maus olhos a concentração dos recursos na recuperação de igrejas com valor patrimonial e artístico.

Uma sondagem efectuada em julho de 2007 pela TNS-Sofres para a revista *Pèlerin*, a uma amostra estratificada de 1000 indivíduos, mostrava, *grosso modo*, que 53% dos inquiridos se revelavam chocados com a destruição de velhas igrejas pouco utilizadas, que 67% defendiam que a melhor estratégia passava por tentar preservar o maior número possível de igrejas, que 64% consideravam as igrejas como elementos importantes do patrimônio, que 31% consideravam que a manutenção das igrejas é cara, que 26% era de opinião que nem todas as igrejas mantinham o mesmo interesse arquitetó-

nico, que 58% defendiam que as igrejas deveriam ser consagradas a outros usos além do culto católico (TNS Sofres, 2007).

Igrejas demolidas ... não propriamente. “Desconstruídas”. Uma vez que, subita e ironicamente, se multiplicaram os Prefeitos que, quais seguidores do filósofo Jacques Derrida, adotaram o termo “desconstrução”, curiosamente importado e adotado em vários locais do mundo por agentes envolvidos em operações de requalificação urbana. Citando um desses Prefeitos, desconstrução é “(...) uma palavra menos violenta e mais respeitadora”. Este eufemismo suavizante é revelador do choque que uma narrativa feita de consensualidades e de presunções tidas como certas pode causar na hora das decisões difíceis e de mudança radical das políticas patrimoniais. No caso em apreço, a “desconstrução” das igrejas passava pela sua demolição e pela construção, em seu lugar, de uma pequena capela de betão, simbolizando a dimensão religiosa. (Le Goff, 2009)

Esta espécie de eutanásia do patrimônio, ou seja de lhe tirar a vida antes que ela acabe naturalmente, levanta, aliás, questões interessantes sobre as modalidades de gestão mais adequadas para o patrimônio. Isto na medida em que mostra que a perspectiva da intervenção, da conservação, da salvaguarda e do restauro, se já era criticada por aqueles que acham que a essência do patrimônio é a tendência natural para a ruína, e que essa essência não deve ser contrariada, pode ter uma visão ainda mais radical que é a da eliminação cirúrgica e prematura de patrimônios desvalorizados pela relação quantidade/uso/qualidade patrimonial. Porém, esta é uma perspectiva recente que confronta a linguagem consensual do patrimônio que se consolidou no pós Segunda Guerra Mundial. À falta de melhor termo, podemos designar esta perspectiva por processo de despatrimonialização.

Esta onda de despatrimonializações (chamemos-lhe assim para sermos benevolentes em relação ao eufemismo “desconstrução”) que assola hoje o mundo do patrimônio, estendendo-se de maneira evidente aos museus, pode ser vista como o resultado de uma crise de que se toma subitamente consciência e para a qual não se encontram outras soluções. Ou pode ser vista como resultado de uma tomada de consciência que assume frontalmente a necessidade de fazer escolhas por oposição a uma política de desembaraçamento progressivo de edifícios que são deixados a apodrecer durante 20 anos, sem qualquer intervenção, para depois serem entaipados, e evidenciando que a demolição não é uma vergonha, mas sim um imperativo. Também aqui, acrescentaríamos, um pouco à semelhança do que

se passa com os centros históricos das nossas cidades, ou com edifícios históricos (como os cine-teatros) em muitos casos a apodrecer à espera de políticas evidentes de demolição.

Mas é muito mais que isso, obrigando-nos a reconhecer que qualquer patrimônio é sempre produto de uma determinada sociedade, no sentido em que o patrimônio, ele próprio, é um objeto político. O patrimônio criado pela Revolução Francesa, com a emergência do Estado Nação, não é o patrimônio dos anos 1990 do século XX. É um patrimônio monumental, orientado para a consolidação da ideia de Nação e que, por assentar em lógicas preservacionistas e conservacionistas, mereceu, durante muito tempo, uma grande desconfiança das ideologias de esquerda e dos movimentos renovadores. Como mereceu uma forte desconfiança dos grupos sociais que ficaram dos lados vencidos nos episódios e acontecimentos que levaram à existência desse patrimônio monumental e celebratório. O patrimônio dos anos 1990 do século XX, graças à mediação das várias ciências que se foram interessando pelo patrimônio (e não é fácil lembrar de alguma que não se tenha interessado), e que reinventaram o termo e a realidade a que ele se refere, já não é um patrimônio tão essencialista, tão monumental, tão disciplinar, tão ligado a um conjunto restrito de ideias. Podemos até criticar os excessos e a facilidade de patrimonialização das últimas décadas do século XX que contribuíram inegavelmente para a consolidação da linguagem consensual do patrimônio e que levaram ao “tudo é patrimônio”⁶⁶, desde que isso não nos retire a capacidade em perceber que não estamos só a falar de novos patrimônios. Estamos também a falar de novas sociedades: mais descentralizadas, mais escolarizadas, mais permeáveis a culturas científicas, mais dotadas de especialistas e profissionais especializados, sociedades com maiores reivindicações de participação e de afirmação identitária, mais heterogêneas.

O que é curioso é que, numa sociedade em crise, se volte a fazer um certo discurso de essencialização, criticando-se os excessos da patrimonialização e apelando-se a intervenções orientadas para a salvação dos patrimônios

66. Aliás, existem várias expressões que dão conta da fúria patrimonial que tomou conta das sociedades de finais do século XX: “alquimia do patrimônio”; “paixão patrimonial” (Guillaume, 1980); “reinvenção do patrimônio” (Bourdin, 1984); “loucura patrimonial” (Jeudy, *Patrimoines en folie*, 1990); “alegoria do patrimônio” (Choay, 1992); “patrimomania” (Martin-Granel, 1999); “abusos do patrimônio” (Graham, Ashworth, & Tunbridge, 2000); “maquinaria patrimonial” (Jeudy, *La machinerie patrimoniale*, 2001); “histeria do patrimônio” (Peixoto, 2006), etc.

mais emblemáticos. A questão relevante aqui é a de que as políticas de patrimonialização obrigam a fazer escolhas, como qualquer outra política, mas, ao contrário de outras políticas, ficam, com frequência, mais fechadas nos centros de decisão onde são tomadas. Até que ponto é pertinente confrontar a linguagem consensual do patrimônio com estas e outras práticas atuais de despatrimonialização? Até que ponto, em certos contextos, se passa rapidamente de uma linguagem consensual a uma linguagem disruptora?

FICAR DE SACO CHEIO DO PATRIMÔNIO

A questão é que muita gente, que faz parte daquilo que a retórica do patrimônio designa levemente por comunidade, parece estar a ficar de saco cheio do patrimônio. E se isto for mesmo assim temos de nos perguntar porquê.

De modo que uma questão pertinente para confrontar a linguagem consensual do patrimônio é a seguinte: se hoje perguntássemos às comunidades se elas estão mais satisfeitas que insatisfeitas por terem obtido um determinado reconhecimento patrimonial, se elas sabem exatamente o que foi reconhecido e porquê, ou até mesmo se elas querem continuar a ostentar esse selo patrimonial, será que elas nos diriam que estão mais satisfeitas que insatisfeitas, que sabem o que foi reconhecido e porquê, que querem continuar a ser patrimônio? O cidadão comum em Coimbra ou em Ouro Preto conhece hoje a candidatura a patrimônio mundial e o seu conteúdo? O cidadão informado sabe porque o Brasil candidata à UNESCO a Praça de São Cristóvão e não outro bem da lista indicativa?

Dresden, no Vale do rio Elba, na Alemanha, saiu da lista da UNESCO em 2009 por estar de saco cheio do patrimônio. A UNESCO gosta de dar a entender que foi uma penalização da UNESCO e não uma decisão da comunidade local que levou à saída de Dresden da lista. A verdade é que os habitantes de Dresden foram ficando fartos da UNESCO e de suas imposições, na medida em que várias possibilidades de transformação urbana da cidade, de uma cidade habitada, com uma multiplicidade de funções, foram sendo rejeitadas por colidirem com o valor patrimonial reconhecido pela UNESCO.

Em 27 de fevereiro de 2005, Dresden tinha realizado um referendo, solicitado através de uma petição assinada por 398.274 habitantes, em que votaram 50,8% dos habitantes locais, com 201.955 votos válidos, em que 68% dos votantes disseram que sim e 32% disseram que não à ponte cuja construção suscitou o conflito patrimonial, sabendo que a UNESCO retiraria o sêlo patrimonial se a ponte fosse construída.

Esta questão não é só local. Foi nacional e internacional. As instâncias políticas e culturais nacionais envolveram-se no debate e Günter Grass, prêmio nobel da literatura, veio dizer que “O Patrimônio Mundial não é só das pessoas de Dresden, mas de toda a Alemanha”. A questão é precisamente essa. De quem é afinal o patrimônio mundial e como ficam as “comunidades” quando lhes é pedido que paguem um preço por algo que é delas, mas, afinal, não é?

Grass juntou-se aos manifestantes contra a ponte para dizer que “Esta cidade tem sofrido bastante”, aludindo à destruição de Dresden na Segunda Guerra Mundial. E concluiu que esse sofrimento iria prolongar-se por via de uma ignorância deliberada e que a destruição em tempo de paz iria continuar. Günter Grass e outros intelectuais, como Martin Walser, pediram à chanceler Angela Merkel que intercedesse junto às autoridades de Dresden para que “a Alemanha não perdesse a sua fama de nação da cultura”. Merkel intercedeu, mas a organização federalista da Alemanha não lhe permitiu mais que desenvolver essa tentativa de dissuasão. Do outro lado, os manifestantes a favor da ponte diziam “Não queremos nenhuma ditadura da UNESCO no vale do Elba”.

Mas não é precisamente essa ideia de desenvolvimento, supostamente trazida pelo turismo, que se apresenta às comunidades quando se trata de as convencer das vantagens da patrimonialização? E não é o incumprimento dessa promessa nos moldes em que as comunidades esperavam que leva tantas vezes à indiferença se não mesmo à rejeição do patrimônio, que acaba sendo ironicamente visto como algo externo e distante? Não é a promessa de reforço da identidade local uma vantagem evidente da patrimonialização? Mas que vale a identidade quando bloqueia mudanças desejadas?

Se nos focarmos nos usos do patrimônio local num contexto global, designadamente no contexto dos usos turísticos, uma das questões que o caso de Dresden levanta é a de saber até que ponto as políticas de patrimonialização da UNESCO não são cegas à realidade que o patrimônio não tem (a não ser na aparente consensualidade da linguagem de técnicos

e decisores políticos) um estado puro de existência. E até que ponto as políticas da UNESCO não são demasiado rígidas ao ponto de impedir que os bens patrimoniais se adaptem à mudança de funções e aos usos sociais. Até que ponto a UNESCO não promove, com suas políticas, uma indústria da essencialização que converte o carácter compósito da cultura em uma essência facilmente reconhecível e facilmente consumível; algo que se adapta bem ao consumo turístico, mas mal às relações quotidianas dos locais com os bens tombados?

Daí uma terceira e conclusiva pergunta: o que seria o patrimônio mundial se os processos de inventário fossem realmente participativos? Se fosse realmente a comunidade a solicitar e a decidir sobre o que é patrimonializado? Hoje, os processos de patrimonialização da UNESCO são muito complexos, exigem grande nível de profissionalização e são muito fechados. Adotando uma leitura mais radical, pode constar-se que a UNESCO não promove processos de patrimonialização voltados para as comunidades locais, mas sim para o mercado turístico internacional e isso tem levado várias comunidades a equacionar uma forma de despatrimonialização que passa por sair das listas da Unesco (Gaillard & Rodwell, 2015). Gaillard e Rodwell focam-se, precisamente nos casos de Dresden e Liverpool, que foi colocada pela UNESCO, em 2012, na lista do patrimônio mundial em perigo, por ter iniciado um debate sobre as vantagens e desvantagens de integrar as listas da UNESCO.

CONCLUSÃO

Como notam Chiricure et al. (2011) a retórica da participação comunitária é frequentemente exacerbada, sendo que, na prática, a participação comunitária aplicada a processos de patrimonialização é muito difícil de concretizar. Isso se deve ao fato de as comunidades não serem nem universais, nem homogêneas. Estes autores argumentam ainda que os decisores políticos e os profissionais da patrimonialização prestam uma certa vassalagem ao conceito de participação na exata medida em que reconhecem que os interesses da comunidade e os interesses de quem promove os processos de patrimonialização nem sempre coincidem.

Nesta medida, os processos de patrimonialização assentam no estabelecimento de uma base aparentemente consensual, com ideias difusas de sus-

tentabilidade e de participação a legitimarem ações que são tudo menos consensuais.

Os processos de desapatrimonialização, enquanto expressão radical de um confronto dirigido à linguagem consensual do patrimônio, são uma manifestação punjente de um fenômeno com raízes no passado longínquo, mas que uma sociedade ancorada na abrangente e assumida cultura patrimonial da segunda metade do século XX tem sérias dificuldades em aceitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bars, S. L. (12 de setembro de 2007). Peut-on démolir des églises ? *Le Monde*. Acesso em 28 de setembro de 2007, disponível em http://www.lemonde.fr/societe/article/2007/09/12/peut-on-demolir-des-eglises_954168_3224.html

Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura. Documentos de barbárie (escritos escolhidos)*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.

Bourdin, A. (1984). *Le patrimoine réinventé*. Paris: PUF.

Bresson, M. (2014). La participation : un concept constamment réinventé. Analyse sociologique des enjeux de son usage et de ses variations. *Socio-logos*. Acesso em 6 de outubro de 2015, disponível em <http://socio-logos.revues.org/2817>

Chiricure et al., S. (2011). Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa's cultural heritage sites. Em E. Waterton, & S. Watson, *Heritage and Community Engagement. Collaboration or Contestation?*(pp. 38-49). Nova Iorque: Routledge.

Choay, F. (1992). *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.

de Certeau, M. (1974). *La culture au pluriel*. Paris: Union Générale d'Éditions.

Gaillard, B., & Rodwell, D. (2015). A Failure of Process? Comprehending the Issues Fostering Heritage Conflict in Dresden Elbe Valley and Liverpool — Maritime Mercantile City World Heritage Sites. *The Historic Environment: Policy & Practice*, 1(6), 16-40.

- Graham, B., Ashworth, G. J., & Tunbridge, J. E. (2000). *A Geography of Heritage. Power, Culture & Economy*. Londres: Oxford University Press.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- Jeudy, H.-P. (1990). *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Jeudy, H.-P. (2001). *La machinerie patrimoniale*. Paris: Sens & Tonka.
- Le Goff, G. M. (2009). La polémique autour de la démolition des églises : le cas du Maine-et-Loire. *In Situ - Revue des patrimoines*. Acesso em 3 de outubro de 2015, disponível em <http://insitu.revues.org/5563>
- Martin-Granel, N. (1999). Malaise dans le patrimoine. *Cahiers d'Etudes Africaines*. [Prélever, exhiber. La mise en musées], XXXIX(3-4), 487-510.
- Peixoto, P. (2003). Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia*(13), 211-226.
- Peixoto, P. (2006). *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano Português*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Sociologia.
- Singh, J. P. (2014). Cultural Networks and UNESCO: Fostering Heritage Preservation Betwixt Idealism and Participation. *Heritage & Society*, 1(7), 18-31.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge.
- TNS Sofres. (25 de julho de 2007). *L'avenir des églises* | TNS Sofres. Fonte: TNS Sofres: <http://www.tns-sofres.com/etudes-et-points-de-vue/lavenir-des-eglises>

(Página deixada propositadamente em branco)

PATRIMONIO CULTURAL, GEOGRAFÍA Y TURISMO: LA CIUDAD COMO DESTINO DE TURISMO CULTURAL

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_9

RODOLFO BERTONCELLO⁶⁷

LA PRÁCTICA TURÍSTICA, CAMBIOS Y PERMANENCIAS

Existe hoy un amplio consenso en considerar al turismo como una práctica de gran relevancia. Sin desconocer importantes antecedentes, suele aceptarse el contexto de la Segunda Post-guerra Mundial como un punto de inflexión que instaura un acelerado y permanente crecimiento del turismo, expresado tanto en el volumen de turistas como en la actividad económica asociada al mismo (Vera 1997, Pearce 1986). La consolidación y expansión de las denominadas sociedades de consumo y bienestar, la disponibilidad de mayor tiempo libre y la facilitación de los viajes y traslados de un lugar a otro, han sido señalados como los principales factores que han contribuido a este crecimiento de la práctica y a su difusión entre grupos sociales cada vez más diversos y numerosos (Meethan 2001).

Más allá de este reconocimiento, resulta significativo destacar los estrechos vínculos existentes entre las condiciones sociales y la forma en que se realiza y justifica la práctica turística. Así, en el precitado contexto de expansión del consumo y bienestar que caracterizara a las sociedades desarrolladas durante gran parte de la segunda mitad del siglo XX, el turismo se expresó en modalidades predominantemente masivas orientadas hacia destinos de sol y playa y legitimados por argumentos de restauración de la mano de obra y recompensa por la participación en el mercado de trabajo. Flujos

67. Investigador independiente de CONICET en el Instituto de Geografía de la UBA. Profesor titular del Departamento de Geografía de la UBA. E.mail: bertoncello.rodolfo@gmail.com.

turísticos masivos y concentrados hacia pocos lugares de destino, han sido la imagen paradigmática de esta modalidad turística.

Ya desde las últimas décadas del siglo XX se reconocen cambios importantes en esta forma de organización de la práctica turística, que continúan hasta la actualidad. La masificación y estandarización de los viajes han sido cuestionados ya sea por las transformaciones en las formas de participación en los mercados laborales (que ponen en tensión las vías de acceso al turismo y su justificación social), como por la consolidación de pautas de consumo que se alejan de estas modalidades para valorar cada vez más la diferenciación y especificación. El crecimiento del turismo deja de depender de la incorporación de nuevos grupos sociales, para ir recayendo cada vez más en la multiplicación de prácticas a lo largo del tiempo (los viajes breves reiterados a lo largo de todo el año compiten cada vez más con las clásicas vacaciones de verano), y del espacio (multiplicando los lugares de destino), en gran medida orientadas a ser realizadas por los mismos individuos. De esta forma, más lugares, más atractivos y más modalidades o formas de realizar turismo, se van incorporando a la práctica, consolidando su tendencia al crecimiento (Meethan 2001, Cohen 2005).

Este crecimiento del turismo, a su vez, se apoya fuertemente en la instauración de condiciones tecnológicas y organizacionales que facilitan el desplazamiento de los turistas desde un lugar a otro. En la medida en que el turismo es una práctica que implica necesariamente un desplazamiento territorial, la consolidación a escala global de redes de todo tipo constituye un sustrato fundamental para este crecimiento, en tanto permiten la circulación de capital, bienes, personas e información de manera más fluida, segura y económica, sin que esta afirmación implique desconocer las marcadas desigualdades que estas redes muestran entre sí y en su despliegue territorial (Bertoncello 2002).

Pero el desplazamiento turístico exige, al mismo tiempo, la existencia de diferencias entre lugares de origen y destino, que motiven y justifiquen el desplazamiento. En efecto, el turista se desplaza desde su lugar de origen buscando satisfacer distintos intereses y objetivos, pero más allá de su diversidad, siempre estará presente el hecho de que esto sólo puede llevarse a cabo o satisfacerse en otro lugar. La precitada diversificación de la práctica turística que hoy se reconoce reside, precisamente, en una sintonía cada vez más fina entre intereses diversos y multiplicidad de ofertas que se orientan a satisfacerlos (Vera 1997).

De este modo, hoy el turismo se inscribe plenamente en un orden social al que denominamos globalización, en el que conviven tendencias a la homogeneización y a la diferenciación, tanto social como territorial. Al tiempo que las primeras facilitan y promueven la circulación de los turistas entre los puntos más diversos del planeta, las segundas instauran las condiciones que hacen necesaria esta circulación (acceder a *otro* lugar), al tiempo que también diferencian entre sí a quienes circulan, según el lugar al que se dirigen, la modalidad por la que optan o la forma en que realizan su práctica turística (Meethan 2001).

TURISMO CULTURAL, UNA MODALIDAD EN TRANSFORMACIÓN

El turismo cultural es hoy una modalidad en clara expansión, como lo evidencia la multiplicación de productos y destinos turísticos que se organizan en torno a atributos que, genéricamente y con una notable heterogeneidad, recurren a la cultura como atractivo capaz de concitar la mirada de los turistas (Barreto 2007).

El interés por las manifestaciones culturales no es algo nuevo en el turismo, como lo demuestra el hecho de que entre los primeros viajes organizados de turismo por Thomas Cook a mediados del siglo XIX, se encuentran los que tuvieron como destino las exposiciones universales de París y Londres. El término turismo, inclusive, deriva del nombre que recibía el viaje que jóvenes de la aristocracia y naciente burguesía realizaban ya en el siglo XVIII, para recorrer los lugares de las civilizaciones de la antigüedad, entre ellos Grecia, Roma o Florencia, y que recibía el nombre de *Grand Tour*, con el fin de completar su educación.

Durante el período de gran crecimiento del turismo en la segunda mitad del siglo XX, el turismo cultural mantuvo su presencia aunque muy por detrás del dominante turismo de sol y playa. Ya fuese realizado en forma individual e independiente (por quienes preferían denominarse viajeros más que turistas, cargando a este último término de una impronta negativa), o ya fuese dentro del formato estandarizado del “paquete turístico”, lo cierto es que fue una práctica importante que llevó a grandes contingentes de turistas a lugares paradigmáticos de la cultura universal, donde poder conocer y disfrutar los productos más significativos, valorados fundamentalmente por su carácter de bienes únicos y expresiones excepcionales del genio y labor humanos.

Estas formas tradicionales de turismo cultural tuvieron dos pilares que resultaron fundamentales para comprender el fenómeno y sus características. Por una parte, se orientaron al conocimiento de atractivos propios de la denominada “alta cultura”, a las expresiones del arte y la arquitectura del poder, a aquellos bienes cuyo conocimiento era valorado como parte de una educación integral, cuyo conocimiento ya estaba jerarquizado por los sistemas educativos y era requisito para la inclusión en grupos sociales acomodados, en tanto expresaban valores de pertenencia social y cultural. Por otra parte, el turismo se justificaba en la asunción de que aquello que resultaba atractivo era, al mismo tiempo, auténtico, es decir, era lo que decía ser y lo era de manera unívoca y sin mediaciones. De este modo, la visita al Louvre era, por ejemplo, una práctica obligada para quienes practicaban este tipo de turismo, no sólo porque allí se encontraban las pinturas más significativas de la cultura occidental, sino porque sólo allí se podían observar en sus versiones originales. Las grandes ciudades de Europa, ya fuesen aquellas que atesoraban reliquias de la antigüedad o de la historia cristiana, ya fuesen las que expresaban la magnificencia de las capitales imperiales (como París, Viena o Londres), se contaron entre los destinos más visitados por este tipo de turista.

Estos destinos y atractivos dominantes del turismo cultural fueron siendo paulatinamente complementados por el interés por conocer las expresiones artísticas de otras culturas, interés atravesado en gran medida por el carácter exótico que se asignaba a sus productores. Ya presente entre los primeros viajeros que visitaban Egipto en las últimas décadas del siglo XIX, este interés por las manifestaciones culturales auténticas y únicas se imbricaba fuertemente con el atractivo producido por pueblos y sociedades que resultaban extraños y ajenos, dando lugar a un distanciamiento que permitía definir a “los otros” como atractivos y objetos de interés. Esto último, por cierto, era convenientemente “domesticado” a través de los servicios de hotelería, transporte o guías provistos a la manera occidental, permitiendo de este modo asegurar el mantenimiento de las distancias y, de alguna manera, la sensación de seguridad entre los turistas.

Estas formas dominantes de turismo cultural van a verse fuertemente modificadas a partir de las últimas décadas del siglo XX hasta la actualidad, acompañando las transformaciones ya señaladas en el título precedente, pero mostrando especificidades vinculadas con los cuestionamientos a sus principales pilares de sustentación: el interés por lo auténtico, por las expresiones de la “alta cultura”, y por lo exótico y distante.

Los cuestionamientos a la autenticidad pueden rastrearse en un primer conjunto de advertencias acerca de la “falsificación” de los atractivos y de la propia experiencia, que en gran medida entronca con las críticas al carácter mercantil del turismo (Santana 1997). En efecto, se observa que de la mano de la masificación del turismo se consolidan ofertas donde los atractivos no logran certificar su autenticidad, en tanto suelen ser acondicionados o preparados para su consumo turístico. Esto se denuncia como problemático y se advierte sobre la necesidad de superación, al tiempo que suele culparse a los intereses económicos como los responsables de estas desviaciones. Son, en este sentido, clásicos los reclamos y advertencias acerca de, por ejemplo, los *souvenirs* de viajes a lugares exóticos, que han sido fabricados en serie en los grandes centros manufactureros.

Sin desconocer lo precedente, otras voces van a cuestionar este carácter “inauténtico” del turismo, poniendo en el eje de la discusión a la experiencia turística, más que a sus atractivos (Mac Cannell 2001, 2003). Desde estas perspectivas, la autenticidad no reposaría en los atributos en sí de los atractivos, sino en la experiencia vivida por los turistas (y por quienes les ofrecen sus servicios), quienes, aún concientes del carácter artificial que podrían tener dichos atractivos, valoran su experiencia como tal. Desde estas lecturas, no tiene sentido advertir acerca del carácter artificial de las danzas con que en Hawai se recibe a los turistas, pues tanto danzarines como turistas saben que participan en una representación de cuyo carácter y objetivos turísticos son concientes. Más allá de posiciones y argumentos, interesa aquí destacar que esta forma de repensar la autenticidad del hecho turístico va a permitir colocar en un lugar destacado a la *experiencia turística* en sí misma, algo que con el tiempo adquirirá creciente importancia.

A lo anterior se suman también los cuestionamientos a la idea misma de autenticidad y al desdibujamiento de sus valores frente a la copia. En un contexto donde las grandes narrativas son puestas en tela de juicio, y donde la copia pasa a ser multiplicada con perfección técnica hasta niveles insospechados previamente, al tiempo que los originales son reutilizados y puestos en nuevos contextos por la publicidad, las industrias culturales o el diseño, las motivaciones que llevaban a los turistas a querer acceder a esos originales se desdibujan y pierden su carácter perentorio (Meethan 2001). El cuestionamiento a la autenticidad arrastra también al carácter único y excepcional con que se cargaba al atractivo en el turismo cultural tradicional; si no sólo ya no se puede certificar la autenticidad del atractivo, sino

que incluso la copia comienza a tener igual valor, entonces ¿qué justifica hacer turismo para acceder a él?

El contexto social y cultural antes señalado, que en términos generales puede designarse como postmoderno, también va a dar lugar a cuestionar el énfasis en los atractivos turísticos expresivos de la alta cultura, para habilitar un creciente interés por otras manifestaciones culturales, que en forma paulatina e impulsado en gran medida por objetivos económicos, va a convertir en atractivos turísticos a un número enorme de expresiones culturales, que se tornan dignas de interés y, como tales, son ofrecidas a los turistas (Barreto 2007). Esto es lo que acontece, en forma notable, con las expresiones de la cultura popular, cuya diversidad y multiplicidad rompe con el monopolio que tenían las raras o “escasas” manifestaciones de la alta cultura que antes atraían a los turistas; fiestas y tradiciones populares o religiosas, hábitos o costumbres, se convierten de este modo en atractivos cada día más convocantes para el turismo. Más aún, el distanciamiento que antes aparecía como requisito necesario para observar “a los otros” se va desdibujando al punto de convertir en atractivas hasta las manifestaciones culturales más próximas al turista, que parece ya interesarse por todo.

De este modo, se llega a una situación como la actual, en la que prácticamente todas las manifestaciones culturales pueden ser, y de hecho muchas de ellas lo son, objeto de interés turístico. Sin importar demasiado ni la autenticidad ni la excepcionalidad, disolviendo distancias y abarcando lo más diverso, el turismo cultural hoy desdibuja fuertemente las diferencias entre lugares y sociedades de origen y de destino, en lo que aparece como una contradicción respecto de esta condición primera de la práctica turística.

Algunos autores han abordado estas cuestiones en el marco del reconocimiento de la existencia de diversos tipos de turistas, señalando que quienes se abocan a las distintas formas de turismo cultural serían individuos convocados por los más diversos atractivos, sin importar sus jerarquías, autenticidad o excepcionalidad. Entre ellos, Cohen (2005) denomina post-turistas a estos individuos interesados más por la ruptura respecto de su cotidianidad y, más aún, por la distinción social que el viaje les otorga en sus contextos de origen, que por los atractivos culturales que disfrutaban en los lugares a los que se dirigen como turistas. Para éstos, no importa la autenticidad (en tanto reconocen que, en último término, esta no sería más que “un discurso más”), ni los supuestos valores artísticos o históricos presentes, sino la experiencia vivida en su disfrute y durante la estadía.

Las características que hoy muestra el turismo cultural son, claramente, acordes al contexto social general en el cual la práctica se lleva a cabo. Denominaciones genéricas como la de turismo post-fordista o turismo de nichos aluden a esta condición, en la medida en que permiten reconocer que atributos tales como la multiplicación de atractivos y destinos, asociados a productos turísticos heterogéneos y muy orientados a los gustos y preferencias de consumidores específicos, por ejemplo, replican en esta práctica lo mismo que sucede en el consumo de otros bienes y servicios en las sociedades actuales. El acceso a estos tipos de consumo específicos es, al mismo tiempo, una vía de diferenciación y distinción social en la cual el turismo también participa activamente; en este sentido, la práctica de turismo cultural otorga a quienes la realizan una pátina de jerarquía y distinción frente a quienes “aún” optan por otras ofertas banalizadas como las del turismo de masas de sol y playa, lo que provoca o refuerza nuevas formas de estratificación social vigentes en la actualidad.

LUGARES Y ATRACTIVOS TURÍSTICOS. EL ROL DEL TERRITORIO

Las nuevas formas que adquiere la práctica de turismo cultural en la actualidad otorgan al territorio un papel aún más destacado. Aunque ya se ha señalado que la diferenciación territorial es un componente constitutivo necesario del turismo, esta diferenciación depende cada vez menos de la existencia de atributos que están ya presentes en un lugar y tienen condiciones excepcionales para convertirse en atractivos para los turistas, para ser el resultado de múltiples acciones que promueven esta diferenciación, llevadas a cabo por actores sociales con fines específicos. A modo de ejemplo, cabe señalar que si lo que atrae al turista cultural es la presencia de un atractivo de carácter único como el Coliseo, Roma será el único destino turístico en condiciones de satisfacer este interés; si en cambio lo que atrae la mirada de los turistas son ahora las diversas expresiones de la cultura popular, es evidente que múltiples lugares podrán ser visitados como destinos turísticos en los cuales conocer y disfrutar de estas expresiones. Más aún, si las cualidades intrínsecas de los atractivos turísticos se desdibujan y quedan por detrás de la valoración de la experiencia turística en sí, los potenciales lugares donde realizarla serán más numerosos todavía. Como ya hemos señalado, hoy estas últimas alternativas han cobrado mayor presencia.

La explosión o “inflación” de lugares de destino turístico a la que se asiste actualmente es, en gran medida, resultado de lo precitado. En la medida en que las motivaciones de los turistas se multiplican y diversifican, se ofrecen productos específicos que responden a cada uno de ellos, en diferentes lugares. El mapa del turismo cultural tradicional, caracterizado por pocos lugares de destino hacia los que convergían masivos flujos de turistas, se ve hoy modificado en tanto se observa que a estos rasgos se suma la multiplicación de nuevos destinos hacia los que se dirigen flujos turísticos menos masivos pero más numerosos y específicos.

Reconocer esta explosión de lugares de destino turístico conlleva la pregunta acerca de cuáles son las condiciones específicas que ellos presentan para convertirse en tales, en la medida en que, si bien las tendencias actuales del turismo cultural habilitan a que muchos lugares puedan ser destinos de turismo cultural, no todos lo son. La respuesta tradicional a esta pregunta ha puesto énfasis en la existencia, en dichos lugares, de atributos que tienen en sí mismos condiciones para convertirse en atractivos y, de este modo, motivar la visita turística; el desarrollo y adecuación de las técnicas de detección, adecuación y gestión de estos atributos ha estado entre los contenidos nucleares de la formación de especialistas en turismo, y ha dado lugar a una voluminosa literatura (Sancho, 1998).

Sin embargo, los lugares no son sólo “contenedores” de atributos potencialmente valorizables para el turismo, sino también ámbitos de intervención de actores sociales concretos que, en su accionar, pueden participar activamente en la selección de algunos lugares frente a otros. Así, por ejemplo, de entre los múltiples lugares donde existen manifestaciones de cultura popular pasibles de convertirse en atractivos turísticos, sólo se convertirán en destinos turísticos aquellos donde estas manifestaciones sean activadas en función de objetivos concretos de quienes intervienen en esto. Esto conduce a que la pregunta precedente requiera, para ser respondida adecuadamente, incluir no sólo la consideración de los atributos preexistentes en el lugar, sino también el análisis de las acciones y actores involucrados en la transformación de un lugar, en *lugar de destino turístico*.

Cada lugar de destino del turismo cultural está caracterizado por la presencia de algún atributo que se valora como atractivo. Cuáles son estos atributos y cómo han llegado a ser atractivos son preguntas que encuentran elementos de respuesta en el análisis de las estrategias que diversas investigaciones vienen reconociendo como paradigmáticas, sin que esto implique desconocer las especificidades que adquieren en cada caso.

Una de estas estrategias implica un conjunto de acciones de *acondicionamiento* del lugar para la definición de sus atractivos y la provisión de condiciones para su disfrute. Mientras todo lugar se caracteriza por poseer una multiplicidad de atributos que le son propios y lo singularizan, sólo algunos de estos rasgos resultan atractivos para el turismo; las acciones de acondicionamiento se orientan, precisamente, a poner en destaque estos rasgos y hacerlos accesibles a los turistas. Se trata de diversas acciones vinculadas con la adecuación material, como por ejemplo la construcción de accesos, lugares de exposición o ámbitos de interacción, que conllevan transformaciones en la configuración espacial de dichos lugares; una presencia muy significativa tienen aquí los procesos de estetización y embellecimiento, en tanto la visión es una función privilegiada en el turismo (Crang 1999, Crouch y Lübbren 2003). Se trata, asimismo, de acciones vinculadas con la construcción de narrativas que orientan la lectura e interpretación de lo que se observa o experimenta, haciendo que “digan” lo que se espera; carteles, guías y folletos suelen ser los instrumentos utilizados para esta construcción, contribuyendo a que los turistas vean sólo aquello que son inducidos a ver (lo que, por cierto, no siempre se logra).

El acondicionamiento del lugar para el turismo involucra, de este modo, su transformación en función de aquello que resulta significativo para el turismo, lo que refuerza su singularidad. Al mismo tiempo, la práctica turística requiere la provisión de un conjunto de servicios y equipamientos para que pueda llevarse a cabo, los que se inscriben en una lógica de homogeneización que en gran medida es contradictoria a la primera. De este modo, el lugar se reinscribe en la tensión entre diferenciación y homogeneización, en función de su rol turístico. De esto deriva la sensación contradictoria que, en muchos casos, atraviesa a los turistas cuando disfrutan de los atractivos de un lugar determinado, al tiempo que utilizan los servicios habituales convenientemente acondicionados para parecer autóctonos.

Las estrategias de acondicionamiento turístico de los lugares implican una selección y jerarquización de atributos que, evidentemente, no es neutra, en la medida en que establece nuevas diferencias respecto de los individuos y grupos sociales a quienes dichos atributos representan. En el caso del turismo cultural esto suele ser particularmente conflictivo, ya que tratándose de atributos que remiten a identidades y adscripciones sociales, su incorporación a la lógica turística y su adecuación a los fines e intereses turísticos, no siempre coincide con los sentidos o significados que los locales le atribuyen.

Las acciones de acondicionamiento son, también, instancias de intervención de los diferentes actores sociales, que participan en ellas tomando decisiones de acuerdo a sus propios objetivos y expectativas respecto del turismo. Los actores económicos tienen aquí un papel destacado, en la medida en que la oferta turística involucra un conjunto de actividades vinculadas con los negocios; el acondicionamiento turístico, por lo tanto, estará atravesado también por estos intereses. Pero también están presentes intereses políticos, corporativos o sociales diversos, cada uno de ellos interesado en que el lugar turístico resulte funcional a sus objetivos. Las manifestaciones culturales que los turistas observan y disfrutan son el resultado de todo esto.

Otra estrategia muy presente en los procesos de valorización de lugares para el turismo cultural es su *tematización*. Se entiende por tematización al proceso de construcción de una narrativa específica en torno a un tema, articulada a un conjunto de constructos que, fijos en el territorio, permiten que ese lugar sea asociado con dicho tema, que se torna apelativo para los turistas convocándolos a visitar ese lugar. La tematización suele recurrir a la historia o a hechos del pasado o de la cultura local, que se concretan en un ámbito específico permitiendo que los turistas lo conozcan y vivencien (Boyer 2004; en general Gottdiener 2001). Los relictos materiales vinculados con el tema convocante suelen constituir la base material sobre la que se construye esta estrategia, aunque la misma puede recurrir, en caso de no existir tales relictos, a la réplica y recreación de los mismos, o incluso a la ficción más o menos explícita, como sucede con los denominados “parques temáticos”.

La tematización permite, por una parte, otorgar especificidad y relevancia a un lugar, en la medida en que torna visible un rasgo que, de otro modo, sería simplemente uno más de una larga lista que, con el paso del tiempo, los desdibuja y confunde. Es lo que sucede, por ejemplo, en ciudades de América que fueron puerta de entrada de grandes contingentes migratorios, que hoy ofrecen con fines turísticos una tematización de la migración, articu-

lando hechos históricos con constructos representativos de los mismos, y en los cuales se recrean condiciones para vivencias asociadas al tema.

Por otra parte, la tematización habilita la diferenciación entre lugares que comparten muchos atributos comunes, que sin embargo se asignan sistemáticamente a cada uno de ellos. Ejemplo modélico de esto es la declaración de un lugar como “la capital nacional de...” que estructura un conjunto de atributos y actividades vinculadas con este rasgo, que si bien están ampliamente difundidas en muchos otros lugares, cobran de este modo concreción sólo en este.

Otra de las estrategias es el recurso al *patrimonio* como atractivo turístico. Si bien la cuestión del patrimonio y los mecanismos que conducen a su activación exceden ampliamente las cuestiones que aquí se abordan, es importante señalar que el uso turístico del patrimonio representa una estrategia de primer orden en la definición de lugares para el turismo cultural, en tanto el mismo constituye un apelativo de gran convocatoria entre los turistas, en especial aquel patrimonio que ha sido instituido como tal por nóminas de prestigio, como sucede con el Patrimonio de la Humanidad de UNESCO (Almirón, Bertoncello y Troncoso 2006).

El uso turístico del patrimonio conlleva una positividad ampliamente aceptada, ya sea porque el turismo contribuye a la valoración y disfrute del mismo, como porque el patrimonio instituido, representa un recurso al que potencialmente recurrir para activar procesos de desarrollo y mejoramiento de la calidad de vida de quienes lo poseen. Sin embargo y más allá de esto, el uso turístico del patrimonio puede conllevar conflictos no sólo por los riesgos para su preservación derivados de este uso, sino también por los problemas que se asocian a las discrepancias que suelen aparecer entre sus dimensiones identitarias (fundamentales para su definición como patrimonio) y los intereses turísticos, sean éstos los de los turistas (que muchas veces los valoran desde otras perspectivas) o los de actores económicos o políticos, que ven en su puesta en valor turístico oportunidades para realizar sus objetivos (Graham, Ashworth y Tunbridge, 2000).

Para concluir, conviene volver a la caracterización del turismo cultural en la actualidad, en la que se puso en evidencia la multiplicidad de atractivos y lugares de destino, para reconocer la importancia que estas estrategias tienen en los procesos de definición de productos y destinos turísticos. Ellos permiten comprender la transformación -antes aludida- del mapa turístico a escala global.

Las ciudades son destinos relevantes para el turismo cultural, algo que en absoluto es novedoso; en efecto, ciudades como Roma, París o El Cairo son destinos del turismo cultural privilegiados desde hace largo tiempo, en la medida en que cuentan con acervos artísticos, condiciones históricas o actividades culturales relevantes (Vera, 1997; Pearce, 1986). Sin embargo, y acompañando las precitadas tendencias y transformaciones del turismo cultural, en las últimas décadas se observa la incorporación de un gran número de ciudades que, sin contar con estas condiciones excepcionales, también se han convertido en destinos turísticos. Ofrecen a los turistas un conjunto de atractivos y productos que, si bien son singulares y propios de cada una de ellas, comparten rasgos básicos comunes a muchas, sin con esto perder su condición de interés para los turistas (Judd y Fainstein 1999, Page 1995; Selby 2004).

Los señalamientos presentados al inicio de este capítulo permiten comprender estos cambios desde la óptica de la práctica turística. A ellos deben sumarse los vinculados con las transformaciones que experimentan los propios centros urbanos. En la articulación de ambos conjuntos pueden establecerse las condiciones de posibilidad para el actual desarrollo del turismo cultural en las ciudades.

En relación a estas transformaciones urbanas, puede decirse aquí, en forma sintética, que ellas se inscriben en tendencias estructurales que han afectado sus roles y funciones tradicionales, en el contexto de la profunda reconfiguración en los órdenes más diversos asociada a las denominadas sociedades postindustriales o capitalistas avanzadas (Jameson 1995, Harvey 1998). La búsqueda de nuevas funciones que permitieran superar los contextos de crisis y decadencia detectados, ha sido el común denominador de un conjunto de medidas que, muchas veces encuadradas en prácticas y discursos vinculados con la planificación estratégica y el *city-marketing*, han buscado dotar a las ciudades decadentes de nuevas condiciones que contribuyeran a superar este contexto negativo (Smith, 1996). En el marco de la intensa competencia y homogeneización de las tendencias dominantes en el contexto global, estas medidas y apuestas han procurado reposicionar a cada ciudad en un lugar destacado recurriendo, en gran medida, a la valorización de sus especificidades. La prioridad dada a los servicios

en general, y entre ellos a los turísticos, ha sido un núcleo de estas medidas (Britton, 1991).

Necesidades a ser superadas derivadas de situaciones de crisis, se suman a las tendencias del turismo cultural para convertir a las ciudades en lugares privilegiados para esta práctica. Las estrategias que se han presentado en el título anterior se reconocen en la mayoría de los denominados *casos exitosos* de turismo cultural en las ciudades; el recurso al patrimonio, junto con la construcción de íconos y tematizaciones, han estado a la orden del día articulados con procesos de renovación, refuncionalización o rejuvenecimiento (gentrificación), teniendo los casos de ciudades como Bilbao, Baltimore o Barcelona como ejemplos paradigmáticos a imitar (Harvey 1998, Harvey 2002).

En el caso específico de las grandes ciudades, la disponibilidad de complejos entramados culturales vinculados a sus procesos de poblamiento o a sus actividades productivas, a los hechos políticos y sociales que en ellas acontecieron, en gran medida materializados en sus construcciones y monumentos, sus barrios y sus lugares cargados de significados, contribuyen en la producción de ofertas de turismo cultural que recurren a ellos como si fuesen materias primas seleccionadas y acondicionadas para su consumo turístico. Ejemplo paradigmático de esto es lo que sucede con los antiguos equipamientos portuarios, presentes en muchas de estas ciudades e igual de obsoletos debido a las imposiciones del cambio tecnológico, son objetos de intervenciones que al tiempo que los restauran les otorgan nuevas funciones, los ponen a disposición de nuevos residentes y los acondicionan con criterios estéticos que mezclan lo específico de cada caso con elementos de homogeneidad, transformándolos de este modo en objetos para el consumo turístico, ya sea como atractivos a ser vistos y conocidos, ya como ámbitos propicios para la consumación de una experiencia turística que, en muchos casos, consiste en estar y recorrer, en observar a los demás turistas y habitantes, o en hacer lo mismo que ellos.

Los procesos de patrimonialización juegan un papel fundamental en estos productos y lugares para el turismo, en tanto legitiman mediante criterios expertos los procesos de selección y preservación de partes de una totalidad indiferenciada, que se tornan identificables y luminosas a partir de su inclusión en elencos patrimoniales (y su consecuente separación de esa totalidad indiferenciada), convirtiéndose así en atractivos turísticos muchas

veces tematizados recurriendo a los mismos argumentos que justificaron la patrimonialización.

Las diferencias y diversidades propias de toda metrópoli, expresadas en sus barrios y sus funciones, en sus costumbres e idiosincrasia, también proveen elementos para el consumo del turismo cultural. La pobreza y la opulencia integran la oferta de atractivos propios de los *villa o favela tours* como de los *city tours*, espectáculos del circuito internacional o festivales barriales son incluidos en guías y páginas web de turismo y ofrecidos a los visitantes. La tematización de la ciudad en función de sus historias y su literatura, de sus leyendas o su vida cotidiana, permiten la multiplicación de atractivos y experiencias enriquecedoras para quienes la visitan. Las ciudades se convierten, de esta manera, en lugares privilegiados por las nuevas tendencias del turismo cultural.

Estas tendencias se observan claramente también en diversas ciudades de la Argentina, donde en el contexto de una explícita apuesta al turismo,⁶⁸ primero en la ciudad de Buenos Aires y luego y en forma paulatina en distintos centros urbanos del interior, se puede observar cómo el turismo se instala como una práctica presente y una actividad que genera expectativas de crecimiento económico y desarrollo.

El caso de la ciudad de Buenos Aires es paradigmático en este sentido, en tanto ha visto un notable crecimiento del turismo, particularmente a partir de inicios del siglo XX. Hoy la ciudad ofrece a los turistas un conjunto de atractivos que coinciden con los valorados por el turismo cultural actual; la intrincada y compleja coexistencia de rasgos de homogeneidad globalizada junto a otros peculiares y propios, se encuentra en el núcleo de su atraktividad turística. Ellos resultan, en parte, de la complejidad de la vida cotidiana de la gran ciudad y, en parte, son el resultado de diversas políticas públicas que se orientaron a la revitalización económica, el rescate patrimonial o la legitimación política. Ejemplos de esto son las medidas de preservación y acondicionamiento tomadas en el Centro y barrio de San Telmo, el acondicionamiento del sector de Caminito y Vuelta de Rocha en el barrio de La Boca, la refuncionalización de Puerto Madero o la tematización del barrio

68. La que se evidencia, por ejemplo, en la promulgación de la Ley Nacional de Turismo N° 25.997, la formulación e implementación del Plan Federal Estratégico de Turismo Sustentable (PFETS) por la Secretaría de Turismo de Nación en 2005, o la jerarquización al rango de Ministerio de esta última.

de La Recoleta como emblema de la ciudad europea y cosmopolita (Bertocello y Troncoso, 2013).

La ciudad convertida en un escenario para ser mirado y admirado por los turistas va incluyendo cada vez más fragmentos de su totalidad cotidiana, garantizando la oferta de nuevos productos y el mantenimiento de su atractividad. Pero este escenario que se disfruta mediante su visita y recorrido, es también un lugar donde los turistas realizan prácticas próximas a su cotidianeidad pero que se especifican y distinguen, precisamente, por el ámbito donde ellas ocurren, convenientemente embellecido y tematizado. La ciudad también ofrece su propia cotidianeidad al consumo de los turistas, quienes valoran esta posibilidad de realizar actividades que reconocen como propias de las ciudades modernas y pujantes, pero que se llevan a cabo en contextos singulares y específicos de esta ciudad. Muestra de esto es la amplia aceptación de la oferta de servicios culturales o gastronómicos, muchos de ellos inscriptos en una matriz patrimonial, de los que hacen uso los turistas que visitan la ciudad.

Otras ciudades se han ido incorporando a esta oferta de turismo cultural, a partir de la activación de sus especificidades y la organización de la oferta de servicios turísticos concomitante. Pueden citarse, sólo como ejemplos, la apuesta al rescate patrimonial realizada en la ciudad de Córdoba, que se consolida con la declaración de la Manzana y Estancias Jesuíticas como Patrimonio de la Humanidad por UNESCO, o la que se ha llevado a cabo en la ciudad de Salta a partir del acondicionamiento y tematización de su centro histórico vinculado al pasado colonial.

CONCLUSIONES

Lejos en el pasado parecen haber quedado las propuestas de turismo cultural concentradas en unos pocos atractivos vinculados a la alta cultura, y a los pocos lugares de destino donde estos se encontraban. Hoy el turismo cultural muestra su interés por las expresiones culturales más diversas, y las encuentra en una multiplicidad de lugares. Como resultado de esto, puede decirse que el turismo cultural integra en plenitud las redes del turismo global actual.

Este *turismo global* se sostiene por la existencia de redes que articulan lugares de manera eficiente y los integran bajo un manto de homogeneización.

Los sistemas de transporte y comunicación, de gestión de servicios de todo tipo, dan soporte al desplazamiento de personas, bienes, capital o información, que hacen posible la práctica turística, permitiendo viajes y desplazamientos para el disfrute de todo aquello que la motiva.

Pero al mismo tiempo en que acontece esta integración y homogeneización, el turismo requiere de la recreación constante de diferencias y singularidades que, cargadas de maneras desiguales en los distintos lugares, sostengan la motivación del viaje, esto es, conocer lo diferente. El turismo cultural tal como hoy se lo practica juega un papel fundamental, en la medida en que habilita la reproducción amplia y constante de estas diferencias en múltiples lugares. La imagen de una totalidad que se sustenta en la coexistencia de homogeneidad y diferenciación es, sin dudas, potente para comprender el turismo cultural en la actualidad.

La relevancia que el turismo muestra en la actualidad se expresa en la expansión y dinámica que acaba de caracterizarse, además de su manifestación en cifras de viajeros o flujos de inversión, ganancias o intercambios económicos. Interesa aquí destacar que esta relevancia es también evidencia del rol que el turismo ocupa en los procesos sociales generales, en los que participa y a los que contribuye a consolidar. Ya sea que se ponga énfasis en su condición de instancia de estímulo al consumo o de la redistribución de riquezas, a la incentivación de nuevas pautas de diferenciación y distinción social, o de legitimación de determinadas estructuras de poder o matrices culturales, lo cierto es que el turismo requiere, para su adecuada comprensión, que se lo analice en relación a todas estas cuestiones, superando las perspectivas que lo consideran en sí y en forma aislada del resto de las dimensiones sociales. Requiere, al mismo tiempo, que se superen los prejuicios respecto a esta práctica, que han limitado en muchas ocasiones, su estudio desde perspectivas interpretativas más significativas.

Evidencia de esto puede reconocerse en la forma en que son analizados los atractivos y lugares del turismo cultural. Las nuevas manifestaciones de esta modalidad tornan perentorio superar los análisis enfocados en la descripción de atractivos presentes en cada lugar, como si ellos fuesen atributos inherentes de dichos lugares, para indagar en los procesos concretos que llevan a que determinados rasgos de algunos lugares se conviertan en turísticos. ¿Cómo y porqué?, ¿quiénes o cuándo?, son preguntas cuyas respuestas requieren de investigaciones que, al tiempo que produzcan evidencias sobre el hecho analizado, se inscriban en matrices conceptuales fértiles

para su adecuada interpretación. Se espera que este capítulo contribuya en este sentido, aportando ideas y reflexiones que inviten a seguir transitando este camino.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRÓN, Analía, R. Bertoncetto y C. Troncoso. 2006. "Turismo, patrimonio y territorio. Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina", *Estudios y Perspectivas en Turismo* 15(2), 101-124.

BARRETTO, Margarita. 2007. *Turismo y cultura. Relaciones, contradicciones y expectativas* (Tenerife: ACA y Pasos).

BERTONCELLO, Rodolfo y Claudia Troncoso. 2013. "La ciudad como objeto de deseo turístico. Buenos Aires y Salta como destinos turísticos", *Actas de las XI Jornadas Cuyanas de Geografía y IV Congreso Nacional de Geografía de las Universidades Públicas* (Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo), s.p.

BERTONCELLO, Rodolfo. 2002. "Turismo y territorio. Otras prácticas, otras miradas". *Aportes y transferencias* 6(2), 29-50.

BOYER, M. C. 2004. "Ciudades en venta: la comercialización de la historia en el South Street Seaport", en M. Sorkin (ed.) *Variaciones sobre un Parque Temático. La nueva ciudad americana y el fin del espacio público* (Barcelona: Gustavo Gili), 205-230.

BRITTON, Stephen. 1991. "Tourism, capital, and place: towards a critical geography of tourism", *Environment and Planning, D Society and Space* 9, 451-478.

COHEN, Erik. 2005. "Principales tendencias en el turismo contemporáneo", *Política y Sociedad*, 42(1), 11-24.

CRANG, Mike. 1999. "Knowing, tourism and practices of vision", en Crouch, David (ed.) *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge* (London: Routledge), 238-256.

CROUCH, David y Nina Lübbren. 2003. *Visual cultural and tourism* (New Cork: Berg Publishers).

GOTTDIENER, M. 2001. *The Theming of America. American dreams, media fantasies and themed environments* (Oxford: Westview).

- GRAHAM, B., G. Ashworth and J. E. Tunbridge. 2000. *A Geography of heritage. Power, culture and economy* (London: Arnold Publishers).
- HARVEY, David. 1998. *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural* (Buenos Aires: Amorrortu).
- HARVEY, David. 2002. "The art of rent: globalization, monopoly and the commodification of culture", *Socialist Register*, 38, s.p.
- JAMESON, Frederic. 1995. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado* (Barcelona: Paidós).
- JUDD, D. y S. Fainstein. 1999. *The Tourist City* (New York: Yale University Press).
- MAC CANNELL, Dean. 2001. "Tourist Agency", *Tourist Studies*. 1(1), 23-37.
- MAC CANNELL, Dean. 2003 [1976]. *El turista. Una nueva teoría de la clase ociosa* (Barcelona: Melusina).
- MEETHAN, Kevin. 2001. *Tourism in global society. Place, culture, consumption* (New York: Palgrave).
- PAGE, Stephen. 1995. *Urban tourism* (New York: Routledge).
- PEARCE, Douglas. 1986. *Tourist development* (New York: Longman).
- SANCHO, Amparo (dir.). 1998. *Introducción al turismo* (Madrid: OMT, Organización Mundial del Turismo).
- SANTANA, Agustín. 1997. *Antropología y turismo. Nuevas hordas, viejas culturas?* (Barcelona: Ariel).
- SELBY, Martin. 2004. "Consuming the city: conceptualising and researching urban tourist knowledge", *Tourism Geographies* 6(2), 186-207.
- SMITH, Neil. 1996. "Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space", en S. Fainstein & Scott Campbell (eds), *Readings in Urban Theory* (Oxford: Blackwell Publishers), 338-358.
- VERA, J. Fernando *et al.* 1997. *Análisis territorial del turismo* (Barcelona, Ariel).

UN PATRIMONIO CULTURALE “NASCOSTO”. IL PARCO NAZIONALE DELLA SILA

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_10

MARINA FACCIOLI

LE ARTICOLAZIONI DELLA STORIA TERRITORIALE

Le tipologie presentate dalle configurazioni insediative locali come risultanti dei processi di aggregazione territoriale si sono ricondotte nella evoluzione dell'area silana alle storiche problematiche territoriali della regione calabrese e, per più versi, dell'intero Mezzogiorno.

Le condizioni ambientali e le dinamiche del lavoro e della cultura dei gruppi umani che in quelle terre hanno agito hanno progressivamente condotto alla definizione di individualità territoriali diversamente definite nel tempo, regioni o subregioni, i cui confini si sono tracciati nel quadro di situazioni umane, eventi politici spesso improntati da dinastie ecclesiastiche o baronali, processi economico-produttivi, dinamiche di integrazione socio-territoriale.

Da questo punto di vista possiamo guardare alla storia dell'Altopiano della Sila attraverso le metodologie dell'analisi toponomastica che, nel quadro di una grande, importante tradizione degli studi geografici ha studiato, alla luce dei nomi assegnati ai luoghi la natura della consapevolezza che gli abitanti si sono costruiti a vantaggio della propria comunità, sulla base delle proprie relazioni di appartenenza al medesimo luogo e, insieme, coerentemente con l'affermazione della propria individualità rispetto ad altri gruppi e altri luoghi, anche contigui.

Come già visto il nome odierno, assegnato alla Sila per caratterizzare una regione originariamente naturale, situata in un'area tipica della “penisola” calabrese coperta di boschi e foreste ha, insieme, definito una regione la cui

specificità è consistita in una “vocazione” economica costruita sulla pratica dell’uso produttivo del legname, già nota a geografi e cartografi greci e romani. Dunque, una individualità originale, precisamente delimitata come formazione nell’ambito della morfologia orografica regionale, il cui tipico paesaggio è costituito da un altopiano lievemente ondulato, solcato al proprio interno da direttrici rilevate ricoperte di boschi e frequentato essenzialmente da attività del pascolo e della pastorizia.

Di interesse essenziale, tuttavia, per l’acquisizione del significato delle funzioni territoriali della regione silana, oggi, sono ripartizioni territoriali di più fine lettura che, se hanno in più casi trovato riscontro in puntuali divisioni giurisdizionali come i comuni, tuttavia sono leggibili a diverse scale nella storia e nell’interpretazione delle azioni dei gruppi umani, nel lavoro di conquista e di sfruttamento delle risorse del suolo e nelle dinamiche relazionali fra diverse società locali.

Dunque le tradizionali “regioni” del territorio silano si sono costituite come insiemi di paesaggi tracciati nella natura e, insieme, nella storia culturale del territorio, con significati strategico-politici, naturalistici, sociali. Le vicende culturali delle popolazioni hanno progressivamente disegnato i confini di un ordine topografico-giurisdizionale in cui le aree comunali risultano come “esili e prolungate lingue di terra” (Gambi, 1965, p. 201) che risalgono, a ovest dalla valle del fiume Crati e a est dalla linea costiera ionica, lungo i fianchi dell’altopiano, secondo i tracciati disegnati dalle incisioni delle fiumare. Quelle partizioni amministrative esprimono la storia tradizionale di popolazioni che in quei luoghi hanno ripercorso diversi suoli e sperimentato vari assetti culturali, superando differenti limitazioni climatiche e vegetazionali, dalla collina a diverse altezze del bosco.

In età moderna le partizioni comunali hanno raccolto l’eredità di vicende antiche, segnando le coincidenze fra diversi ambienti e vicende dell’organizzazione impartita dalle società umane, a indicare la reciproca integrazione che le attività del lavoro producevano fra il mare e l’interno, in una continuità di intenti tradizionalmente rivolta a vincere le asperità dei terreni e la variabilità del clima, a sconfiggere la miseria, a produrre e incrementare coesione sociale.

A tale proposito le vicende dell’altopiano silano vennero fortemente condizionate nell’ambito delle vicende di istituzione dei “distretti” di Cosenza e Catanzaro, perché quelle vicende segnarono definitivamente il peso delle due città nel territorio regionale. Da un lato, infatti la Sila rappresenta-

va il nucleo primario del distretto cosentino, a fianco della valle del Crati, importante risorsa per il mercato del vicino capoluogo, grazie all'elevata fertilità dei terreni agricoli; dall'altro, nei versanti orientali dei rilievi pre-silani si costituì un contrafforte non solo ambientale ma di grande portata socio-culturale, fra il Crotonese e il Catanzarese, dove, a partire dal IX° secolo, con l'appoggio del monachesimo di provenienza orientale, andarono a raccogliersi le popolazioni dei paesi fondati dai Greci lungo le coste comprese fra i golfi di Sibari e Squillace.

Fra le età moderna e contemporanea le dinamiche di regionalizzazione locale sono state attivate sulla base di eventi e processi complessi, primi fra tutti quelli riconducibili alle grandi iniziative di riassetto del territorio agricolo, come le riforme fondiari e i grandi lavori di bonifica idraulica. Queste dinamiche, dunque, che hanno interessato fundamentalmente le potenzialità e le risorse della storia sociale del Mezzogiorno, hanno impresso altri ritmi e hanno accordato altre scale di intervento ai grandi processi di trasformazione territoriale, definendo le linee della attuale configurazione regionale dell'area silana. Conviene, a tale proposito, rifarsi alle caratteristiche strutture fondiari che si sono andate affermando nel nostro territorio, un ambiente a gestione estensiva e latifondistica, in parte organizzato da grandi aziende e dominato da rapporti tipicamente capitalistici, per l'altra parte impostato secondo complessi rapporti di origine tipicamente contadina, con imprese di minima entità, dal punto di vista sia dimensionale sia produttivo.

L'organizzazione socio-economica dell'altopiano deriva, a tutt'oggi, dallo smembramento di grandi aziende cerealicolo-pastorali in cui le tradizionali differenziazioni delle vicende insediative locali si erano, in più casi, manifestate attraverso diverse combinazioni delle consuetudini del lavoro contadino, fra le attività della pastorizia, con il pascolo degli ovini, e la coltura estensiva dei cereali, nel tentativo costante di sfruttare nel modo ottimale i vantaggi del mite clima invernale e di sfuggire all'aridità e al pericolo di infezioni nei mesi estivi. Manifestazioni tipiche si erano presentate attraverso i movimenti di transumanza e le periodiche, e tuttavia intense, relazioni fra popolazioni montane e costiere, fra gli abitanti dei villaggi interni situati alle maggiori latitudini e quelli insediati lungo le coste, dove i primi, in inverno, conducevano al pascolo il bestiame e, insieme, cercavano lavoro stagionale o aree in cui fosse possibile seminare.

Dunque le forme di regionalizzazione agricola che hanno interessato l'altopiano silano caratterizzandone la moderna organizzazione hanno tratto impulso da circuiti culturali che legavano in stretta interazione le fasi di permanenza e di migrazione fra montagna e coste, fra cicli stagionali e difficili, ripetitive esperienze di lavoro, spesso esclusivamente finalizzate alla sussistenza.

I paesaggi diversi che oggi caratterizzano la Sila, conferendo fascino e originalità all'area del Parco, ripropongono usi del suolo e dinamiche insediative e organizzative impostate essenzialmente in seguito ai lavori di bonifica integrale condotti nella regione nel corso del XX° secolo. La "rinascita" delle aree dell'altopiano seguì a due primarie tipologie di intervento agrario. Anzitutto, la sistemazione dei pendii franosi lungo i versanti montuosi e il riequilibrio del manto vegetazionale, operazioni essenziali per la sopravvivenza delle aree pianeggianti ai piedi dell'altopiano e, dunque, per la difesa dello stesso altopiano dall'isolamento a valle, oltre che per il riassetto delle condizioni degli stessi terreni posti a maggiori altitudini. Altra operazione basilare consistette nell'imbrigliatura dei corsi d'acqua al fine di controllare il trasporto di materiali verso le pianure e predisporre un piano di difesa contro le inondazioni.

Come più volte rilevato dagli studiosi del nostro Mezzogiorno (Gambi, 1965) ogni processo territoriale che ha consentito di individuare forme e tipologie di articolazione regionale e subregionale ha registrato nel Meridione dinamiche tipiche, contrassegnate dalla mancanza di interazione stabile fra soggetti e realtà organizzativi e produttivi. Anche i paesaggi silani si sono andati configurando nel passato secondo tratti che hanno conferito ai luoghi una indubbia originalità e, insieme, hanno generato condizioni penalizzanti, in assenza di una chiara distinzione fra le società della montagna e della collina e, conseguentemente, senza una vera autonomia funzionale e una consolidata identità delle condizioni culturali e produttive. Piuttosto, si è affermata una realtà tipica delle società pastorali, necessariamente integratasi con la frequentazione di ambienti diversi, in pianura, e dunque con condizioni climatiche, paesaggistiche, socio-culturali di altra tradizione e di diversa forza organizzativa. Le attività e le aggregazioni territoriali locali si sono presentate spesso associate perché hanno reso interattivo lo sforzo costante diretto a rendere fruibili i terreni, a superare con il lavoro gli ostacoli e i vincoli ambientali, mediante pratiche agrarie di integrazione fra montagne e pianure, soprattutto attraverso l'abitudine imposta dalla pratica stagionale del nomadismo, periodicamente riproposta dalla transumanza.

Su tradizioni di questo tipo, in cui gli ambienti tradizionali della vita locale hanno richiesto un apprendimento costante e differenziato attraverso attività ancora largamente primitive, piuttosto che pratiche evolute e ampiamente condivise, soltanto le forme di vita affermatesi nelle fasi recenti e attuali hanno portato trasformazioni radicali e impresso nuove tipologie distintive anche alle forme dei paesaggi.

Il cambiamento è derivato dal diversificarsi della domanda di consumi, dalla redistribuzione del reddito locale, dall'affermazione di nuove tipologie di uso dello spazio, dall'ampliamento e dal diversificarsi dei mercati, oltre che dal modificarsi della scala degli interventi legato al salto nell'uso delle tecnologie.

Dunque, nel contesto del rinnovamento dei processi e delle forme di assetto del territorio silano, come nei casi di tante altre regioni montane del Paese in età contemporanea, va rimarcato come l'evento più fortemente significativo sia stato rappresentato dall'esplosione delle attività turistiche e dal rivoluzionarsi dei modelli insediativi, relazionali ed economici che a quella esplosione sono seguiti. In questo contesto il progetto stesso di istituzione del Parco Nazionale si è progressivamente andato a configurare come "necessaria" risultante delle tradizionali operazioni di intervento locale richieste dalle esigenze tipiche del territorio.

La conoscenza delle vicende ambientali tradizionali e dei modelli storici di convivenza sociale ha condotto, infatti, a identificare e definire gli stessi progetti di tutela e valorizzazione delle risorse dei luoghi come "necessari" fattori di organizzazione territoriale. Le iniziative strettamente specialistiche hanno infatti riguardato la ricostituzione del manto forestale e la riqualificazione di paesaggi originali, riproponendo in gioco quelle facoltà originali e competitive e quelle potenzialità produttive che, già in altre epoche, avevano consentito la sopravvivenza e, poi, diverse forme di sviluppo dei luoghi stessi.

Anche l'affermazione delle nuove attività connesse al turismo, tuttavia, ha trovato spazio in un contesto di evoluzione territoriale non solo di natura paesaggistica ma, più propriamente, strutturale. La moderna trasformazione di queste località è stata "decisa" dall'evoluzione del quadro funzionale complessivo, a sua volta legato soprattutto agli interventi, promossi dalla riforma agricola, di diffusione di una rete di irrigazione, di sistemi di coltivazione, di stabilizzazione delle attività della zootecnia e di potenziamento di attività artigianali e industriali tipiche. Questo insieme di fattori ha,

infatti, innescato processi diversi di riqualificazione e valorizzazione delle risorse originali di luoghi e paesaggi, garantendo, dunque, a vantaggio di questi, idonee condizioni di competitività per un accesso stabile al mercato.

LA GESTIONE DEGLI ASSETTI PRODUTTIVI

La programmazione relativa all'assetto funzionale del territorio compreso nel Parco si inquadra, necessariamente, nell'ambito di dinamiche storiche di interesse più vasto, nel contesto dei processi funzionali che hanno preso forma nell'intera regione calabrese. Essendo l'agricoltura e la selvicoltura, anche in riferimento all'agriturismo, risorse chiave per un moderno sviluppo del territorio del Parco, è particolarmente importante ripercorrere, sebbene qui soltanto per cenni, la storia della conduzione agraria locale: questo, con particolare riguardo all'età che è seguita alla riforma agraria dell'ultimo dopoguerra, al fine di inquadrare le vicende del territorio locale entro tradizioni, specifiche problematiche.

Fra le risorse locali che costituiscono input idonei all'avvio di processi di organizzazione funzionale del Parco in senso produttivo, come si vedrà più avanti, compaiono attività artigianali e manifatturiere, spesso di lontana tradizione. Contemporaneamente, è evidente come lo stesso risanamento dell'assetto agricolo in termini di razionalizzazione e modernizzazione si presenti, necessariamente, connesso a una ripresa e a un potenziamento in termini selettivi degli apparati del secondario e del terziario locali.

La storia degli assetti regionali delle strutture delle manifatture e dei servizi è utile anche alla lettura del ruolo dell'altopiano silano nel territorio.

Sussistevano produzioni di altissima qualità artigianale che diventarono prodotti dell'esportazione (come i merletti a tombolo o le coperte a disegni, pregiati lavori d'intaglio del legno e conserve alimentari), dunque a delineare un contesto socio-produttivo e territoriale già ricco di notevoli potenzialità competitive. Grande importanza acquisirono in quegli anni le industrie alimentari, fra cui soprattutto quella olearia, nonostante che la lavorazione, fatta eccezione per pochi oleifici, funzionasse ancora in forma primitiva.

La grave, complessiva disorganizzazione che ostacolava le opportunità di coesione e integrazione regionale, le condizioni di degrado delle aziende, la dispersione delle risorse e, soprattutto, il bagaglio storico di un'identità

spezzettata in numerosi e deboli distretti hanno fatto in modo che difficilmente le iniziative intraprese a partire dalla metà del secolo scorso siano riuscite a imprimersi positivamente sul territorio. L'industria calabrese ha tuttora bisogno di condizione di autonomia e di apertura all'integrazione con contesti esterni, mediante una rete di servizi, l'incremento e la formazione dell'occupazione e una produzione più specializzata in grado di stimolare nuova imprenditorialità.

Dunque la Sila è stata negli anni Sessanta al centro di una importante fase dell'industrializzazione della Calabria, proprio per l'incidenza delle componenti ambientali che la contraddistinguevano e che hanno funzionato come fattori di localizzazione dell'industria; un ruolo di assoluta centralità è stato assunto dalla produzione forestale, oltre che dalle risorse idriche utili alla produzione d'energia idroelettrica. Proprio all'industria idroelettrica deve esser dato il merito di aver contribuito ad assegnare, nei primi 60 anni del Novecento, un valore nuovo e moderno all'area silana. L'elevazione e la grandezza dei suoi altopiani, circondati da versanti ripidi, la presenza di fiumi che rendono il suolo poco permeabile, hanno progressivamente individuato nella Sila una ottimale localizzazione per bacini artificiali.

In Sila, già dal XIX secolo, erano state aperte le due principali strade di transito: una, di forte rilevanza commerciale, utilizzata dagli anni Sessanta a scopo turistico, che da Cosenza arriva fino ai pascoli silani e, superato San Giovanni in Fiore, attraverso la Valle del Neto, raggiunge Crotona; l'altra che, con i rami di Rogliano e Colosimi, porta dal bacino del Savuto sull'altopiano, per poi diramarsi in varie strade che smaltivano le produzioni forestali e congiungevano i paesi limitrofi.

Nelle modalità evolutive dell'organizzazione del territorio dell'altopiano silano entravano, intanto, negli anni della ripresa postbellica, nel periodo seguente alla seconda guerra mondiale, anche le nuove dinamiche tipiche del turismo, che si integrò fortemente con il complesso delle funzioni socio-produttive coeve, sotto l'aspetto della domanda di servizi moderni, di vie di transito e comunicazione e mediante lo sviluppo di nuove funzioni e morfologie territoriali di carattere urbano. Fu, anzi, proprio il turismo a segnare le tappe del passaggio a nuove, spesso innovative, forme di fruizione del territorio.

Fino agli anni Sessanta, infatti, viaggiare e visitare i frequenti villaggi nascosti fra i monti bruзи comportava incontrare condizioni di miseria (la Calabria era una delle regioni dove i consumi degli alimenti di base era

bassissimo), in connessione, e in contraddizione, con paesaggi bellissimi che stavano avviando un turismo di transito che solo in piccola parte utilizzava le migliori linee viarie, complete di attrezzatura turistica. Distanti dagli itinerari più battuti, si andavano formando quelli che oggi sono i più attivi centri del turismo locale, allora villaggi montani, come Camigliatello Silano, Loricca, Mancuso. Ciascuno di questi villaggi, posti nel cuore della Sila, poteva allora ospitare circa 2000 persone che vi soggiornavano per diversi giorni e, per lo più, nei mesi estivi. Era, comunque, un tipo di turismo elitario, in tempi in cui questo tipo di vacanza era riservato alle più elevate classi locali: la Sila è stata, infatti, per lungo tempo meta dei cosentini e catanzaresi più facoltosi. Tuttavia, il tipo di turismo che più di altri riscuoteva successo era quello religioso, spesso legato a tipiche processioni e feste locali, in cui si celebravano produzioni originali e tradizioni del lavoro, in luoghi di culto in cui si ricordavano antichi riti stagionali.

Oggi, nel territorio del Parco le prospettive di progresso dell'economia, come si vedrà più avanti, sono fundamentalmente legate alla gestione delle risorse naturalistiche, mentre un grosso impulso potrebbe derivare proprio da un idoneo lavoro di rinnovamento e potenziamento del settore agrituristico. In forme significative, infatti, è tuttora presente l'artigianato, sparso un po' in tutti i comuni montani limitrofi alle aree del Parco: attività, queste ultime, in grado di incentivare non solo la produttività economica dei territori, ma anche la riappropriazione di valori e tradizioni socio-culturali. È importante sottolineare come la rivalorizzazione di processi e pratiche tipiche della vita di questi luoghi possa costituire una base per l'individuazione di nuove occasioni e modalità di sviluppo del turismo e, insieme, di condizioni di integrazione e coesione sociale fra diversi gruppi di attori locali.

UN SISTEMA LOCALE?

L'organizzazione attuale del Parco si fonda, necessariamente, su condizioni di integrazione territoriale di carattere sistemico: infatti, perché un'area destinata a parco funzioni è essenziale che un insieme di fattori competitivi originali (risorse ambientali, sistemi produttivi, ambienti socio-culturali tipici, spesso a base familiare) operino, a loro volta, come elementi aggreganti di altri, diversi sottosistemi del territorio in cui l'area stessa si iscrive.

L'organizzazione funzionale di un territorio, dunque, consente di leggere quel territorio in quanto "area parco". Il parco può essere tale in quanto funzionante come "ridisegno" della natura tipica locale (Donin, 1999); in quanto area propositiva di certe componenti aggreganti, a scala locale o "sovraterritoriale"; in quanto riproposizione di tradizioni insediative e di una urbanizzazione tipica; in quanto entità sistemica in cui trovano spazio e significato processi, sistemi e aree produttive a forte caratterizzazione. L'integrazione che l'entità parco consente è effetto e funzione del riassetto costante e della capacità di autoconservazione del parco stesso.

In questi termini il Parco Nazionale della Sila si propone nei motivi dettati dalle diverse forme aggreganti che vi trovano spazio e che riorganizzano, a più scale, il territorio come unità sistemica. Dunque i contenuti originali funzionano come risorse competitive e patrimoni in grado di porre il contesto locale in connessione con una scala di relazioni più ampie, interregionali e internazionali, mediante la promozione di fattori di produzione e riproduzione di processi socio-economici e conoscitivi. Le attività originali dei luoghi che vivono nel Parco diventano fattori di affermazione e confronto nel territorio: l'istituzione del Parco rende, infatti, quei fattori competitivi e ne valorizza le potenzialità relazionali avviando azioni conoscitive specialistiche, mediante la guida lungo itinerari tipici e, dunque, favorendo la promozione dell'apprendimento di contenuti e dinamiche.

Tutto questo deve, tuttavia, necessariamente, avvenire entro le condizioni poste dalle normative che regolano gli interventi di gestione del territorio, con particolare riguardo al sistema di vincoli su cui le relative politiche si ordinano. Le funzioni previste nel progetto dell'area parco devono, dunque, concorrere a organizzare le linee di una specifica "sostenibilità" locale, entrando a far parte integrante delle dinamiche di coesione funzionale e sociale nell'ambito del territorio. Le attività previste dovrebbero, dunque, promuovere l'integrazione fra substrati tradizionali e interventi nuovi, mediante una sperimentazione continua di pratiche e processi produttivi e socio-culturali di "riaggiustamento" di mansioni e competenze aziendali, nell'ambito di attività rivolte alla salvaguardia dei paesaggi, nello svolgimento di funzioni ricreative, nel consolidamento e nella valorizzazione di pratiche artigianali e gastronomiche.

Il Parco silano funziona come luogo privilegiato di sperimentazione, come laboratorio specialistico per la ricostituzione delle componenti tipiche del *milieu* locale. Le produzioni originali riguardano funzioni antiche, di cui

già si è ripercorsa la storia territoriale, fra cui la lavorazione del legno, una serie diversificata di lavorazioni artigianali e alcune colture tipiche, come quella dell'olivo. Nel quadro dei processi specialistici che qualificano il Parco come *milieu* originale entra anche la funzione turistica, che assume forme e modalità contestuali estremamente propositive, sebbene ancora in embrione, nell'agriturismo.

Le produzioni legate alla risorsa rappresentata dal legname si inquadrano in complesse dinamiche di gestione delle aree forestali in termini di "sostenibilità", in particolare nei termini delle relazioni fra operatori che gestiscono una materia prima di elevato pregio e domanda avanzata dal mercato.

E' importante ricordare come già la massiccia diffusione delle foreste, con particolare riguardo all'abbondante presenza di pinete (pino laricio) sia riconducibile a dinamiche di difficile gestione, nel tempo, dei suoli dell'altopiano silano. Infatti il pino, facilmente adattabile alla situazione ambientale locale, ha proliferato in accordo con condizioni di estremo degrado dei versanti e con l'erosione dei suoli dovuta alla deforestazione che nel tempo si è ripetuta nell'altopiano per conquistare pascoli e terreni per l'agricoltura itinerante.

La rilevanza che le pinete assumono nel territorio del Parco evidenzia l'importanza delle modalità di intervento funzionali alla conservazione dei relativi ecosistemi. La gestione forestale assume, tuttavia, un significato molto ampio perché non prende in considerazione solo l'aspetto produttivistico ma si inserisce in un quadro di salvaguardia di valori culturali, di pratiche di vita e di lavoro, in sostanza di riqualificazione di "saperi" locali, a loro volta connessi alla storia di tipologie proprietarie e di vicende economiche e sociali stratificatesi nel tempo.

Tipiche attività artigianali, espressione della cultura e della storia del lavoro in Sila sono quelle dell'intreccio e dell'intaglio, che riconducono proprio alle tradizionali lavorazioni di trasformazione delle risorse forestali. In questo settore si creano oggetti di varie forme, di uso quotidiano (sedie, cesti, ventagli, fusi) e autentici pezzi da collezione, di produzione limitata, quali i famosi bastoni, utensili domestici dalle tipiche forme locali, figure di animali spesso dal significato misterioso, legato ad autentiche leggende, attrezzi di lavoro che sono veri e propri cimeli culturali e spesso assumono anche significato scaramantico, a difesa e salvaguardia dei luoghi di vita e di lavoro familiare.

L'istituzione del Parco come area di rispetto delle "qualità" locali comporta, come già visto, precise valenze progettuali, fra cui trovano ampio spazio iniziative di rivalorizzazione di antiche attività artigianali sviluppatesi nell'altopiano silano, come la tessitura, il ricamo, la produzione di oggetti di ceramica e l'oreficeria. E' importante considerare come tali attività, essendo ormai in grado di confrontarsi con l'esportazione, consentano all'area silana livelli di competizione di interesse extralocale e internazionale, mediante relazioni strutturate nell'ambito di cooperative artigiane che oggi sostituiscono le antiche botteghe realizzando nuove, più razionali e operative, modalità di produzione e favorendo la creazione di occupazione in un quadro di rinnovata coesione sociale.

La tessitura ha avuto il suo centro a Longobucco, centro della Sila Greca situato lungo la valle, stretta e profonda, incisa dal fiume Trionto, già indicato dalla toponomastica locale come "anfratto" nascosto fra le rocce, in un contesto impervio e poco accessibile, isolato per gran parte dell'anno. Qui le donne divennero, nel tempo, tanto esperte nella ripetizione della pratica della tessitura di materie prime come la seta cruda, i cascami e la lana, da riuscire, via via, a perfezionarsi in attività altamente specialistiche e in produzioni di pregio elevato. Le lavorazioni avevano avuto origine dal riciclaggio di materiali poveri e di scarto, secondo una pratica sperimentata da numerosi centri di lavorazione tessile, affermatasi progressivamente come importanti distretti di produzione, in diverse aree del Paese. Tale attività, che ha qualificato in questo settore del territorio silano un vero processo produttivo "di nicchia", come manifattura altamente specialistica, con autentica funzione "interstiziale" fra produzioni più note e ampiamente diffuse, ha generato nel tempo l'acquisizione di professionalità competitive che, originatesi in contesti familiari, hanno acquisito un sempre più consolidato ruolo nel mercato.

Il ricamo, la produzione di tappeti secondo antiche tecniche greco-bizantine, arabe e persino egizie, disparate lavorazioni del cotone e del lino e una raffinata arte orafa si sono affermate a San Giovanni in Fiore, nel cuore dell'altopiano, fra Sila Grande e Sila Piccola, appena fuori dei confini del Parco, rappresentando preziose lavorazioni che costituiscono con le loro radicate prerogative culturali e socio-territoriali, "esternalità" preziose nei confronti dello sviluppo e della valorizzazione del Parco stesso.

LE PROGETTUALITÀ ORIGINALI

Nel corso della gestione del Parco silano sono emersi alcuni originali percorsi di crescita funzionale che propongono itinerari “specialistici” di sviluppo rivolti a qualificare l’area del Parco silano come sistema organico e integrato. Si tratta di attività con vocazione di “interfaccia” fra conservazione di patrimoni locali e crescita globale, per la propria stessa natura coerenti con prospettive di integrazione con le politiche di salvaguardia e sviluppo del Parco.

Fra queste è l’attività dell’agriturismo, pur ancora agli inizi, che dimostra potenzialità specifiche per la propria “appartenenza” territoriale alla natura tipica dei luoghi, fortemente individualizzati proprio nelle loro caratteristiche ambientali, climatiche e produttive. Questo itinerario progettuale, data la complessità e la diversità dei contenuti socio-ambientali che nel contesto del Parco prendono forma, pone in evidenza l’esigenza di una valutazione di patrimoni e risorse in un contesto più ampio dei confini assegnati al Parco. Quest’ultimo va inteso, piuttosto, come un’individualità territoriale composita e complessa, un sistema territoriale aperto e articolato entro limiti variabili, funzionali all’acquisizione e alla promozione delle proprie, diverse potenzialità di crescita culturale.

Una produzione che nell’agriturismo troverebbe utilmente spazio per una riconversione qualitativa è quella legata all’olivicoltura, di lontana tradizione, anzitutto perché soggetta a modalità di evoluzione strutturali nell’ambito della realizzazione locale di un’agricoltura biologica di qualità. A questo proposito sono state condotte analisi mediante l’impiego di indicatori strutturali, organizzativi e strettamente produttivi, idonei a fornire informazioni sulle condizioni di mercato e sugli assetti decisionali e gestionali con cui confrontarsi: anche in questo caso la contestualizzazione dei confini territoriali del Parco entro spazi più ampi e complessi di quelli formalizzati ha contribuito come fattore conoscitivo essenziale alla definizione dell’area come soggetto coerente con il proprio territorio.

TURISMO COME FATTORE DEL “CAMBIAMENTO”

Il processo di valorizzazione delle risorse turistiche dell’altopiano silano ha preso forme definite, sebbene ancora limitate, in particolare nell’ultimo

dopoguerra, come già visto, nel quadro del potenziamento di centri con funzione “nodale”, direttrici di transito e relazioni commerciali rivolti a far uscire la regione da antiche condizioni di isolamento e marginalità.

Il turismo che è possibile praticare nel Parco fa riferimento a località sparse fra montagne, laghi, torrenti, boschi e sentieri che ripercorrono antichi itinerari culturali, nei luoghi più significativi della storia locale.

Il più importante fra i centri turistici del Parco è Camigliatello Silano, a 1278 metri di altitudine, nel comune di Spezzano della Sila, alla confluenza di diverse direttrici che consentono l'accesso all'altopiano. Situato ai piedi del Monte Curcio, fra immensi boschi di pino, abeti, faggi e castagni, è il centro propulsore dell'intera area, stazione di turismo invernale di notorietà internazionale, sede della Caserma del Corpo Forestale dello Stato fin dal 1913. Località dotata di notevole ricettività alberghiera, locali tipici attrezzature per lo sport e il tempo libero, è dotata di alcuni importanti edifici, fra cui Torre Federici, in un'area in cui Federico II amava cacciare con il falco, sfruttando le correnti d'aria; e l'ex Hotel Itas, in località Camigliati, un bellissimo edificio recentemente ristrutturato che ospita la sede dell'Oldcalabria Parco Letterario Norman Douglas .

Lorica, località che vanta un toponimo strettamente legato ai tipici caratteri ambientali, sorge a 1315 metri di altitudine nel cuore dell'altopiano silano, fra i comuni di S. Giovanni in Fiore e Pedace, alle pendici del Monte Botte Donato, incastonata in una vallata che circonda il Lago Arvo, protetta da una “corazza”, da cui il nome, costituita da montagne ricche di boschi e fauna selvatica. Con Silvana Mansio, villaggio immerso in suggestive e bellissime pinete, costituisce un complesso turistico molto frequentato per gli sport invernali, dotato di buone strutture ricettive oltre che di botteghe d'artigianato e di produzioni tipiche, con una struttura ben conservata ed equilibrata sotto l'aspetto dell'edilizia residenziale.

Nel versante cosentino dell'altopiano, Croce di Magara e Fallistro, a oltre 1340 metri di altitudine, nei comuni di Spezzano della Sila e Spezzano Piccolo, sono località turistiche sorte su villaggi poderali istituiti in seguito alla riforma agraria, di grande interesse ambientale per la prossimità alla riserva di Fallistro “I Giganti della Sila”. Punto di forza di questi centri è la localizzazione nell'area “forte” dell'offerta ricettiva locale, grazie anche ai buoni collegamenti con Camigliatello Silano mediante la statale 107 e la Superstrada Paola-Crotone.

Ancora nel versante cosentino dell'altopiano, ai limiti occidentali del Parco, sorgono località turistiche di grande interesse, affacciati ad altitudini considerevoli sulle sponde sud-occidentali del Lago Cecita, dove la bellezza dei luoghi si unisce a una intensa cura delle risorse e dei patrimoni paesaggistici e culturali. Moccone, o Mucone, a 1306 metri, sul corso del fiume omonimo, è uno dei primi villaggi turistici dell'intero altopiano, già luogo di sosta per i primi visitatori e trasportatori di legname, è attualmente collegato con gli impianti sportivi di Monte Curcio e del complesso "La Pagliara". Monte Scuro, a 1633 metri, avvolto quasi perennemente da fitta nebbia, ospita un complesso di villeggiatura in un paesaggio di rara suggestione, avvolto in un silenzio surreale. Fago del Soldato, a 1450 metri, nel comune di Celico, si è organizzato spontaneamente come centro turistico per le bellezze naturalistiche e in quanto luogo di sosta obbligata dei trasportatori di legname e porta di accesso alla Sila: una suggestione particolare interessa l'origine dello stesso toponimo, legata a una leggenda che narra di uno scontro fra un brigante e un militare, quest'ultimo poi trovato morto sotto un albero di faggio.

A 1405 metri di altezza, Fossia, compresa all'interno del Parco, è la più bella foresta della Sila Grande, con risorse floristiche e faunistiche perfettamente salvaguardate, dotata di aree per la sosta e il pic-nic, sulle rive di limpidi ruscelli, in paesaggi incontaminati di rara bellezza.

Anche il turismo culturale riguarda l'altopiano silano sotto i più diversi aspetti, dalla scoperta di percorsi naturalistici celebrati fin dagli autori classici, alla conoscenza di itinerari percorsi dal monachesimo brasiliano nel corso del Medioevo, alla visita delle abbazie, delle costruzioni storiche e dei palazzi che hanno segnato le tappe più importanti della storia di questi luoghi.

Sotto il nome di "Sentieri di Virgilio" sono raccolti i percorsi che conducono alla scoperta della antica Sila, la *silva Sila*, con le sue impenetrabili foreste, con i suoi sconfinati pascoli, con le sue magiche e suggestive atmosfere, celebrate, fra gli altri, da Virgilio e Dionigi di Alicarnasso. Il percorso inizia dal Monte Gariglione e segue sentieri che si inoltrano in bellissimi boschi di faggi e abeti, risalendo, poi, lungo la valle del fiume Tacina.

I "Sentieri dei Basiliani" sono percorsi distribuiti lungo quelle vie che univano, attraversando i boschi, le comunità monastiche insediate nella regione silana. Sono strade tracciate nella Sila Greca, a fianco di valloni stretti e incassati fra i monti, lungo i quali scorrono fragorosamente torrenti dalle acque impetuose. Il percorso inizia dalla piccola chiesa di S. Onofrio, verosimilmente un eremitaggio basiliano, per risalire il torrente Colognati.

Un altro itinerario estremamente interessante e suggestivo riguarda la visita ai luoghi in cui visse l'abate Gioacchino: si visita la casa natale, la chiesa parrocchiale, la fontana Fietitta presso cui l'abate sostava, la vigna in cui avvenne la sua conversione. L'itinerario prevede una sosta a Luzzi, presso il Monastero della Sambucina, la più antica abbazia circcestense del Meridione, dove Gioacchino si ritirò al ritorno dalla Terra Santa.

Si tocca anche il Monastero di Corazzo, nel comune di Carlopoli per poi raggiungere San Giovanni in Fiore, attraverso la Sila Piccola Catanzarese e cosentina, sostando presso il Romitorio affacciato sul Lago Arvo, presso Lorica. Nel centro di San Giovanni in Fiore si può visitare la celebre Abbazia Forense, che conserva le spoglie dell'abate; il Centro Internazionale di Studi Gioachimiti e la relativa biblioteca; e il Museo demologico.

Oggi, strutture e infrastrutture messe in atto nell'ambito del Parco Nazionale si presentano in grado di favorire la più ampia diffusione delle funzioni turistiche, favorendo non solo attività ricreative e del tempo libero, ma anche incentivando la conoscenza delle peculiarità locali e la formazione di operatori specialistici.

Dunque, nel quadro di una crescente conoscenza delle molteplici espressioni del territorio locale e al fine di favorire la fruizione delle risorse, sono state istituite alcune idonee strutture formative e ricreative e, in accordo con la normativa europea, 19 Siti di Interesse Comunitario (SIC).

VERSO QUALE TERRITORIO?

Dunque, vaste e multiformi sembrano essere le prospettive di sviluppo del Parco Nazionale della Sila, che all'ambiente suggestivo e composito nei colori e nelle espressioni aggiunge segni importanti di storia culturale e umana, tracce significative di un passato, a volte di marginalità, in altri casi di protagonismo, pur limitatamente ad alcuni settori produttivi, tuttavia sempre con forti tratti di individualità e originalità.

L'offerta che il territorio del Parco presenta richiede modalità complesse e fasi continue di ridefinizione e riassetto, secondo dinamiche proprie di ogni processo di produzione in termini sociali, territoriali, culturali. La domanda che proviene dall'economia "reale" dei luoghi del Parco interessa una idonea "educazione" ambientale e naturalista per fruitori e operatori locali,

oltre all'esigenza di costante riqualificazione di patrimoni preziosi, naturali e antropici, secondo la messa a punto di professionalità specialistiche nei campi della tutela dei beni paesaggistici, culturali, economici e strategici.

L'integrazione dei processi del territorio, nelle forme più attente alla tutela occupazionale e produttiva, si propone come soluzione privilegiata delle problematiche tipiche della crescita locale, riguardo all'esigenza di poli di integrazione territoriale per la promozione del turismo, per la riqualificazione dell'artigianato e delle attività manifatturiere, per la preparazione e la formazione della manodopera.

Il modello del sistema territoriale che, come già detto in più casi, si propone come soggetto capace di realizzare la conservazione e il consolidamento delle attività del Parco, propone un insieme organico di funzioni non limitate a quelle amministrative, entro confini operativi predeterminati e statici ma, piuttosto, è chiamato a iscriversi in una rete complessa di sistemi dinamici, a partire dalla scala locale e da quella regionale. Il territorio compreso nel Parco non può, infatti, limitarsi a rappresentare un'isola privilegiata le cui esigenze di salvaguardia e rispetto ne pregiudichino l'accessibilità e la fruibilità ma è, piuttosto, chiamato, più propriamente che in passato, a far parte integrante di entità relazionali più ampie e aperte, come espressione di potenzialità strategiche funzionali all'intero territorio in cui opera.

Il Parco costituisce, sostanzialmente, un sistema locale aperto a processi di interazione con il territorio: le località situate nei dintorni dell'area protetta e, tuttavia, interessanti perché in grado di costituire *input* di crescita e ampliamento delle funzioni espresse dal Parco, sono numerose e fortemente caratterizzate dalla presenza di risorse e patrimoni culturali tipici.

Sebbene, fino ad oggi, la fruizione turistica dell'area del Parco si sia basata, essenzialmente, sulle attività di turismo naturalistico e di didattica ambientale, particolarmente significativa si avvia a divenire la programmazione turistica che integrerà l'offerta naturalistica a quella culturale, dialogando proficuamente con il tessuto socio-territoriale in cui il Parco si inserisce.

Nel cuore della Sila, il paese più grande dell'altopiano è San Giovanni in Fiore, a 1050 metri di altitudine, sorto attorno al 1200 in funzione della storica Abbazia, a sua volta edificata, come già visto, dall'abate Gioacchino nella località chiamata Fiore, sul corso dei fiumi Neto e Arvo. Il centro, diventato comune nel 1530, è oggi in una fase di forte espansione dell'attività commerciale e culturale, dopo il superamento di un lungo periodo di contrazione demografica legata all'emigrazione. Presenta ampie risorse

storico-artistiche, fra cui l'Archicenobio Florense, del XIII secolo, in stile circostense, e la Chiesa Matrice, del 1600, dedicata a Santa Maria delle Grazie, oltre a tradizioni culturali legate all'artigianato orafa e tessile.

Un centro di grande interesse, dotato di una fisionomia territoriale originale costituitasi nel corso di complesse vicende storiche è Longobucco (789 m. s.l.m.), antico centro di estrazione dell'argento che i Sibariti e poi i Crotoniati e i Romani utilizzarono per la coniazione delle proprie monete. Il centro, importante miniera argentifera ancora fra i secoli XII e XVI, fu base del brigantaggio ottocentesco finché, nel corso del Novecento venne interessato da ampi lavori di rimboschimento e bonifica. Oggi, posto ai limiti settentrionali del Parco silano, attrae qualificati progetti di riorganizzazione territoriale funzionali all'espansione turistica e alla riqualificazione delle ricche produzioni locali. Fra i patrimoni artistici da visitare, la Chiesa Matrice, del XVIII secolo, dedicata all'Assunta, dal 1960 Santuario mariano; la Chiesa Santa Maria Maddalena, del secolo XVI, compresa nel complesso conventuale dei Riformati; e la chiesa di San Domenico, del XVI secolo, annessa al Convento dei Domenicani.

Sulla strada statale 282, nel versante nord-orientale della Sila Grande, a 870 metri s.l.m. sorge Bocchigliero, di antichissima origine, fondata da coloni romani dediti alla pastorizia, oggi una sorta di "paese-albergo" organizzato durante l'intero corso dell'anno come una grande e articolata struttura ricettiva. Le risorse artistiche, fra cui il Santuario di Santa Maria de Jesu, noto come Madonna delle Nevi, del 1700, e l'antichissima Torre del Campanile situata nel centro dell'abitato, sono ampiamente diversificate, comprendendo anche ruderi di origine romana, resti di una necropoli bruzia e grotte neolitiche.

Ai margini nord-occidentali dell'altopiano silano sorge una serie di abitati che formano una fitta trama insediativa degradante verso la valle scavata dal Crati, a conferma di una intensa storia territoriale legata alla prossimità dell'area di espansione urbana di Cosenza.

Il centro più popoloso della zona presilana è Spezzano della Sila, a 780 metri di altitudine, attraversato dalla strada statale 107 e dalla Ferrovia della Calabria, fondato nel X secolo da profughi cosentini scampati alle invasioni dei Saraceni. Oltre ad altri bei monumenti sono da visitare il centro storico e l'imponente Convento che sovrasta l'abitato, costruzione ricca di opere d'arte, edificata da San Francesco di Paola, in onore del quale gli abitanti locali organizzano ogni anno, in settembre, una importante festa religiosa e civile.

Ancora nel versante cosentino delle pendici silane, su di un terrazzo che sovrasta il capoluogo, si può visitare San Pietro in Guarano, a 640 m. s.l.m., costituito da un abitato che si estende dalla località di Fago del Soldato fino al corso del Crati. Dotato di importanti monumenti, fra cui la Chiesa Parrocchiale dedicata a Santa Maria in Gerusalemme (XIX secolo), costituisce una tappa sulla via di accesso al Parco silano soprattutto perché centro di villeggiatura estiva in cui si svolgono interessanti e originali manifestazioni di carattere folcloristico. E, sulla statale 178, Aprigliano, sul Craticello, affluente del Crati, centro caratterizzato in età bruzia da un toponimo (Argonio) che si riferiva proprio alla posizione nei confronti di questo fiume. Ricco di monumenti, il territorio comunale presenta nella località Ceci un Romitorio costruito nel 1200 da Gioacchino da Fiore su mandato dell'imperatore Federico II, complesso rimasto intatto, affacciato sul Lago Arvo, presso Lorica.

Queste località, che costituiscono veri e propri centri propulsori dello sviluppo del Parco come sistema territoriale, sono i più forti *input* per una "apertura" dell'area all'esterno e per un potenziamento delle relazioni, in termini organizzativi e socio-culturali, fra lo stesso Parco e i soggetti del territorio in cui questo si iscrive.

Le direttrici lungo le quali si configurano effettive condizioni di "sostenibilità" della crescita locale sono da ricercare essenzialmente in una ottimizzazione delle condizioni di accessibilità, in un ammodernamento e in un riassetto della viabilità che interessa l'area, dalla riqualificazione di sentieri antichi al ridisegno delle arterie più recenti, con l'obiettivo della realizzazione di un effettivo sistema di direttrici che favoriscano gli scambi con i centri urbani e con tutte le strutture insediative "centrali" nel territorio.

È evidente, infatti, come ogni prospettiva credibile di sussistenza e di progressiva affermazione del Parco in quanto sistema che vive nel proprio territorio risieda nella definizione di effettive condizioni di integrazione con le principali città e con l'intera armatura insediativa regionale, in primo luogo con i capoluoghi provinciali. Fra questi Cosenza, a nord-ovest, ha costituito il tradizionale, storico bacino di utenza, in termini sociali e produttivi, dell'altopiano silano, il mercato di affluenza delle risorse rurali e il principale centro di offerta di servizi; a sud, Catanzaro, nel cui territorio è situata attualmente la sede del Parco, ha progressivamente rappresentato la base di riferimento per l'area, in termini di offerta di strutture amministrative e socio-territoriali; fino al consolidamento della città di Crotona come

soggetto di crescente importanza territoriale perché situato sulla costa ionica, lungo una direttrice a crescente sviluppo turistico-balneare, “ultimo nato” come capoluogo di provincia, a est del Parco, all'estremità della direttrice di traffico che fa capo a Cosenza tagliando il Parco stesso all'altezza delle Riserve Naturali “Tasso-Camigliatello” e “I Giganti della Sila”, fra i Laghi di Ariamacina e Votturino, passando per le località di Fago del Soldato, Moccone, Camigliatello Silano, Croce di Magara e Silvana Mansio, nel cuore della Sila Grande.

In sostanza, i caratteri di sostenibilità specifici in cui l'affermazione e la crescita del Parco, in quanto soggetto di integrazione territoriale, hanno trovato spazio e significato pertinente, trovano fondamento in condizioni di equilibrio di antichi ecosistemi locali e in assetti moderni, e tuttavia iscritti nella storia dei luoghi. Il Parco stesso, infatti, per poter sussistere come unità territoriale organica deve proporsi come sistema di contenuti e *input* radicati e, come tali, competitivi e strategici, in grado di introdurre il sistema locale in campi relazionali di scala globale. Sostenibilità dei processi che interessano il Parco, dunque, deve significare essenzialmente conoscenza, ovvero educazione e formazione di operatori ed entità locali in grado di diffondere e approfondire gli effettivi contenuti di creatività che le risorse locali propongono, nel quadro di efficaci e operative prospettive di sviluppo dell'intero territorio regionale.

BIBLIOGRAFIA

- Agnelli L., *Escursione nella Sila*, Catanzaro, Tipografia del Pitagora, 1868.
- Bevilacqua F., *Il Parco Nazionale della Sila. Guida naturalistica ed escursionistica*, Soveria Mannelli, Rubbettino Editore, 1999.
- Bevilacqua E., *Guida Turistica. Sila e dintorni*, Cosenza, Dea Editori, 2002.
- Bevilacqua F., *Quell'angolo di Scandinavia chiamato Sila. Il Parco fantasma diventa realtà*, «Calabria», aprile 2003, pp. 28-39.
- Bevilacqua F., *Calabria, immagini della natura*, Catanzaro, Abramo, 1992.
- Ciolfi M., *Parco Nazionale della Calabria*, Roma, Reda, 1977.
- Donin G., *Parchi. L'architettura del giardino pubblico nel progetto europeo contemporaneo*, Cannitello (Reggio Calabria), Biblioteca del cenide, 1999.

Douglas N., *Old Calabria*, Londra, Martin Secker, 1915; trad it.: *Vecchia Calabria*, Firenze, Martello, 1962.

Gambi L., *Calabria*, Torino, UTET, 1965.

Guida all'uso del parco. Natura, cultura, storia, tradizioni e paesaggi dei Parchi Nazionali d'Italia, Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio, Servizio Conservazione della Natura, 2001.

Guido D. (a cura), *Le montagne calabresi. Pollino, Catena Costiera, Sila*, Regione Calabria, Assessorato alla Forestazione, Soveria Mannelli, Rubbettino Editore, 2002.

Iovino F., *La gestione delle pinete di laricio in Sila*, in *La gestione forestale nell'ambito dello sviluppo sostenibile del territorio provinciale (Cupone, Parco Nazionale della Sila, 5 luglio 2003)*, Cosenza, Unisci, 2003, pp. 27-41.

Istituzione del Parco nazionale della Sila e dell'Ente parco. Decreto del Presidente della Repubblica, 14 novembre 2002, «Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana», Serie generale-n. 63, 17-3-2003, pp. 4-14.

Luci e ombre della Sila, Amministrazione provinciale di Cosenza, Assessorato al Turismo, Cosenza, Pellegrini Editore, 1998.

Ministero per le Politiche Agricole - Direzione Generale delle Risorse Forestali, Montane ed Idriche, *Parco Nazionale della Calabria*, Roma, 1968

Mirabelli, P., *Guida naturalistica della Calabria*, Cosenza, Due Emme, 1989.

Mollica E., *Calabria: "area interna"*, in Viganoni L. (a cura), *Temi e problemi di geografia. In memoria di Pietro Mario Mura*, Reggio Calabria, Gangemi Editore, 1998, pp. 153-170.

Mura P. M., *Calabria. Un'area a "sensibile divario"*, in Landini P., Salvatori F. (a cura), *I sistemi locali delle regioni italiane (1970-1985)*, in *Memorie della Società Geografica Italiana*, Roma, vol. XLIII, 1989.

Pratesi F., Tassi F., *Guida alla natura di Puglia, Basilicata e Calabria*, Milano, Mondadori, 1979.

Scandale G., *Una tesi sul Parco della Sila, «Area Locale»*, Url: <http://www.arealocale.com/default.asp?action=article&ID=31>

Strabone, *Geografia*, VI, 9.

Touring Club Italiano, *Guida d'Italia, Basilicata, Calabria*, Milano, 1980.

PATRIMÔNIO NATURAL MONUMENTAL E COMUNITÁRIO E A RELAÇÃO COM O TURISMO EM SILVES, AMAZONAS, BRASIL

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_11

DAVIS GRUBER SANSOLO

A compreensão das relações entre o mundo natural e o mundo social, tem sido um dos grandes desafios filosóficos e epistemológicos da atualidade. Boaventura de Souza Santos (2016) enfrenta a supremacia e os limites da ciência moderna sobre outras formas de conhecimento destacando a importância dos saberes das comunidades tradicionais. O autor sugere o diálogo entre a racionalidade científica e o conhecimento tradicional propondo o conceito de ecologia de conhecimentos (2004), sob outra perspectiva, mas de forma convergente, Ostrom (2011), deixou uma importante obra que demonstra a importância do conhecimento dos comuns para gestão e conservação dos recursos naturais. Lacey (2012) argumenta que ambas as formas de conhecimento, científico e dos comuns, não são incompatíveis e que somente um estudo caso à caso, pode referendar uma ou outra forma de conhecimento, sobre uma dada realidade.

Neste artigo coloca-se em perspectiva a patrimonialização comunitária da natureza (SCIFONI,2006) e a relação com o turismo. Segundo Almiron (et all, 2006), essa relação se dá pela valorização, seleção e ativação de elementos culturais e naturais que expressam uma determinada identidade. Especificamente relações estabelecidas no município de Silves, no estado do Amazonas, onde nasceu uma, das primeiras iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil (Sansolo,2003) e onde a natureza, sobretudo, rios e lagos e sua biodiversidade se tornaram um patrimônio comunitário da população ribeirinha dessa região.

A natureza considerada com um patrimônio humano é tratada por Scifone (2006), sob duas perspectivas: a natureza monumental, cuja tutela institucional no Brasil, se dá dentre outras formas, pela criação de áreas protegidas. E a natureza como patrimônio comunitário, constituído no lugar como espaço vivido, como parte do que Zaoual (2006) define como sítio simbólico de pertencimento.

Em Silves, no Estado do Amazonas, o Lago Purema, localizado no baixo Rio Urubu, foi durante muitos anos um símbolo da história de luta da conservação promovida pela Associação de Silves de Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) (SANTOS PINTO, 2004).

A luta histórica da ASPAC, se deu pela defesa do estoque de peixes, contra a pesca comercial ocorrida no início da década de 1980. Após conflitos com barcos provenientes de Belém, as comunidades ribeirinhas da região do Rio Urubu e do Lago Canaçari promoveram um ordenamento do uso dos rios e lagos, criando um zoneamento com base no conhecimento tradicional em que estabeleceram categorias de manejo tais como: lagos e rios de preservação, lagos e rios de manejo e lagos e rios livres, portanto denotando a construção de um patrimônio natural comunitário, construído no escala definida como espaço vivido, do lugar, que para Moreira e Espanhol (2014 p.51) “significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza.”

Já em 2008 um novo processo de reordenamento foi promovido pelos acordos de pesca⁶⁹ realizados na região. Sob a influência externa, sobretudo com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em diálogo com a ASPAC, e com base em pesquisa científica os lagos e rios foram recategorizados.

A reflexão a respeito da relação entre o lugar (CARLOS, 1996; SANTOS, 1996) e a teoria formulada por Zaoual (2006), do sítio simbólico de pertencimento, isto é, uma categoria geográfica e outra, antropológica, perpassam esse trabalho.

TURISMO E PATRIMÔNIO NATURAL COMUNITÁRIO

Como já dito, de acordo com Scifoni (2006) o patrimônio natural se apresenta de forma discursiva de duas maneiras: como monumental, onde a natureza se destaca pela sua grandiosidade, pelo seu caráter cênico. E o patrimônio natural construído no cotidiano, nas relações de diversos grupos sociais com o espaço vivido, nos lugares. Em suas palavras,

69. PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2008

“O patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, e a natureza como componente das práticas socioespaciais” (2006).

As relações entre o turismo e o patrimônio natural comunitário nos leva a discussão sobre as relações cotidianas entre uma determinada população e seu lugar, onde a natureza constitui-se como patrimônio cultural, onde se forja o que o economista Hazan Zaoual chamou de sítio simbólico de pertencimento. No lugar é que a comunidade em seu dia a dia constrói uma síntese simbólica de valores indenitários, estabelecidos e acumulados entre gerações, gerando uma bagagem cultural, inclusive relacionada ao território. (TALAVERA, 1998). Valores que se inserem em um processo de construção simbólica de limites, os quais definem o sentido de comunidade simbólica (DELANTY, 2006). Limites que embora não se reduzam a um espaço material determinado, também o inclui como lugar.

Silva (1978), ao discutir a ontologia do lugar, refere-se à ontologia do espaço e, portanto, indica que olhar para o lugar é olhar o espaço sem fragmentar o mundo. Para Santos (1996) o lugar é condição e suporte das relações globais onde se manifesta a acessibilidade a bens e serviços, cuja lógica produtiva é ditada pelas firmas hegemônicas que atuam em outras escalas: a global e nacional. Carlos (2007) indica que o lugar visto de dentro possui história própria que se combina ao todo. História construída pela experiência vivida, pela a tríade habitante-identidade-lugar. O espaço vivido pelos indivíduos, o que a autora traduz como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Todavia esse lugar, o do espaço vivido, que sofre as determinações do todo, não é só vivido, e percebido exclusivamente pelo indivíduo, pelo eu. Mas, sobremaneira, por uma consciência coletiva de significados que unem que dão a noção de proximidade, da identidade do que Zaoual (2006) denomina de sítio. Um sítio simbólico, construído historicamente, sob as determinações globais, mas que no lugar assumem identidade própria, fundadas nas relações inter-humanas. O sítio não é a mesmo que lugar, mas por diversas vezes se fundem. O lugar é onde se da à materialidade espacial, na escala do indivíduo e das comunidades. O sítio simbólico de pertencimento não

está atrelado necessariamente a uma dimensão espacial, mas, sobretudo, de um significado simbólico reconhecido pelo indivíduo que pertence a uma comunidade.

Conforme o pensamento de Bartholo (2009),

“O lugar heideggeriano não se deixa reduzir a uma simples métrica topológica, uma vez que não se deixa nem caracterizar nem determinar pelos recursos do cálculo. O lugar heideggeriano encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade”.

Trata-se do lugar que rompe com as fronteiras da racionalidade do *homo-soeconimucus*. As relações vão muito além do que a lógica mercantil impõe. Trata-se do lugar de pertencimento, do sitio simbólico de pertencimento.

É o lugar da proximidade, do que Bartholo (2009) designa como o lugar do face a face, onde se estabelece a condição humana relacional, compreendida por meio da filosofia antropológica de Buber (1977) como a própria ontologia da humanidade.

A relação do sitio com o lugar geográfico, se dá por uma relação dialética, pois, embora não determinista, a materialidade do espaço/lugar, exerce influencia e, em muitas vezes, a constituição do sitio simbólico de pertencimento. Segundo Zaoual (op.cit) o sitio simbólico de pertencimento “trata-se de um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores”.

Para Carlos (1996) são os lugares que o homem habita, que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. (CARLOS, op.cit).

Segundo Zaoual (op.cit), os sítios simbólicos de pertencimento são uma entidade imaterial e invisível e conforme o autor está impregnado nos comportamentos individuais, nas paisagens, na arquitetura, no saber fazer, nas técnicas, nos modos de coordenação e organização econômica. Consequentemente os sítios estão impregnados nos lugares. São conteúdo e forma ao mesmo tempo, embora carregados de subjetividade, refletem a objetividade híbrida do espaço total em contato com as especificidades locais.

O patrimônio natural comunitário, portanto, seria resultante de um processo das relações entre os homens e dos homens e seus lugares e, portanto com a natureza de seus lugares. Da construção de significados dados a natureza na escala do lugar vivido, portanto uma construção cultural dado à natureza dos lugares.

Nessa perspectiva é que descrevemos o processo de construção e desconstrução das relações estabelecidas em Silves, no Estado do Amazonas. As relações que se constituíram entre as comunidades ribeirinhas, entre essas comunidades e a natureza do seu espaço vivido, entre essas comunidades e a cooperação internacional, o governo brasileiro, o município de Silves e o Estado do Amazonas.

Nessas relações à natureza foram dadas diversas significações, correlatas às origens interpretativas, e finalmente modificadas.

SILVES

O município de Silves encontra-se a cerca de 350 km distante de Manaus, em direção leste. Possuía em 2010 uma população de 8.444 habitantes ⁷⁰ sendo aproximadamente dividida em 50 % urbana e 50% rural.

Em sua história, um período que se destaca entre a década de 1980 e 1990 foi a relevante luta de sua população pela conservação do patrimônio natural do qual sua população depende para sua subsistência.

70. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130400&search=amazonas|silves>



Localização do Município de Silves. Fonte: IBGE (2014)

Para colocar em perspectiva a hipótese que levantamos inicialmente, cabe um resumo da história sobre o ordenamento e gestão do território até 2009, e em seguida, serão apresentadas as informações que foram levantadas junto aos associados da ASPAC em 2011⁷¹.

A origem da Associação de Silves para Proteção Ambiental e Cultural (ASPAC) tem raízes nos Movimentos Eclesiais de Base, da Igreja Católica, presentes na região desde a década de 1960 (Sansolo, 2003). Com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), promoveram a formação de lideranças políticas e a formação de comunidades ribeirinhas.

A decadência da economia da juta promoveu o desenvolvimento da pesca profissional no Amazonas (Fig. 1) e, conseqüentemente, gerou uma pressão exercida por pescadores profissionais sobre lagos e rios no Estado (Pereira, 2002). Em Silves essa pressão proveniente do Belém e de Itacoatiara, que exploraram a ictiofauna a níveis insuportáveis para a população local, desde o final da década de 1970, desencadeou um movimento de

71. Sobre a luta da ASPAC em Silves, no Estado do Amazonas, ver especialmente os artigos de Sansolo (2003), Pinto (2004) e Pereira (2010).

resistência, liderado pela ASPAC, fundada por representantes da pastoral da terra, tanto, brasileiros quanto estrangeiros de origem italiana, no final da década de 1980.

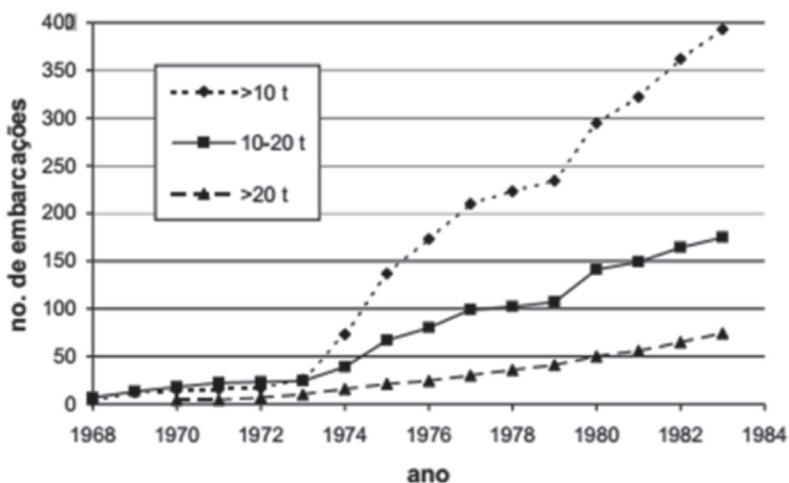


Figura 1. Evolução da Frota Pesqueira no Estado do Amazonas (Falbela, 1994 apud Pereira, 2002).

Essa resistência se deu por meio da mobilização das comunidades ribeirinhas para que impedissem que os barcos comerciais pescassem nas águas dos lagos e rios de Silves.

Em 1993, de, pois de ampla mobilização promovida pela ASPAC, junto às comunidades do Rio Urubu e do Lago Canaçari, (Fig. 3) foi promulgada a lei municipal de no. 103, que dispunha sobre três tipos de áreas a ser realizado o manejo dos lagos: (i) Lagos Santuários, onde ficaria expressamente proibida a caça e a pesca de qualquer espécie; (ii) Lagos de Manutenção, onde seria permitida a pesca artesanal e de subsistência; (iii) Áreas de Exploração Pesqueira, onde a pesca comercial é permitida (Pereira, 2010).

Segundo relato de um dos fundadores da ASPAC, os critérios que foram usados para definição de onde seriam aplicadas essas normas foram baseados no conhecimento tradicional sobre o território usado para pesca de subsistência.

Dentre os lagos considerados com santuários, um deles era o Lago Purema, pois segundo os moradores, era conhecido como um lago onde os peixes

se reproduzem e se alimentam e que durante as cheias, se deslocam para outras áreas.

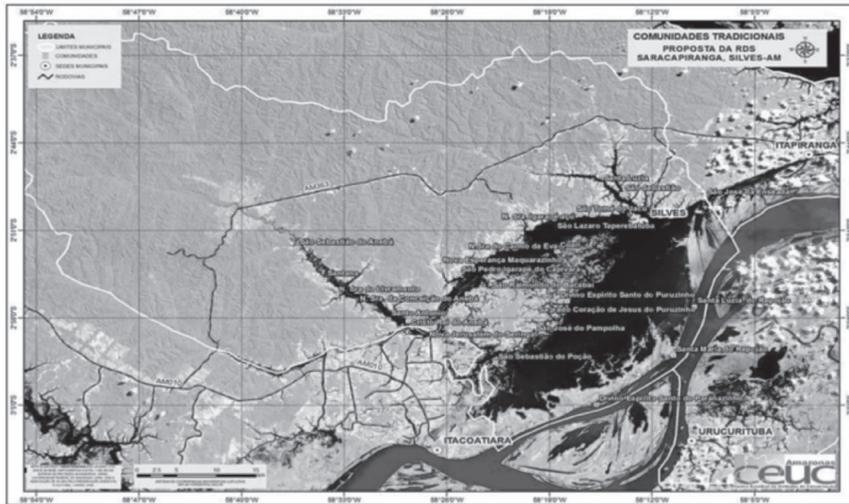


Figura 2 - Mapa da localização das Comunidades de Silves Fonte: CEUC, 2009

Em 2008 após um longo processo de discussões estimuladas pelo IBAMA, pelo próprio ICEI e pela ASPAC sobre a pertinência de um acordo de pesca junto às comunidades de Silves, Itapiranga e Itaquatiara, foi assinado um acordo de pesca (IBAMA, 2008). Conforme o acordo de pesca os lagos e rios da região foram zoneados segundo as seguintes categorias de manejo:

- I - Áreas de Manutenção: destinadas à subsistência das famílias, com a venda do excedente dentro das próprias comunidades;
- II - Áreas de Uso: destinadas à pesca de subsistência, comercial e esportiva;
- III - Áreas de Preservação (procriação ou santuários): destinadas unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado; e,
- IV - Áreas de Manejo: lagos conservados, não sendo permitida a pesca comercial e de subsistência, onde a despesca é autorizada pelo Ibama após a aprovação do plano de manejo.

Destaca-se nesse trabalho o caso do Lago Purema, localizado no baixo Rio Urubu, símbolo da luta histórica da ASCPAC pela conservação da pesca,

considerado pelos próprios associados da ASPAC como santuário natural (o que daria certa conotação monumento natural comunitário). Local onde a ASPAC investiu recursos de projetos, envolveu famílias, destinou uma casa flutuante para fiscalização e visita de turistas.

Muitas foram às madrugadas onde os associados da ASPAC, sabendo de alguma invasão do Lago por parte de pescadores, saíram de suas casas na Ilha de Silves, e de barco se aproximavam dos invasores sorrateiramente e abordavam de forma pacífica para retirar de forma diplomática os pescadores da área protegida.

As visitas de turistas eram feitas, sobretudo, como forma de levar ao visitante o resultado de uma luta histórica de conservação comunitária da natureza.

No ano 2009 após os laudos quantitativos sobre a quantidade de Pirarucus (*Arapaima gigas*) existentes no Lago Purema, como base no novo zoneamento estabelecido no acordo de pesca, foi autorizado à despesca dessa espécie em um percentual que em tese não afetaria a dinâmica ecológica do lago em nem prejudicaria a espécie.

Os membros associados da ASPAC, coordenados por suas lideranças, com apoio de moradores de algumas comunidades próximas ao lago, capturaram alguns indivíduos de grande porte de Pirarucus. Distribuíram parte da despesca para moradores de comunidades ribeirinhas e parte foi vendida na feira pública de Silves.

Esse fato desencadeou uma série de críticas à ASPAC, tanto por alguns de seus membros, quanto por moradores da área urbana de Silves. Segundo os relatos dos associados da ASPAC, não foi dada a devida transparência na distribuição do que foi apurado tanto em termos de recursos com a venda quanto em relação ao pescado distribuído.

Após a despesca os conflitos políticos em Silves se acirraram. Por um lado, o então prefeito da cidade, que fazia oposição à ASPAC, se articulou com a Associação de Pescadores, uma vez que os mesmos, a muito desejavam poder pescar no Lago Purema, conhecido por sua riqueza de estoque pesqueiro. Contudo eram impedidos tanto pela legislação municipal vigente, quanto pelo zelo que a ASPAC tinha com o Lago Purema, que inclusive era apresentado com frequência aos turistas que se hospedavam na Pousada Aldeia dos Lagos, empreendimento comunitário, da ASPAC, então sob a gestão da COOPTUR.

COOPTUR

O turismo promovido pela ASPAC iniciou-se no início da década de 1990, quando conseguiram um recurso do WWF da Áustria, com apoio de membros da Igreja Católica, fundadores da ASPAC. Com o recurso construíram uma pousada, a Aldeia dos Lagos, cuja renda era revertida aos associados da ASPAC e parte para a conservação ambiental.

A Cooperativa de Turismo foi fundada em 2005, tendo como objetivo a gestão do turismo comunitário da ASPAC, tendo em vista que a legislação Brasileira não permitia que uma associação distribuísse lucros entre seus associados.

A dinâmica de funcionamento da Cooptur, relatada pelos associados da ASPAC sobre os problemas gerados relativos a sobreposição da gestão com o trabalho de liderança, foram gerados em função das escolhas e seleção de quem iria trabalhar nas ocasiões em que chegavam turistas. Muitas vezes o critério utilizado era o de proximidade do cooperado à liderança da ASPAC ou mesmo dos líderes da Cooperativa.

Esse tipo de procedimento acabou por distanciar muitos dos que já haviam trabalhado na cooperativa em diversos setores: cozinha, guias e mesmo na gestão da pousada.

Cabe ressaltar que um dos critérios para participar da cooperativa era ser associado da ASPAC. A partir de 2009 e principalmente em 2010, houve uma diminuição considerável da atividade turística promovida pela ASPAC e gerenciada pela Cooptur.

Metodologia

Em meio à crise, entrevistamos 10 associados remanescentes da ASPAC com intuito de averiguar se a hipótese que havíamos levantado no início de 2009, isto é, se a nova lógica, baseada em critérios científicos, e que se sobrepôs sobre a lógica comunitária de gestão do patrimônio natural, gerou uma crise nas duas instituições ASPAC e COOPTUR. Destarte seria a mudança do Lago Purema de uma categoria de preservação, definida pela lógica cabocla, ribeirinha, em um lago de manejo, definido pela lógica científica, o fator que desencadeou o processo de decadência da ASPAC e

consequentemente do turismo comunitário em Silves? Seria a mácula ao símbolo da luta pela conservação da natureza o fator que desencadeou a crise no interior da ASPAC e da Cooptur?

No Lago Purema as famílias associadas à ASPAC, se revezavam 24 horas por dia, 365 dias por ano, em um trabalho de fiscalização contra a invasão de pescadores. Um lago que recebia parte dos recursos, oriundos do turismo comunitário, bem como recursos de projetos como o PROVÀRZEA e Programa Demonstrativos (PDA) e do Projeto Canaçari do ICEL.

As entrevistas foram feitas individualmente, divididas em duas partes: a primeira com questões de identificação do entrevistado visando traçar um perfil que pudesse qualificar o entrevistado. Em seguida foram feitas perguntas sobre as relações entre o entrevistado e a ASPAC. Buscou-se conhecer o posicionamento do entrevistado sobre a ASPAC naquele momento. Em seguida questionou-se sobre a relação entre uma possível fragilização da ASPAC e a despesca no PUREMA.

A segunda parte da entrevista foi direcionada a compreender o significado da COOPTUR para seus associados. No total foram feitas 40 questões das quais selecionamos algumas para destacar as falas dos entrevistados nesse texto considerando os objetivos de análise.

Resultados e Discussões

Após tabulação fizemos a análise e interpretação dos conteúdos e chegamos aos seguintes resultados organizados em questões sínteses:

1) A ASPAC estaria cumprindo seus objetivos sua missão? A resposta é negativa e pode ser exemplificada na fala de alguns entrevistados:

“Desde 2005 deixaram de mobilizar para desenvolver projetos com intenção de ajudar. Mas não houve resultados. Só discórdias”.

“Cumpriu até 2006 e 2007, de base comunitária e hoje só a preservação”.

“A ASPAC se dividiu em 2 grupos: o grupo de projeto (turismo e conservação e agro-ecologia) e outro grupo da ASPAC é a parte que ainda tem o sangue do projeto PDA (mais para o lado do turismo. Dividida em 2 grupos”.

As respostas expressam, em parte, a divisão em dois grupos da ASPAC: grupos que dependiam dos recursos advindos de duas fontes distintas, Projetos do PDA e Projeto Canaçari vinculado ao ICEI e que remuneravam os participantes desses projetos gerando discórdia interna e luta de poder.

2) Há transparência na administração da ASAPAC?

“Ausência de comunicação transparente e eficiente”

“Falta de transparência, de informação”.

A grande maioria dos entrevistados indicou que a comunicação interna e externa da ASPAC estava deficiente, causando uma série de conflitos devido à fragmentação de informações ou total ausência de informações entre os associados e entre a ASPAC e o público externo. Foi apontado que as lideranças já não veiculavam as informações entre os associados, como em outros tempos.

3) Manejo e despesa no PUREMA abalou a credibilidade da ASPAC?

“Não foi prestado conta de tudo. Aqui começou a desavença. As pessoas queriam saber onde foi gasto”.

“Não, a despesa em si, mas a falta de transparência. Pela falta de transparência a ASPAC foi profundo. Três ou 4 eram contra a despesa, prevendo a falta de transparência”

“A transparência. Foi prometido transparência, prestação de conta. Pegaram 42 pirarucus. Doados 10 para Enseada. Pescadores, Comunidade e venda na cidade. Foi prometida uma reunião na escola para prestação de conta. Não foi feita a prestação de contas. Foi o maior erro”.

As respostas indicaram que na opinião dos associados entrevistados, não foi à despesa no Purema a responsável pela crise da ASPAC e da COOPTUR, mas a falta de transparência sobre a destinação do resultado da despesa do Pirarucu. Todavia, ao entrevistar um dos principais líderes da ASPAC, ele confirmou que embora tivesse participado como protagonista da despesa, que essa talvez tenha sido um erro de ter sido efetuada no Purema.

4- Desejo de Fortalecimento da ASPAC por parte dos associados

“Indescritível o que sinto por isso aqui, já fui já voltei, é forte dentro de mim, a ASPAC é minha segunda esposa, to sempre falando nela. Se eu pudesse doar mais de mim eu faria”

“Meu sentimento é ... Tudo essa que abriu as portas para conhecer muitas coisas, como trabalhar com turismo, trabalhar com ribeirinhos com comunidades, os cursos... Eu gosto de trabalhar aqui”

“Sofrimento e paixão”

“Foi um aporta para minha vida. Meu primeiro emprego. Me ajudou bastante. Uma coisa que eu tenho que vou levar pro resto de minha vida”.

“Sentimento muito forte. O resto de grau de escolaridade e conhecimento foi a ASPAC que deu o benefício. Relacionado a preservação da natureza. Pescava, caçava, hoje tenho mais consciência”

“Tristeza pela situação; teve mudança na minha vida, valorizando a conservação, pela experiência que vivencie. Tristeza de ver as coisas se acabando. Tenho como objetivo levantar novamente a ASPAC. Venho incentivando outros colegas a reativar. A ASPAC já teve 72 sócios e hoje tem 30, mas só 15 são ativos”

As respostas indicam um grande vínculo entre os associados e a ASPAC. As histórias de vida, foram intensamente relacionadas à história e a missão da ASPAC, isto é, de mobilização das comunidades ribeirinhas, de luta pela conservação ambiental e, portanto, a ASPAC representa o interesse comum, o ponto de convergência de interesses e de vínculos relacionados à natureza e que portanto, foi fundamental no processo de construção de um patrimônio natural comunitário.

As questões relativas à COOPTUR, foram desenvolvidas com intuito de revelar o significado da cooperativa de turismo para seus associados.

Na época dentre os entrevistados, 9 eram cooperados e um afastado da cooperativa. Além disso, segundo eles, 5 possuíam cotas de participação na cooperativa e 5 não possuíam. Denotando certa fragilidade institucional

Ao se perguntar o que seria uma Cooperativa foi respondido:

“É um modo de as pessoas se reúnem para trabalhar agente vem pra cá para trabalhar traz nossa comida, traz café pra trabalhar”

“Pra mim uma cooperativa é um grupo de trabalho de pessoas para desenvolver trabalhos. Trabalho social e cultural”

“Pessoas que se reúnem no dia a dia para levar uma associação, um objetivo. Cooperar, todo mundo dá um pouco de si para que a coisa aconteça. São cooperados por estar ali. Estão por gerar renda”

“Uma empresa com fins lucrativos que trabalha em pró de seus cooperados. Visa o lucro do trabalho para as pessoas e que seja autossustentada”

“É trabalhar em conjunto”

“Mecanismo em que todos sócios são donos, trabalham com objetivo de arrecadar recursos para que se mantenham, mas nunca aconteceu. Conjunto de pessoas com mesmo objetivo de lucros e perdas”

“Feito por cooperados onde todos buscam melhorias e benefícios iguais, com mesmos direitos”

“Um trabalho, uma cooperação, interagir com as outras pessoas. Rendável, quanto não, um ajudando ao outro”

“Foram cooperados. Não tem um padrão. É feita para gerenciar o que é da ASPAC. Zelar pelo patrimônio da ASPAC. Ela tem que prestar conta do patrimônio da Associação, com uma boa coordenação. Ser legal”.

As respostas evidenciaram que embora não houvesse clareza sobre o que seria uma cooperativa formal, ficou claro que para os associados era um meio de viabilizar o trabalho da Associação com o turismo. A falta de compreensão sobre o caráter formal de uma cooperativa, também pode indicar um dos motivos da fragilidade na gestão do empreendimento turístico. A falta de transparência e de informações claras forma relatadas também nas atividades da COOPTUR.

Ao perguntar sobre a diferença entre a ASPAC e a COOPTUR, buscou-se compreender a distinção entre uma organização que foi responsável pela patrimonialização da natureza por meio de uma luta comunitária, com a instituição, oriunda da primeira, foi criada para gerar renda a partir do próprio patrimônio comunitário. As respostas foram as seguintes:

“A COOPTUR é a cooperativa de comercialização e a ASPAC é sem fins lucrativos”

“Não tem diferença os mesmo da ASPAC são só mesmos os da COOPTUR então não tem diferença”

“A COPTUR é a cooperativa de comercialização e a ASPAC é sem fins lucrativos. Nenhuma. Uma das ideias era acabar com a COOPTUR e ficar só com a ASPAC”

“A ASPAC não dá trabalho para as pessoas, a COOPTUR foi criada para isso. As duas se encaixam. A ASPAC cuida do meio ambiente e a COOPTUR desse lado. Pelo menos deveria. Apresenta para os hóspedes”

“A ASPAC é a chefe a cooperativa é a filha o filho”

“A cooperativa tenta cuidar da pousada, a ASPAC, está ligada a conservação, a produção. As duas tem problemas com sócios e falta de lideranças. Falta esclarecimento do que é ASPAC e COOPTUR”

“O trabalho da COOPTUR é receber pessoas e da ASPAC é de conservação de rio e terra firme”

“Falta entendimento entre as duas administrações, falta diálogo

As práticas cotidianas e as respostas sobre a Cooperativa demonstraram que para os associados não havia uma fronteira nítida entre a ASPAC, e a Cooperativa. Portanto, havia uma interferência das atividades da ASPAC nas atividades da Cooperativa o que também contribuiu para fragilização das duas instituições, segundo os próprios associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da natureza em Silves, é surpreendente para qualquer visitante externo. São duas estações do ano que se diferem: uma de cheia dos rios e lagos e outra de vazante. A paisagem muda, as referências espaciais se alteram.

A navegação no Lago Canaçari, pelo paranás, furos e igarapés depende sobretudo de uma percepção dos elementos água que muda de cor ao sabor dos ventos, da vegetação que floresce em determinadas épocas do ano, das ilhas flutuantes formadas por um emaranhado de raízes e folhas. Navegar de voadeira, de rabeta ou de batelões depende de anos de experiência e observação da dinâmica da natureza que se altera duas vezes ao ano diante dos olhos humanos.

A pesca noturna, ou diurna nos rios e lagos dependem de saber onde estão os peixes, os cardumes, as frutas que os peixes comem.

Tracajás, jacarés-açus, jacaretinga, ciganas, mergulhões, garças, pirarucu, pacu de leme, Matrinchã, tucunaré, tambaquis, jaraquis dentre outras espécies que habitam a região, são parte do cotidiano dos habitantes da região de Silves.

A ameaça a esse modo de vida, causada pela pesca profissional, provocou a união e uma luta pela conservação da natureza, produziu um modelo comunitário de gestão territorial, que se transformou em um sítio simbólico de pertencimento. Reconhecido e valorizado por turistas que além de trazerem renda, fortaleceram a identidade comunitária e a luta pela conservação do patrimônio natural comunitário.

Infelizmente, também no interior das comunidades tradicionais, as contradições decorrentes das relações estabelecidas entre as lideranças da ASPAC e da COOPTUR e seus parceiros externos, em meu entender levaram a fragilização do patrimônio ambiental comunitário em Silves.

Em Silves a patrimonialização da natureza se deu por um processo de lutas sociais locais apoiadas por parceiros externos, tanto governamentais quanto não governamentais.

A construção desse processo trouxe as contradições inerentes a lógica extra-comunitária, onde o individualismo, se sobrepôs aos interesses comuns. Encontrou na lógica científica um meio de legitimar a patrimonialização da natureza como recurso de troca. Dessa maneira a perspectiva comunitária se fragilizou e com isso o próprio conceito de turismo comunitário de Silves perdeu sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRON, A., BERTONCELLO, R., TRONCOSO, C. A. Turismo, Patrimonio y Territorio una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. *Estudios y Perspectivas em Turismo*, v. 15, p. 121:124, 2006

BARTHOLO, Roberto. “Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária”. In: BARTHOLO, R. SAN SOLO, D.G., BURSZTYN, I. (Org.) *Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, p. 45:54, 2009.

BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo, Cortez e Moraes. 1977

- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec: NUPAUB: USP. 2000.
- IBAMA. Portaria No 2 de 28 de janeiro de 2008. 2008.
- LACEY, Hugh. Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o status científico do conhecimento tradicional. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425-453. 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo Ática. 1991.
- MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, nº 14, volume 2, p. 48-60, 2014.
- OSTROM, E. *Governing Commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge UK, Cambridge University Press. 2011.
- PEREIRA, H C. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Saracá Piranga: Reflexões Sobre Metodologias Participantes Como Princípios de Governança Democrática na Criação de Unidades de Conservação no Amazonas*. Dissertação. Manaus, UFAM, 2010.
- PEREIRA, H. S. Conflitos socioambientais e a emergência de regimes de propriedade coletiva na pesca ribeirinha no Estado do Amazonas. Caxambu, Anais, ANPOCS, 2002.
- PINTO, V. P. S. *Alternativas de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: A Gestão Ribeirinha em Silves (AM)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, CCMN, Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, 2004.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. O lugar: encontrando o futuro. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 4, No. 1, 1996.
- SANSOLO, Davis Gruber. *Turismo e Sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência em Silves*. El Sauzal, Tenerife-Espanha, v. 1, n.1, p. 39-50, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2016. O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. Madison, Dez 2004. Disponível em:< <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2016, 2016.

SCIFONE, S. A. *Construção do patrimônio natural*. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Eliane & FERREIRA, Lúcia da Costa. Gestão Compartilhada entre Caiçaras, Quilombolas e Técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM) ”. Anais. Brasília, IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008.

TALAVERA, Augustin Santana. *Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión*. Revista Ciencia y Mar, No. 6: p. 37-41, 1998.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar a perspectiva da experiência*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL,1983.

ZAOUAL, Hassan. *Nova Economia das Iniciativas. Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

MARCELO ANTÔNIO SOTRATTI

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolve pesquisas na área de Planejamento, Patrimônio Cultural e Turismo, é professor adjunto do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também é professor colaborador do PEP/IPHAN - Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio no IPHAN/RJ. Em 2008 e 2009 atuou na EMBRATUR/UNESCO no desenvolvimento de Projeto de Promoção e Marketing Turístico do Turismo Cultural.

MARIA TEREZA DUARTE PAES

Geógrafa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em Sociologia e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora do Departamento de Geografia (IG/UNICAMP), realizou Pós-Doutorado em Geografia na Université de Pau et des Pays de L'Adour, na França, no Laboratoire Société Environnement Territoire (IRSAM/SET), e atua nas áreas de pesquisa sobre patrimônio cultural, turismo e meio ambiente urbano. Coordena o Grupo de Pesquisa: *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural* (Diretório CNPq), foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/Unicamp, 2008-2010), Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE, 2011-2013), e é membro titular

do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT (2008-2010; 2017-2019). É pesquisadora do CNPq - PQ 1D.

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

Geógrafa, Mestre, Doutora e Livre-Docente em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, é Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Foi professora convidada na Universidade de Barcelona (Espanha) e na Universidade de Buenos Aires (Argentina). Coordena o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP), e a FFLCH Edições (Editora eletrônica do GESP/DG/FFLCH/USP). Membro do Núcleo de apoio à Pesquisa da Universidade de São Paulo, é autora e organizadora de vários livros na área de Geografia Humana. Suas pesquisas se voltam, principalmente, para a geografia urbana e teoria e método em Geografia. É pesquisadora do CNPq - PQ 1A.

PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS

Graduado em História e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, e do Programa de Pós-graduação em Museologia da USP e atua nos seguintes temas: história cultural, história urbana, história da arquitetura no Brasil, identificação e gestão do patrimônio cultural, museus históricos. Editor dos Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material desde janeiro de 2005. Foi Chefe do Departamento de Acervo e Curadoria do Museu Paulista da USP (2012-2016), Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Museologia da USP (2014-2016), Vice-Diretor do Centro de Preservação Cultural da USP (2006-2009), Diretor da Divisão de Difusão Cultural do Museu Paulista da USP (2009-2011) e Presidente da Comissão de Pesquisa da mesma instituição (2010-2014). Conselheiro do CONDEPHAAT nos biênios 2015-2016 e 2013-2014. É

membro do International Council of Museums (ICOM) e do International Committee for University Museums And Collections (UMAC/ICOM).

LIA MOTTA

Doutora em Urbanismo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) (2017), Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2000) e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1975), com Especialização em Conservação e Restauração de Sítios e Monumentos Históricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978). Desde 1977 é servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, desde 2011, Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP) do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN (PEP). Coordena o projeto de desenvolvimento tecnológico Rede de Arquivos do IPHAN/ USP/BNDES; foi bolsista residente da Fundação Rockefeller, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na linha de pesquisa: Paisagens Urbanas Contemporâneas: Espaço e Poder, entre agosto e dezembro de 1997; e conselheira notório saber do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), de 1995 a 2011. Tem atuado, principalmente, nos seguintes temas: patrimônio, políticas culturais e preservação.

SIMONE SCIFONI

Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, tendo recebido em 2007 o Prêmio Capes de Teses para a pesquisa: “A construção do patrimônio natural”. É professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atuou em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), CONDEPHAAT/SP e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial - REPEP. Membro do Icomos-Brasil. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas:

patrimônio cultural, patrimônio natural, meio ambiente, políticas de preservação e ensino de geografia.

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio no Laboratório Société, Environnement et Territoire, do CNRS, na Université de Pau et des Pays de l'Adour, França. É Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRJ, e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. É pesquisador do Geopoll - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território e do Laced - Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (UFRJ). Membro do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), atuou na Coordenação do Programa de Especialização em Patrimônio PEP/IPHAN. Atua nos seguintes temas: Geografia Política, Geografia Cultural, formação do Estado e do território no Brasil, Estado, patrimônio cultural, cidades históricas e políticas públicas de preservação cultural, paisagem, território, lugar.

RODOLFO BERTONCELLO

Geógrafo pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui Especialização em População e Desenvolvimento pela Universidade de Havana (Cuba). Atualmente é pesquisador e professor de Geografia no CONICET e na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA. Possui inúmeras publicações e sua pesquisa está ligada à mobilidade e distribuição territorial da população, ao desenvolvimento turístico do território e ao patrimônio cultural.

PAULO PEIXOTO

Sociólogo, Paulo Peixoto é Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES), integrando o Núcleo Cidades, Cultura e Arquitetura (CCArq).

Integra o Grupo de Pesquisa Arte, Cultura e Poder (CNPq/UERJ), universidade onde foi Professor visitante em 2014. Coordena o Observatório das Políticas de Educação e Formação (CES/ULHT) e o Curso de Mestrado em Sociologia da FEUC. É Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2007). Seus interesses atuais de investigação centram-se nos domínios das cidades e culturas urbanas, patrimônio, turismo, mobilidade, ensino superior e políticas de educação e ciência.

MARINA FACCIOLI

Doutora em Geografia Urbana e Regional pela Universidade de Pisa (em convênio com as Universidades de Torino, Gênova e Firenze), é professora de Geografia do Departamento de Ciência Histórica e Filosofia Social da Universidade de Roma, Itália. Pesquisa sobre o território, a população, o patrimônio e o turismo.

DAVIS GRUBER SANZOLO

Geógrafo, formado pela Universidade Federal do rio de Janeiro. Mestrado e Doutorado em geografia Física pela Universidade de São Paulo e Pós Doutorado na COPPE UFRJ. Coordena o Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAl, vinculado ao Instituto de Políticas públicas e Relações Internacionais – IPPRI da UNESP. Coordena o grupo de pesquisa sobre conservação da natureza e o Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro. Atua na Geografia com ênfase nas áreas protegidas e desenvolvimento e territorial.

Ao iluminar os conflitos e as contradições envolvidos com os processos de produção do patrimônio cultural à luz do mais refinado rigor teórico e metodológico, esta coletânea instiga a reflexão não apenas sobre a relação entre turismo e patrimônio, fio condutor de toda a obra, mas sobre os sentidos e os sujeitos desses processos, com destaque para a sua dimensão espacial.

Os papéis hegemônicos do Estado e do mercado, tanto no que diz respeito à proteção do patrimônio quanto ao desenvolvimento do turismo a ele associado, por exemplo, estão colocados em evidência por todos os autores. Mas, racionalidades contra-hegemônicas, abrigadas na vida comunitária e cotidiana, têm igual centralidade no debate aqui proposto.

Do prefácio de Rita de Cássia Ariza da Cruz

